

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro  
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
IP – Instituto de Psicologia  
EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social

**“Na hora que tá em sufoco, um ajuda o outro”:  
Um estudo sobre famílias chefiadas por mulheres urbanas de baixa renda.**

*Juliana de Souza e Costa Nazareth*

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de  
Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inácia D’Ávila Neto.

Rio de Janeiro  
2003

À Antonieta, minha avó, uma grande mulher.

À Cristina, minha mãe, chefe de família, imagem nítida de toda força e amor.

A Décio, meu pai, de quem herdei o gosto pelos estudos e pela 'arte' de escrever.

A Alexandre, meu marido, grande companheiro na jornada da vida.

## AGRADECIMENTOS

- Aos funcionários do Instituto de Psicologia da UFRJ e aos funcionários, professores e colegas do Programa EICOS, pela convivência, pela paciência, pelos conhecimentos compartilhados e pelo carinho.
- Aos professores membros da banca examinadora de qualificação e do mestrado pelas valiosas sugestões e pela disposição em participar e engrandecer estas etapas fundamentais no incremento do meu aprendizado.
- À minha orientadora, madrinha e amiga Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Inácia D'Ávila Neto, pelos ensinamentos – na academia e na vida, pelas oportunidades e pela confiança que sempre depositou em mim, inclusive nos meus momentos de maior hesitação.
- À Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Barros Maciel, responsável pela minha iniciação na pesquisa, e pela minha participação num grande projeto de mobilização social e participação comunitária, acontecimentos que marcaram a minha vida e foram determinantes para decisão de fazer o mestrado.
- À minha 'grande' família, meu marido, meus pais, meu irmão, minha avó, meus tios, primos, sogro, sogra, cunhados e sobrinhos, pelo amor, pela torcida e pelos momentos de descontração e carinho.
- Ao meu marido e a minha mãe, maiores 'vítimas' de todo o processo, pela paciência e compreensão, tantas vezes necessárias, e pelo apoio incondicional que sempre me deram.
- Ao meu pai pela leitura cuidadosa e a revisão atenta do texto.
- Aos meus amigos e a todos que, mesmo distantes, torcem por mim.
- Ao Centro Comunitário Sem Fronteira pelo contato sempre estimulante e pelas portas sempre abertas 'às meninas da Universidade'.
- Às mulheres entrevistadas por cederem seu precioso tempo e pela lição de força, garra e determinação.
- Ao CNPq por financiar meus passos de Iniciação Científica e à CAPES pelo apoio financeiro fundamental para o desenvolvimento deste trabalho.

## RESUMO

O cenário contemporâneo é marcado, entre outras coisas, pela globalização de saberes e práticas e pela proliferação de novos arranjos e formas de organização familiares.

Neste contexto, destacam-se as famílias chefiadas por mulheres que, embora sempre tenham existido, vêm se tornando cada vez mais numerosas e se constituindo como fator determinante na chamada 'feminização da pobreza' neste país.

Daí, a preocupação e a urgência de se (re)pensar estas famílias. E daí, a proposta deste estudo que trata, então, de famílias chefiadas por mulheres, moradoras de uma comunidade pobre e urbana do Lote XV, município de Belford Roxo, Baixada Fluminense.

Aqui, três temas aparecem como centrais: as famílias, com toda a sua pluralidade e diversidade – a despeito da presença de 'modelos' e 'ideais'; as mulheres; e a pobreza e adversidade em que vivem.

Da complexa articulação entre estes temas: famílias, mulheres e pobreza, vão se delineando os contornos deste estudo, que recorre à interdisciplinaridade como ferramenta primordial.

Alguns resgates históricos foram feitos no intuito de se lançar luz sobre questões importantes, como a condição da mulher e sua relação com o passado patriarcal. Relação que, apesar das conquistas e transformações – devidas, em grande parte ao feminismo e à disseminação das idéias feministas – parece ainda se atualizar.

Desta forma, o processo de modernização da sociedade brasileira e de suas famílias, aparece como uma boa metáfora para a identidade dessas mulheres: um exercício constante de agregar o novo ao tradicional, sem, contudo, perder as raízes da estrutura patriarcal.

Palavras-chave:

1. Famílias

2. Mulheres

3. Gênero

4. Pobreza

## ABSTRACT

The contemporary scenery is marked, among other things, by the globalization of acknowledgements and practices and by the multiplication of new arrangements and forms of family organization.

In this context, closer attention should be given to families headed by women, which, even though have always existed, are becoming more numerous each day and turning into a crucial factor for what we call “poverty’s feminization” in this country.

This is why there is urgency to look more closely at these families. And having this concern in mind, this study is about families, all of which headed by women, who reside in the poor urban community of Lote XV, Belford Roxo county, Baixada Fluminense.

Thus, three themes are focused: the families, who, despite the presence of “models” and “ideals” have great diversity; the women; and the poverty, in which a growing number of women and their families have to live.

From the complex articulation of these themes: families, women and poverty, arises the outlines of this study, referring to interdisciplinarity as its basic tool.

Accordingly, referral to historic data are made in order to emphasize important subjects, such as women’s condition and its relation to a patriarchal past. It should be noted that in spite of many conquests and transformations, part of which due to feminism and the spread of feminist ideas, this relation seems to update to today.

In this manner, the process of modernization of the Brazilian society and their families appears as a great metaphor for these women’s identity: a constant exercise to aggregate what’s new with what’s traditional, maintaining, however, the foundation of the patriarchal structure.

### ***Key – words:***

1. Families

2. Women

3. Gender

4. Poverty

## SUMÁRIO

**Apresentação.....P.9**

### **I Parte – Fundamentação Teórica**

#### **1 – Das famílias de ontem às de hoje: o processo de modernização (das diferenças) nas famílias brasileiras**

- 1.1. *Famílias brasileiras da colônia à república: modelos e rupturas....P.16*
- 1.2. *Famílias pós-modernas? Permanências e mudanças nas famílias contemporâneas.....P.24*
- 1.3. *Famílias em contexto de pobreza.....P.31*
- 1.4. *Refletindo sobre alguns indicadores nacionais.....P.38*
- 1.5. *O caso da chefia feminina: rumo à ‘feminização’ da pobreza.....P.40*

#### **2 – A disseminação das idéias feministas: um pouco da história**

- 2.1. *Feminismo e família: algumas articulações.....P.47*
- 2.2. *Alguns impasses numa história de conquistas.....P.51*

#### **3 – A mulher contemporânea: permanências e mudanças**

- 3.1. *As mulheres no mercado de trabalho.....P.57*
- 3.2. *As marcas – ainda atuais? – de um passado patriarcal.....P.65*

## **II Parte – Pesquisa de Campo**

<b>1. Questões para a construção de uma pesquisa de campo.....</b>	<b>P.71</b>
<b>2. Descrição do universo pesquisado – ou ‘Sujeitos’.....</b>	<b>P.76</b>
2.1. Quadro-síntese com as principais características das mulheres entrevistadas.....	P.80
<b>3. Descrição do processo – ou ‘Procedimento’.....</b>	<b>P.81</b>
3.1. A Análise de conteúdo .....	P.82
<b>4. A pesquisa e seus resultados</b>	
4.1. Analisando o conjunto de categorias e discutindo resultados.....	P.86
4.1.1. A vida como chefe de família.....	P.87
4.1.1.1. O que é ser chefe de família, afinal?!.....	P.87
4.1.1.2. Principais dificuldades que enfrentam as mulheres chefes de família.....	P.93
4.1.1.3 Estratégias de sobrevivência: a construção de redes de solidariedade.....	P.102
4.1.2. Cotidiano e Trabalho feminino.....	P.111
4.1.3 Família e Relações de Gênero.....	P.118
4.1.3.1. Ser Homem X Ser Mulher – do real ao ideal.....	P.118
4.1.3.2. Percepções sobre “casamento” – e os motivos de seu rompimento.....	P.128
4.1.3.3 Violência Física e Psicológica.....	P.137
4.1.4 Mudanças, Permanências, Desafios e Perspectivas.....	P.144
4.2. Discutindo resultados .....	P.156
<b>5. Considerações Finais.....</b>	<b>P.162</b>

**III Parte – Anexos**

*Anexo – Roteiro de entrevistas.....P.169*

**IV Parte – Referências Bibliográficas.....P.172**

## **APRESENTAÇÃO**

O processo de formação social das famílias brasileiras é complexo e revelador, deixando transparecer um passado marcado por estruturas de poder hierárquicas e pela supremacia masculina – que pode ser sintetizado na ‘família patriarcal’, ao mesmo tempo em que revela formas ‘marginais’ de organização familiar coexistentes com o modelo vigente.

A partir daí, a história se repete: novos ‘modelos’ surgindo, sempre, acompanhados de ‘arranjos’ alternativos. Os ‘modelos’, via de regra, ligados às famílias abastadas, às classes dominantes, legitimados pelo poder e colocados como ideais, enquanto outros ‘arranjos’ familiares eram praticados pelas classes subalternas e interpretados como ‘anomalias’.

Assim, a família patriarcal foi substituída, enquanto modelo ideal, pela família moderna – marcando a tradicional passagem da família extensa à família nuclear, mas, seus preceitos de poder masculino permaneceram.

Neste sentido, é que ainda se faz atual falar em família patriarcal. Não para identificar a família extensa de uma sociedade agrária, mas, para indicar uma forma de organização familiar hierárquica e desigual, baseada, principalmente, na supremacia do homem sobre a mulher.

Ressalte-se, porém, uma mudança importante e significativa: as formas ‘marginais’ de se viver em família deixaram de ser uma prerrogativa das camadas populares, passando a ser exercidas, cada vez mais, pelas camadas médias.

Com isto, o fenômeno foi ganhando destaque, visibilidade e até uma certa legitimidade, sendo cada vez mais representativo – em formas e números – na sociedade atual.

O cenário contemporâneo é, então, marcado por uma pluralidade de formas de organização e arranjos familiares, onde a família nuclear é mais uma possibilidade – embora, ainda, a mais representativa, coexistindo com outras possibilidades, como é o caso das famílias chefiadas por mulheres.

Este fenômeno, no entanto, não é uma exclusividade da sociedade brasileira. Trata-se de uma realidade mundial, de modo que alguns autores mais entusiasmados, como Castells<sup>1</sup>, chegam a dizer que a família patriarcal estaria em crise, marcando a contestação – e até decretando o fim – do patriarcado.

Afinal, esta é uma era de globalização de práticas e saberes, como é o caso das idéias e do movimento feminista.

Neste mundo globalizado assiste-se, não apenas, a uma difusão da luta das mulheres, mas também, do advento da tecnologia de reprodução humana (permitindo maior controle das mulheres sobre o momento e as condições em que desejam procriar) e a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, quer formal, ou informal.

Mas, se por um lado, isto soa de forma positiva, dando idéia dos avanços e conquistas das mulheres, ao longo dos anos e ao redor do mundo, é preciso não esquecer que, a despeito da globalização, este processo não acontece da mesma forma e nem na mesma velocidade em todas as sociedades. Na verdade, a situação é bem mais complexa, pois conta ainda com as diferenças sócio-econômico-culturais inerentes à cada país, fazendo com que cada mulher viva de forma diversa cada uma das mudanças realizadas.

A complexidade, aliás, é tema central da contemporaneidade. Aqui, a própria idéia de globalização que, a princípio, parece caber na fórmula da homogeneização mundial, perde a simplicidade e chega a soar bastante paradoxal, quando pensamos no crescente abismo sócio-econômico-cultural entre ricos e pobres, tanto no que se refere a países, como a cidadãos – e famílias.

Esta contradição se encontra inscrita no próprio cerne da idéia de globalização, que se por um lado retira os saberes e poderes locais, levando-os para o cenário mundial, por outro, força o surgimento de autonomias circunscritas<sup>2</sup>, embora também marcadas (mesmo que não de forma visível) por essa nova realidade.

---

<sup>1</sup> Castells, Manuel (1996). O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Vol 2. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

<sup>2</sup> A este respeito ver Giddens, Anthony (1999). Mundo em descontrole, o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Assim, é que, embora a 'chefia feminina de família', seja um fenômeno mundial em contínua expansão, o mesmo apresenta em toda a América Latina e no Brasil, particularidades e nuances, que devem ser pensadas e cuidadosamente analisadas – como a desfavorável condição sócio-econômica. Tal é o que acontece não só com as nossas entrevistadas, as chefes de família de Belford Roxo, região metropolitana do Rio de Janeiro, mas também com grande parte das famílias brasileiras (ou latino-americanas) na mesma condição.

Esta é, justamente, a idéia que atravessa cada uma das linhas deste trabalho: uma aproximação com a realidade deste crescente universo – das famílias chefiadas por mulheres. Uma aproximação para além dos números frios – e muitas vezes assustadores – das estatísticas e que vá em busca de conhecer seu cotidiano, sua dinâmica, seus sonhos e suas dificuldades...

É uma questão delicada, cujas respostas podem lançar luz a uma questão social mais macro, fornecendo dados que permitam um melhor planejamento e aproveitamento das políticas públicas dirigidas a esse “empobrecido” contingente da população e, ao mesmo tempo, apontando possibilidades futuras de relações mais igualitárias entre os gêneros.

Trata-se de um trabalho ambicioso, envolvendo questões sobre diferentes temas: famílias, gênero e grupos desfavorecidos. Tudo isto dentro de um contexto maior que é o de um mundo globalizado. Construir um espaço de interseção entre estes eixos exige que a idéia da complexidade, esteja presente, atravessando o pensamento na construção de cada uma das reflexões aqui apresentadas.

E, se, por um lado, isto parece um grande desafio, também soa bastante instigante e coerente com o cenário contemporâneo – ou pós-moderno<sup>3</sup>. A atualidade do tema, ao tratar de uma história que ainda está se escrevendo, faz com que os reflexos da pós-modernidade apareçam, desde a pluralidade teórica do tema – e da exigência de conjugação daí advinda, até a diversidade das possibilidades de se ver e compreender cada questão.

---

<sup>3</sup> Alguns autores chamam de pós-moderno o cenário atual, outros preferem falar em crise da modernidade, modernidade tardia, radicalização da modernidade etc. A este respeito ver Fridman, L.C.(2000). Vertigens pós-modernas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

Afinal, passamos do reinado da razão – característica moderna, ao da ambivalência, situação em que nenhum dos padrões aprendidos pode ser adequado, ou ao contrário, “mais de um padrão poderia ser aplicado”. Mas, “seja qual for o caso, o resultado é uma sensação de indecisão, de irresolução e, portanto, de perda de controle”<sup>4</sup>.

A fluidez aparece, então, como uma boa metáfora para a atualidade. Antes uma propriedade de gases e líquidos, hoje, uma imagem das identidades<sup>5</sup>.

Neste contexto, “o sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas”<sup>6</sup>.

Neste ponto do drama pós-moderno, a própria idéia de identidade começa a ser questionada. E já há quem proponha falar de afinidades, ao invés de identidades<sup>7</sup>.

Uma leitura muito comum que se faz, então, do pós-moderno é que como não temos controle, previsão ou alguma garantia, não há o que fazer. É claro que é difícil lidar com tanta ambigüidade, ainda mais para os filhos da modernidade, acostumados com as certezas, baseados na razão; mas há um erro em desistir, em paralisar. É preciso uma postura de problematização e enfrentamento, cientes de que aquilo que fazemos hoje, pode mudar a história<sup>8</sup>.

Deste lugar marcado pela pós-modernidade foi que procurei compreender estas mulheres – também ‘pós-modernamente’ marcadas, assim como suas possíveis ambigüidades e contradições.

Neste sentido, mesmo diante de um nítido paralelo entre conquistas e avanços na condição feminina – como sua entrada no mercado de trabalho e o advento dos métodos anticoncepcionais – e as mudanças na organização familiar,

---

<sup>4</sup> Bauman, Zygmunt. (1999). Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. P. 10

<sup>5</sup> Bauman, Zygmunt (2001). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

<sup>6</sup> Hall, Stuart (1992). A identidade cultural na pós-modernidade. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000. P.12.

<sup>7</sup> Haraway, Donna J. “Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”. In: SILVA, T.T. Antropologia do ciborgue – as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica. P.53.

<sup>8</sup> É claro que pensar em ganhos de possibilidades ao invés de perdas de certezas e definições é apenas mais uma possibilidade de leitura do pós-moderno, entre tantas possíveis. Talvez também ela seja fluída e transitória, e acabe abandonada nas linhas deste trabalho, mas por ora, dentre as possibilidades, este é o agenciamento que me parece mais adequado. Com ele pretendo refletir sobre a questão da chefia feminina, que também pode ser vista como *uma* das várias possibilidades de se viver em família, de ser mulher.

é preciso ter claro que a evolução dos costumes em relação à mulher tem sido efetivamente lenta e descontínua e que, além disso, dentro mesmo do Brasil, “há uma enorme defasagem entre as aspirações da grande maioria das brasileiras, de nível sócio-econômico em geral baixo, e a ótica de um *intelectual classe média*, a quem foi dado o *discurso feminino*”<sup>9</sup>.

Mas, até que ponto este significativo aumento do número de famílias chefiadas por mulheres é indicativo daquilo que poderíamos chamar emancipação feminina? O que essas mulheres de classes desfavorecidas, que lutam sozinhas pela sobrevivência de suas famílias pensam disso? Trata-se de uma opção? Como vivem e vêem estas questões?

Dentro deste contexto, revisitar os papéis de gênero instituídos na dinâmica destas famílias, torna-se imperativo. Estando ausente a figura masculina do pai - de autoridade e poder, como se dá a organização e a divisão de tarefas? Como os filhos destas famílias apreendem as relações e os papéis de gênero? Será possível, a partir daí, apontar para um futuro onde se vislumbre melhor a eqüidade?

O que se espera com este estudo é contribuir para indicações de novos caminhos e, se isso exige revisões e reflexões profundas, optamos por começar a reflexão teórica – I parte – por um breve histórico da formação social da família brasileira. Daí, o nome do primeiro capítulo: “*Das famílias de ontem às famílias de hoje: o processo de modernização (das diferenças) na família brasileira*”. Este capítulo é dividido em cinco partes e busca dar conta desde um rápido resgate da estrutura da família patriarcal e da família nuclear moderna – além de algumas rupturas a estes modelos, até as especificidades da chefia feminina de família, e sua relação com a ‘*feminização*’ da pobreza neste país – passando ainda por algumas reflexões sobre as famílias inseridas neste contexto.

Já no segundo capítulo intitulado “*A disseminação das idéias feministas: um pouco da história*”, ao fazermos algumas articulações entre feminismo e família, propomos uma reflexão crítica sobre a trajetória deste movimento, marcado, sem dúvida alguma, por conquistas, mas também por impasses.

---

<sup>9</sup> D’Ávila Neto, Maria Inácia (1994). O autoritarismo e a mulher. O jogo da dominação macho-fêmea no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artes e Contos. P.60.

O terceiro e último capítulo da parte teórica – *“A mulher contemporânea: permanências e mudanças”* – é dedicado, então, à questão das mulheres no mercado de trabalho e as marcas do ‘passado’ patriarcal, que ainda se fazem presentes.

A parti daí, inicia-se a segunda parte do trabalho, envolvendo pesquisa de campo – que consistiu em entrevistas, semi-estruturadas, de cinco mulheres chefes de família, do Lote XV, Belford Roxo, e na análise de conteúdo deste material, sob a luz das idéias apresentadas na primeira parte.

A segunda parte, iniciamos com *“Questões para a construção de uma pesquisa de campo”* onde falamos de algumas inquietações que nortearam o trabalho de campo. Só então se chega à “descrição dos sujeitos’ e do “procedimento” adotado neste estudo.

No capítulo quatro: *“A pesquisa e alguns de seus resultados”* é onde, então, aparece a análise das categorias e a discussão dos resultados encontrados. As *“Considerações finais”* estão no último capítulo deste estudo.

Aos que se aventurarem, boa leitura!

# **I PARTE**

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

## **1. Das famílias de ontem às de hoje:**

### **O processo de modernização (das diferenças) nas famílias brasileiras**

*“A família é um local  
para as lutas entre tradição e modernidade,  
mas também uma metáfora para elas”*

**Anthony Giddens<sup>10</sup>**

#### **1.1. Famílias Brasileiras da Colônia à República: Modelos e Rupturas**

O ponto de partida para, aqui, pensarmos a família é o reconhecimento da necessidade de desconstrução da aparência de naturalidade e universalidade com que ela se reveste. A antropologia aparece, então, como grande aliada, pois, ao mostrar que a família assume configurações diversas no tempo e no espaço, acaba evidenciando o seu caráter de construção histórico-social.

Neste sentido, levando-se em conta a diversidade racial, regional e a pluralidade de influências culturais presentes na história do Brasil, parece ingênuo falar em família brasileira – no singular, independentemente do período histórico ao qual se esteja referindo<sup>11</sup>.

Assim, a história das famílias no Brasil, vem recheada de contradições apontadas, hoje, por vários pesquisadores. E, embora, não seja o interesse deste estudo fazer um apontamento destas questões, nem tampouco esmiuçar ou esgotar esta história, um breve histórico se faz necessário, a fim contextualizar as famílias de hoje e as famílias chefiadas por mulheres de que tratamos.

Por muito tempo a obra de Gilberto Freyre (1963), *Casa-Grande & Senzala*, foi a grande referência sobre a família colonial brasileira e sua descrição da família patriarcal permaneceu incontestada.

Hoje, sabe-se, a partir de alguns estudos históricos mais recentes, que ao modelo apresentado por Freyre somavam-se outros tantos, evidenciando,

---

<sup>10</sup> Giddens (2000). Op. Cit. P. 63.

<sup>11</sup> Talvez, apenas, a idéia de pluralizar as famílias seja influência do momento histórico atual, da pós-modernidade e da sua complexidade constitutiva.

sobretudo, as diferenças regionais no Brasil-colônia<sup>12</sup>. Isto não quer dizer que a obra de Freyre tenha perdido importância, mas, com certeza, deve ter relativizado o seu alcance em descrever a família colonial.

Freyre trata, cuidadosamente, de uma forma de se viver em família – a família patriarcal nordestina, mas não dá conta – e, ao que parece, também não era sua idéia, da pluralidade de arranjos existentes ao longo de todo o território<sup>13</sup>.

Assim, é que junto á família patriarcal, havia na colônia famílias nucleares; famílias ampliadas (famílias nucleares com agregados); padres vivendo em concubinato com escravas; mancebias entre senhor e escrava; união de brancos com índias livres; casal vivendo no mesmo tempo com a concubina do marido; mulheres chefes de família etc.

Ao que parece, os concubinatos e as uniões consensuais – devido aos altos custos do casamento – eram práticas corriqueiras entre as classes empobrecidas com critérios de escolha muito diferentes dos interesses que motivavam as uniões lícitas da elite – em que a escolha do cônjuge seguia a lógica da manutenção de patrimônios e influências, sendo uma prerrogativa paterna.

Os concubinatos – “alianças aparentemente saborosas, pois que ditadas por simpatias de corpo e alma<sup>14</sup>”, ao contrário das uniões da elite, pareciam desconhecer as leis e os critérios religiosos, obedecendo apenas às prerrogativas da comunidade que estipulava o que era, ou não, admissível e tolerável.

As migrações dos homens em direção às regiões mais lucrativas, também práticas comuns, tinham como consequência a proliferação de filhos bastardos (deles e delas) e um grande número de lares matrifocais. Na verdade, “girava em

---

<sup>12</sup> No Nordeste destacavam-se as famílias patriarcais dos senhores de engenho, enquanto nas capitâneas do sudeste colonial, predominavam as famílias nucleares e as uniões consensuais entre as classes subalternas.

<sup>13</sup> Neste contexto D'Ávila Neto diz: “O debate em torno da significação da família patriarcal para o modo de vida brasileiro ainda permanece”. Também é neste cenário que se insere a crítica realizada por Caio Prado Júnior que mostra que a família patriarcal era uma “minúscula minoria”. Embora possa ser tomada como uma “tipologia”, no sentido de Max Weber. A este respeito ver D'Ávila Neto (1994). Op. Cit. P.45.

<sup>14</sup> Del Priore, M.L.M. (1994). Brasil colonial: um caso de famílias no feminino plural. Cadernos de pesquisa n.91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. P.73.

torno dos 45% o número de mulheres à testa de suas casas, e, destas, 83% nunca haviam se casado”<sup>15</sup>.

As mulheres, via de regra, assumiam a criação dos filhos de seus maridos ou companheiros, aumentando, assim, sua responsabilidade – pois que a criação da prole, independente de serem filhos legítimos ou não, era uma prerrogativa sua. E todos – mães, madrastas e seus filhos, por vezes, moravam juntos sob o mesmo teto – numa ‘micro-comunidade familiar’.

Para dar conta da tarefa, tentando, ao mesmo tempo, vencer as condições adversas de pobreza e isolamento, as mulheres, na ausência – permanente ou temporária – de um companheiro, desenvolviam práticas solidárias em relação a outras mulheres, “transformando a relação com os filhos num fio que costurava existências femininas variadas e que reforçava a solidariedade de gênero”<sup>16</sup>.

Tudo isto mostra a diversidade de arranjos e estratégias presentes no modo de vida colonial, onde apenas uma pequena parcela da população, que certamente pertencia a elite social, seguia os padrões e imposições colocados pela Igreja Católica<sup>17</sup>.

Assim, Del Priore<sup>18</sup>, sintetizando o cenário familiar da Colônia e, ao mesmo tempo, apontando a limitação da obra de Freyre, coloca:

“ (...) o perfil do cenário familiar, ao contrário do quadro ruidoso e sensual (...) pintado por Freyre, era prosaicamente nuclear, sobretudo nas capitanias do sudeste da Colônia. Conhecem-se também algumas de suas características: muitos maridos ausentes, companheiros ambulantes, mulheres chefiando seus lares e crianças circulando entre outras casas e sendo criadas por comadres, vizinhas e familiares”.

Freyre, por sua vez, não nega a existência de outras organizações familiares, embora centre sua análise na família patriarcal. Neste sentido, ele afirma:

---

<sup>15</sup> Ramos (1975) citado por Del Priore (1994). Op.cit. P.72.

<sup>16</sup> Del Priore (1994:72).

<sup>17</sup> Com a união entre Estado e Igreja, que procurava manter sobre controle as populações das colônias, os casamentos sacramentados – bastante valorizados, traziam no seu bojo uma série de pressupostos e expectativas em relação ao papel da mãe de família – como educar os filhos com os valores cristãos. Havia casamentos entre as classes dominadas, mas a elite foi quem mais exerceu esta prática.

<sup>18</sup> Del Priore (1994:71).

“Do ponto de vista sociológico, temos que reconhecer o fato de que desde os dias coloniais vêm se mantendo no Brasil, e condicionando sua formação, formas de organizações de famílias extrapatriarcais, extracatólicas, que o sociólogo não tem, entretanto, direito de confundir com prostituição ou promiscuidade”<sup>19</sup>.

Desta forma, mesmo sabendo e pensando a diversidade presente nas organizações familiares do Brasil-Colônia e sua importância para a formação social brasileira, a obra de Freyre, não pode ser descartada, mas deve, ainda, ser vista com cuidado e atenção.

O caráter conservador do modelo patriarcal descrito por Freyre, e atribuído à herança da colonização portuguesa, dá margem para a compreensão de vários aspectos importantes da cultura e das famílias brasileiras, ainda hoje. Assim, “embora não haja unanimidade em relação à predominância deste modelo reconhece-se a influência da família patriarcal como matriz e formadora de uma mentalidade e de uma ética que influenciou todas as formas de organização familiar”<sup>20</sup>.

A família patriarcal dos senhores de engenho constituía-se, enquanto sistema de dominação política e econômica, atendendo aos parâmetros da economia latifundiária vigente. Encaixava-se no padrão de família extensa em que, ao casal de cônjuges e seus filhos legítimos, somava-se um núcleo periférico de tios(as), primos(as), afilhados(as) etc e um outro formado por escravos(as) – incluindo-se aí amantes e concubinas do senhor de engenho, e filhos(as) bastardos destas relações – assimilados na estrutura familiar.

Este modo de organização familiar tinha uma estrutura, notadamente, hierárquica, tanto em relação ao gênero, quanto em relação à idade, sendo o poder do *‘pater-familias’* incontestável – não só na família, mas na economia, na política e em toda sociedade.

---

<sup>19</sup> Freyre (1999) citado por Soares, Ana Cristina Nassif (2001). Mulheres chefes de família: Narrativa e percurso ideológico. Tese (dout.). São Paulo: FFCLRP/USP. P.76.

<sup>20</sup> Szapiro, Ana Maria (1998). Percursos do feminino: um estudo sobre a “produção independente” dos anos sessenta. Tese (dout.). Rio de Janeiro: PUC. P.124.

A ele era permitida, inclusive, uma prática sexual diferenciada, com tolerância à promiscuidades, incluindo-se a manutenção de concubinas e o uso das escravas para a satisfação de suas necessidades sexuais. Como resultado, o surgimento de um grande contingente de filhos ilegítimos e o aumento considerável da população mestiça.

Esta prática, aliás, se não era bem vista e estimulada, aparecia como ideal sexual para os filhos dos senhores de engenho. “O que sempre se apreciou foi o menino que cedo estivesse metido com raparigas (...). E que não tardasse em emprenhar negras, aumentando o rebanho e capital paternos”<sup>21</sup>.

As mulheres, por outro lado, tinham sua sexualidade controlada, devendo total obediência ao homem – pai, marido, ou senhor. Seu papel estava ligado à reprodução: de filhos, da riqueza e do poder do senhor de engenho.

Em sua função reprodutiva, as sinhazinhas, contavam, contudo, com a ajuda das amas-de-leite – escravas que saíam da Senzala para a Casa Grande com o objetivo de criar os filhos das primeiras.

A partir daí, talvez seja possível pensar numa determinação de gênero – que institui papéis, funções e ‘lugares’ diferentes para homens e mulheres e à ela, quem sabe, associar uma outra: a determinação de *status* – o que hoje chamaríamos classe, que também institui papéis, funções e lugares diferentes para mulheres diferentes. Este seria, então, o esboço da dupla determinação: a de classe e a de gênero, sem falar na racial. Então, se por um lado as mulheres do engenho se identificavam por serem mulheres, suas experiências também se diversificavam muito em sendo brancas ou negras, escravas ou sinhás:

“Esta é a concepção que foi cravada no imaginário brasileiro e que ainda está muito viva, ainda que tenham sido introduzidas pitadelas de modernismos de toda sorte, ou de cientificismos que procuram escamotear esta visão tradicionalista e racista”<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Freyre citado por Soares (2001). Op. Cit. P.80

<sup>22</sup> Neder, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In Kaloustian, Sílvio (org.) (1994). Família Brasileira, a base de tudo. UNICEF. São Paulo: Cortez.

O fato é que, a partir de 1870, com a publicação do Manifesto Republicano, evidenciou-se um processo de crise da monarquia no Brasil, que trouxe consigo uma grande instabilidade econômica e social. Na realidade, “é a própria sociedade patriarcal, latifundiária e escravocrata que entra em fase de progressiva desagregação”<sup>23</sup>.

Com a proclamação da República (1889), o fim do trabalho escravo e o acelerado processo de urbanização – com a migração da população da área rural para as capitais – foi se desenvolvendo um novo grupo social e a implantação de novos valores na sociedade brasileira influenciados, entre outros, pelo pensamento positivista.

Foi a partir do desenvolvimento industrial – em que às mudanças políticas recém-instauradas, somaram-se as alterações na estrutura econômica da sociedade – já no final do século XIX, que, com a influência das idéias liberais, o modelo de família nuclear burguesa criou força e representatividade no Brasil.

A família da sociedade burguesa, influenciada por valores da modernidade e assumindo a forma de família nuclear, ganhou, então, o nome de *nova família*<sup>24</sup>.

Dentro de um novo sistema produtivo a *nova família* adquiriu um caráter intimista, permeada por um valor cultural singular: a de um indivíduo livre e igual. Trata-se da ideologia individualizante moderna<sup>25</sup>, a partir da qual a família passou a ter a função de servir de matriz para o indivíduo adulto e moderno.

Também a propagação das idéias higienistas – importadas da burguesia industrial européia – contribuíram para o surgimento de uma *nova mulher* – mãe dedicada e educada para exercer as funções de educação e formação moral dos filhos – um novo “agente social do controle higiênico”<sup>26</sup>.

---

<sup>23</sup> Azzi, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In Ribeiro, I. (org.) (1987). Sociedade brasileira contemporânea. Família e valores. São Paulo: Edições Loyola.

<sup>24</sup> Neder (1994) Op.Cit.

<sup>25</sup> A este respeito ver Dumont, L. (1993). O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco.

<sup>26</sup> Szapiro (1998). Op.Cit. P.129.

A partir daí, as taxas de alfabetização entre as mulheres começaram a aumentar<sup>27</sup>, mostrando a valorização da educação feminina – voltada, sobretudo, ao casamento, à vida doméstica e familiar – para que pudessem melhor cumprir o seu papel na instrução dos filhos.

Afinal, cabia à mãe, como educadora, transmitir os valores da sociedade a sua prole, preparando os filhos para, futuramente, ter sucesso no desempenho de seus papéis na sociedade. Essa mulher-mãe “se torna assim a reprodutora por excelência da ideologia dominante e dos estereótipos sexuais, dos quais é a própria vítima”<sup>28</sup>.

Assim, uma *nova mulher* passou a ser estimulada: menos subjugada ao marido, mais moderna, mais consciente, e, sobretudo, mais dedicada ao lar e à família. Ser mãe, e exercer bem a maternidade, tornaram-se um grande objetivo das mulheres de famílias das classes média e alta, constituindo-se no valor central de suas vidas e identidades.

A esta altura, o trabalho remunerado, embora também contasse com um número cada vez maior de mulheres, consistia em poucas opções como magistério ou datilografia e só era aceito em casos de muita necessidade para as solteiras – enquanto, depois de terminada a escola, esperavam o casamento; ou entre as desprovidas de maridos, viúvas ou separadas<sup>29</sup>.

Obviamente, os padrões de conduta burgueses, embora servissem de modelo a ser perseguido por todos, referiam-se ao processo de modernização da família tradicional, branca e de origem européia.

Já os setores populares, excluídos, inclusive, do processo educacional – já que, considerados por alguns, como ‘raça inferior’ ‘não conseguiriam mesmo aprender’<sup>30</sup>, iam desenvolvendo estratégias e formas alternativas de sobrevivência.

---

<sup>27</sup> As taxas de alfabetização da mulher aumentaram mais de 100 % em trinta anos; passando de 22% em 1890 para 52% em 1920. Dados de Besse (1983) citada por Bruschini, Maria Cristina (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice. P. 63.

<sup>28</sup> Bruschini (1990). Op.Cit. P.67.

<sup>29</sup> Bruschini (1990).

<sup>30</sup> Neder (1994).

As mulheres empobrecidas, via de regra, participavam da subsistência da família de forma intensa – o que as colocava num lugar diferente daquele ocupado pelas mulheres burguesas – doces, frágeis, submissas e com grande vocação maternal:

“As condições concretas de existência dessas mulheres, com base no exercício do trabalho e partilhando com seus companheiros da luta pela sobrevivência, contribuíam para o desenvolvimento de um forte sentimento de auto-respeito”<sup>31</sup>.

Mas, o apelo da *nova família* burguesa, mostrava a sua força enquanto modelo, marcando até mesmo, a existência das famílias subalternas:

“O homem pobre, por suas condições de vida, estava longe de assumir o papel de mantenedor da família previsto pela ideologia dominante, tampouco o papel de dominador, típico destes padrões. Ele sofria a influência dos referidos padrões culturais e, na medida em que sua prática de vida revelava uma situação bem diversa em termos de resistência de sua companheira a seus laivos de tirania, era acometido de insegurança”<sup>32</sup>.

Assim, a *nova família* burguesa – como a antiga família patriarcal, mostrava sua força e legitimidade enquanto modelo de convivência. Ambas foram criadas a partir das respectivas estruturas sócio-econômicas (industrial – com uma lógica capitalista nascente e agrário-exportador – de base latifundiária) vigorantes, as quais, por sua vez, também ajudavam a manter. A reprodução de indivíduos – no caso da família moderna, e sua boa educação – de que se ocupavam as mães – eram formas eficazes de garantir a continuidade destas estruturas. Mesmo assim, essas famílias-modelo, não eram, como vimos, o único arranjo existente em cada época:

“(…) as famílias-padrão (quer se tome por base a família tradicional, patriarcal, extensa, de origem ibérica, quer então o modelo ‘higiénico’ e moralista da família burguesa de inspiração vitoriana, introduzido no país a partir do processo de modernização que acompanhou a urbanização/industrialização nos primeiros

---

<sup>31</sup> Soihet citada por Soares (2001:87).

<sup>32</sup> Soihet citada por Soares (2001:86). Este trecho de Soihet foi selecionado para indicar a influência e a força do ‘modelo’ em toda a sociedade. Mas, acredito, ele merece ser relativizado: não parece haver indícios o bastante para falar numa inviabilização total do papel de dominador do homem, sendo mais interessante falar de uma ‘adequação’ da dominação e da tirania a uma situação (a)diversa .

anos deste século) convivem no acontecer social com outras famílias, até o presente bem pouco conhecidas, de várias origens, indígenas ou africanas (matrilineares, patrilineares, poligâmicas/ islamizadas etc)<sup>33</sup>.

Dáí, a importância de recordar – mesmo que de forma sucinta, a história da formação social das famílias brasileiras. Assim, é possível perceber que as tramas sociais não se resumem a modelos e padrões instituídos, tendo havido sempre uma pluralidade de possibilidades e formas de se viver em família. Mesmo que mal vistas pelas classes dominantes, as uniões consensuais, as mães solteiras, e as famílias chefiadas por mulheres – entre outros arranjos, sempre estiveram presentes nas camadas mais empobrecidas do país.

### *1.2. Famílias pós-modernas? Permanências e mudanças nas famílias contemporâneas*

O modelo tradicional de família nuclear – hierárquico e assimétrico –, que como vimos, nunca foi a única forma de família presente na sociedade, vem, nas últimas décadas, perdendo força e representatividade, na medida em que uma série de ‘novos’ arranjos começa a aparecer e se expandir.

Vários destes arranjos não são tão novos assim, e já apareciam naqueles tempos de Brasil colônia. Lembrando, porém, que eles eram marginalizados, discriminados e até escamoteados, já que inadequados aos padrões vigentes. A ‘novidade’, então, passa a ser a ‘legitimação’ desses arranjos – a partir do momento em que eles começam a ser adotados pelas camadas médias e expostos ao mundo globalizado.

Levado a importar valores e culturas dos países europeus – talvez, proveniente de sua condição de país colonizado, este processo de transformação nas famílias ocorrido no Brasil já vem sendo identificado por estudiosos de países desenvolvidos, há algum tempo.

---

<sup>33</sup> Neder (1994:27).

Alguns atribuem este processo à força transformadora dos jovens, outros à própria luta das mulheres: com sua dupla reivindicação de direito ao trabalho remunerado e ao controle da reprodução. Mas, o fato é que a realidade naqueles países, como aqui, distancia-se cada vez mais do modelo de família burguesa predominante até o final da década de 60.

Neste sentido, Castells<sup>34</sup> aponta três tendências, observadas a partir do fim da década de 60 e que, segundo ele, seriam as *forças propulsoras* deste processo de transformação nas famílias:

- a) o crescimento de uma economia informacional global – responsável pela incorporação maciça da mulher na força de trabalho produtivo/remunerado, aumentando seu poder de barganha e abalando a legitimidade da dominação masculina justificada pela condição de provedor da família;
- b) as tecnologias reprodutivas – permitindo maior controle sobre a ocasião e a frequência das gestações;
- c) o movimento feminista – que impulsionou tudo isto a partir da luta e da conscientização das mulheres;

Neste contexto, as *'famílias vividas'* surgem “como soluções que as pessoas foram encontrando para construir um local de acolhimento afetivo, de intimidade, de cuidados mútuos...”<sup>35</sup>. Mas, estas famílias – em todas as suas variações e apesar delas, coexistem, pacificamente, com o modelo conjugal e permanecem como espaço de vida e emoção.

Neste contexto, aumenta o número de divórcios e de uniões livres<sup>36</sup> - principalmente nos grandes centros urbanos - e as relações entre os sexos se

---

<sup>34</sup> Castells, Manuel (1996). O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura. Vol 2. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

<sup>35</sup> Szimansky, Heloisa. A construção da justiça social: multifamílias, instituições e redes. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. II Encontro Latino- Americano. Brasília, 2000. P.1.

<sup>36</sup> É claro o aumento no número de divórcios não é garantia de abandono do modelo, até porque é comum haver “um patriarcalismo sucessivo: a reprodução do mesmo modelo com diferentes parceiros”. Mas, é inegável que, de alguma forma, passando por esta experiência, as estruturas de dominação acabam sofrendo abalos. Além disso, a tendência observada é de que o fim dos casamentos leva, cada vez mais, à formação de novos lares, novos arranjos familiares. Assim, ao mesmo tempo em que sobem as taxas de divórcio e separação, cresce o número de lares unipessoais ou de filhos morando com apenas um dos pais. Já o

alteram, multiplicando-se, assim, as tentativas de redistribuição dos papéis no interior das famílias.

Os papéis instituídos refletem, por um lado, uma intrincada distribuição de privilégios e, por outro, a dimensão política presente na interação dos indivíduos. Através da distribuição de papéis é possível observar a família como um sistema intermediário entre indivíduo e sociedade. Afinal, a relação entre os membros está ligada à dimensão interna da família, com todas as questões de poder e autoridade ali vividas, sendo também reflexo de outras dimensões da vida social, e, por isso, deve ser pensada a partir da articulação entre questões internas e externas ao universo familiar:

“Esses papéis não são atribuídos a personalidades propícias ao seu desempenho, como reza o modelo psicanalítico, mas, ao contrário, a família se notabiliza justamente pela capacidade de ‘criar’ as personalidades adequadas aos papéis”<sup>37</sup>.

Assim é que apesar das significativas rupturas a que vimos assistindo, alguns ritos se perpetuam, e velhos hábitos insistem em aparecer, mesmo no cotidiano daqueles que os questionam:

“É a vida cotidiana em toda a sua continuidade, ela na cozinha, ele diante do seu jornal, bonecas para as meninas, carrinho para os meninos. É difícil mudar, é difícil não impor um modelo aos filhos, é difícil redistribuir os papéis”<sup>38</sup>.

Afinal, não é possível cortar definitivamente os vínculos com tudo o que é tradicional na vida, com toda e qualquer forma de atividade cotidiana, sob o risco de se perder a referência do que nos é familiar e até a própria “segurança”. Isto não significa que cotidiano e família não possam ser contestados, atualizados, reinventados. Até porque, aceitar a vida cotidiana sem críticas ou restrições, conduz à uma segurança sem liberdade e, por isso se diz que “criar novas formas

---

aumento das uniões consensuais é um dado relevante porque “a falta de legalização enfraquece a autoridade patriarcal, tanto institucional como psicologicamente”. Castells (1999). Op. Cit.

<sup>37</sup> Bruschini (1990: 72).

<sup>38</sup> Bruschini (1990: 28).

de vida que substituam a família tradicional, mas que sejam escolhidas livremente pode ser (...) o melhor caminho”<sup>39</sup>.

No entanto, falar em ‘liberdade’ de escolha também é tarefa complexa e merecedora de cuidado e atenção. Trata-se de um valor moderno, ligado à ideologia individualizante, que nos remete (mais uma vez) ao lugar intermediário da família: entre indivíduo e sociedade.

Os ideais da Revolução Francesa: Igualdade, Liberdade e Fraternidade foram importados e influenciavam a burguesia e a *nova família*, que ganhou a tarefa de (re)produzir os novos indivíduos. Sendo, liberdade e autonomia, as palavras de ordem:

“Autonomia, como a própria palavra indica, traz a idéia de que cada indivíduo tem o poder de fazer suas próprias normas. Portanto, estamos diante de um imaginário de independência, que produz um tipo de enfrentamento, uma tensão permanente entre o ‘indivíduo autônomo’ e a sociedade”<sup>40</sup>.

Esta tensão passa ainda pela família, que com sua dinâmica própria e com papéis instituídos, distribui desigualmente o poder, limitando a autonomia de cada um de seus membros. Assim, a família exerce seu papel fundamental: disciplinarizar os indivíduos aos ideais desta ética individualista. E aí, se pensarmos, então, em ‘simplesmente’ mudar estas famílias, lembramos que há mais uma instância acima delas que é a sociedade moderna, que tem diversos e eficientes mecanismos – até porque invisíveis – de disciplinarização e de controle<sup>41</sup> dos indivíduos:

“O poder nas sociedades modernas é exercido de forma difusa, organizando-se de forma tal que a idéia de escolha individual, tão cara aos modernos, é, em última instância, determinada socialmente. O indivíduo moderno está submetido a agenciamentos sociais que definem parâmetros de ‘opções’ que, no entanto, ele mesmo acredita serem o resultado de um exercício de sua ‘absoluta’ liberdade”<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> Bruschini (1990: 28).

<sup>40</sup> Szapiro, (1998:19).

<sup>41</sup> Para maiores detalhes sobre estes mecanismos ver Foucault (1998). Vigiar e punir: nascimento da prisão. 18ª ed. Petrópolis: Vozes.

<sup>42</sup> Szapiro (1998:19).

Neste sentido, mudar as famílias a fim de instituir relações mais igualitárias, deixa de ser tarefa simples, condicionada apenas a um ato de escolha, ou a segurança individual. Na verdade, este, ou qualquer outro projeto, não é um fenômeno de ordem subjetiva, ou interna, e sim circunscrito, histórica e culturalmente, num '*campo de possibilidades*':

"Nem robôs inteiramente programados e comandados por princípios e mecanismos inconscientes, nem o livre arbítrio do indivíduo-sujeito, que molda e faz a sua vida sem limitações, no reino da total liberdade cognitiva e existencial. Para tentar dar conta do problema dos limites e, ao mesmo tempo, procurando não ignorar a margem de manobra possível dentro da sociedade, é que tenho utilizado a noção de campo das possibilidades"<sup>43</sup>.

As possibilidades, então, instituídas com o conceito de indivíduo moderno, se apontavam para questões de liberdade, também abriam possibilidades para que se reivindicasse igualdade<sup>44</sup>. O indivíduo como valor estruturante e a ideologia igualitarista trazem questões bastante complexas, como a lógica da 'indiferenciação' e o conseqüente aplainamento das diferenças. Ou seja, a partir daí, há uma verdadeira 'homogeneização' de identidades, tornando incômodas as diferenças que, via de regra, passam a ser justificadas<sup>45</sup>.

Daí, o interesse que os estudos de família vem despertando. Dada a pluralidade de arranjos familiares que diferem do modelo ideal – família nuclear composta de pai, mãe e filhos – há muito a ser 'justificado', 'explicado'. Este aumento no número de famílias 'diferentes', aliás, é um fenômeno, freqüentemente, colocado como 'crise da família' – idéia que costuma provocar pavor nas diversas instâncias da sociedade.

Neste sentido, Castells parece bastante cuidadoso, tratando de delimitar o conceito de crise, que segundo ele, refere-se apenas ao modelo patriarcal: um modelo tradicional de família herdado, em última instância, do patriarcado – família

---

<sup>43</sup> Velho, Gilberto (1981). Parentesco, individualismo e acusações. In Figueira, S. A. e Velho, G. (coord). Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro: Campus. P.79.

<sup>44</sup> A idéia de igualdade entre os seres humanos abriu um *campo de possibilidades* para as mulheres que viram ali, a brecha para contestar o seu status de cidadã de 'segunda categoria', reivindicando igualdade de oportunidades em relação aos homens. Ou seja, a ideologia igualitarista, abriu espaço para que o movimento feminista pudesse desenvolver.

<sup>45</sup> Szapiro (1998).

nuclear, composta de pai, mãe e filhos, de estrutura hierárquica e com rígida divisão de papéis e funções, caracterizada pela “autoridade/dominação contínua exercida pelo homem, cabeça do casal, sobre toda a família”<sup>46</sup>.

O que está em jogo, portanto, não é o desaparecimento da família, mas do modelo tradicional de família patriarcal:

“Não se trata necessariamente do fim da família (...), mas da família como a conhecemos até agora. Não apenas a família nuclear (um artefato moderno), mas a família baseada no domínio patriarcal, que tem predominado há milênios”<sup>47</sup>.

Ainda assim, é preciso estar atento para as armadilhas: dizer que a família está em crise, ainda que se esteja referindo a crise da família patriarcal descrita por Castells, significa, em última instância, admitir a existência deste modelo como único, contribuindo com o *mito evolucionista da família*.

A ‘lógica evolucionista’<sup>48</sup> reforça o mito da família unida e coloca a família nuclear no ápice do processo de evolução; numa passagem que vai da família extensa a família conjugal moderna<sup>49</sup> – em que os casais e seus filhos moram harmoniosamente sobre o mesmo teto.

A família moderna tem como característica a incorporação do amor romântico ao laço conjugal, através da livre escolha do cônjuge, e, como vimos, a valorização da maternidade, pela centralidade do papel da mãe na socialização dos filhos e a exaltação do lar como um lugar seguro, um refúgio contra as pressões do mundo público<sup>50</sup>. Daí, que alguns adeptos da lógica evolucionista vejam neste modelo um nítido avanço moral, colocando-no no cume do processo de evolução.

---

<sup>46</sup> Castells (1999: 173).

<sup>47</sup> Castells (1999: 174).

<sup>48</sup> Fonseca, Claudia (1995). Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In Ribeiro, I. e Ribeiro, A. T. (org.). Famílias em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira. São Paulo: Loyola.

<sup>49</sup> Também foi este o percurso que trilhamos no capítulo anterior, mas com o claro objetivo de mostrar que este caminho foi o das classes dominantes, tendo sempre existido caminhos ‘alternativos’ – vividos, paradoxalmente, por grande parte da população.

<sup>50</sup> Outra característica importante da família nuclear, mas que costuma ser esquecida por seus defensores, é o seu isolamento que “acentua o peso do papel da mãe na medida em que esta não conta com parentes para ajudar e, por outro lado, o marido se encontra fora trabalhando”. Bruschini (1990: 67).

Neste sentido, qualquer forma de se viver em família diferente deste modelo é vista como desagregação ou patologia e, como as demais diferenças modernas, causam incômodo e devem ser explicadas.

Ainda neste contexto, embora dentro de uma linha um pouco mais progressista, surgem as ‘explicações’ – muitas travestidas de denúncias – que vêm culpar o capitalismo e as mazelas econômicas e sociais pela ‘desagregação’ ou crise da família.

Mas, apesar da válida tentativa de contextualização, lembrando inclusive a realidade sócio-econômica de cada época, há um erro grave que perpassa estas idéias: mais uma vez, a premissa implícita de que existiria uma família ideal, feliz e ‘natural’ – que corresponderia a família conjugal, sendo quaisquer outras merecedoras de ‘explicações’.

Assim, é preciso cautela com estas afirmações, até porque, como vimos, não se pode falar, ao longo da história em um único modelo, ou num modelo natural. Além disso, os modelos que passaram a circular no senso comum como naturais correspondiam sempre às expectativas das classes dominantes, não representando senão uma pequena parte da população.

Não se trata aqui, é bom que se esclareça, de desculpar ou minimizar os efeitos cruéis e perversos que as políticas públicas (ou a falta delas) acarreta sobre milhões de brasileiros. Mas, de reconhecer que até mesmo por isso, há especificidades na dinâmica histórica destes setores mais desfavorecidos a serem levados em conta. O inadmissível, a nosso ver, é a utilização do sistema de valores, que rege a dinâmica histórica das classes dominantes, como valor único, ou o mais evoluído.

Assim, sabendo ser ‘comum’ se deixar guiar por uma imagem evolucionista em que a família conjugal aparece como ideal de evolução, é preciso tomar os historiadores sociais como aliados, procurando ter claro que todas as famílias, constituídas modelos hegemônicos, ou não, são ‘apenas’ conseqüências de um determinado contexto histórico e social<sup>51</sup>.

---

<sup>51</sup> Afinal as famílias, como dissemos, são intermediárias entre indivíduos e sociedade – representando aspectos fundamentais de ambos. E daí, que a psicossociologia também tenha muito a contribuir em termos de enfoques e ferramentas para o estudo dos sistemas familiares.

Neste sentido, aquilo que, sob qualquer justificativa ou explicação, é colocado como crise, deve ser visto mais na forma de um ‘alargamento’ das possibilidades e formas de se viver em família – o que também só foi possível, importante frisar, devido ao processo de ‘proletarização’<sup>52</sup> das formas ‘marginais’ de se viver em família.

Assim, é que na pós-modernidade, ao invés de falarmos em crise da família, devíamos falar em crise de modelos, devendo ser o modelo da ‘democratização’ o único plausível no campo das relações humanas e familiares.

### 1.3. *Famílias em contexto de pobreza – algumas reflexões*

A despeito do esforço de teóricos e estudiosos para desconstrução da idéia de família ideal, continua fazendo parte do senso comum um modelo baseado na ‘nova família’ – a família nuclear burguesa: um pai que trabalha, uma mãe que fica em casa e crianças que vão a escola. Mas, de tão profundamente enraizado e banalizado este modelo, ninguém costuma lembrar que a sua existência exige alguns pressupostos: trabalho regular, moradia e escola.

Assim, apesar de básicos para uma vida digna, estes pressupostos não são acessíveis a milhões de brasileiros que, ao contrário, vivem as conseqüências dramáticas das políticas neoliberais; com desemprego crescente, encolhimento dos serviços públicos etc.

A partir daí, fica fácil entender a impossibilidade de efetivação deste modelo familiar por grande parte das camadas populares e o grande paradoxo que aí se instaura: a situação impede sua realização, mas também coloca este modelo como ideal e o legitima – aumentando o sentimento de incapacidade de grande parte da população ao não conseguir se ‘adequar’.

---

<sup>52</sup>‘Proletarização’ seria o processo através do qual as formas ‘marginais’, ‘alternativas’, ‘desagregadas’ ou ‘patológicas’ de se viver em família, foram deixando de ser uma prerrogativa das classes subalternas e se tornando cada mais freqüentes nas classes médias. Este fenômeno é apontado por alguns autores como a grande mudança observada desde a *nova família* – a família nuclear moderna, uma vez que famílias ‘alternativas’ sempre estiveram presentes, não sendo nenhuma invenção da pós-modernidade.

Este é um outro problema com a instauração – recorrente – de modelos. Como vimos, os modelos tendem a representar, apenas, uma parcela da população, mas, que detém poder suficiente para os naturalizar e os colocar na forma de ideais a serem perseguidos. Quem não se adequa é visto como desviante e tende a viver um sentimento de fracasso<sup>53</sup>.

Se, neste ponto, resgatamos a tal da lógica evolucionista, as classes abastadas – com mais chances de efetivar ‘o modelo’ – ganham o status de evoluídas, enquanto as classes desfavorecidas passam a ser vistas como ‘atrasadas’ – aqueles que um dia chegarão lá:

“A implicação está clara. O novo, o interessante, o moderno, está tudo conosco. ‘Nós’ (a elite) temos cultura. Nós inovamos. ‘Eles’ (os pobres) estão tentando e, quem sabe, um dia cheguem lá”<sup>54</sup>.

Daí, o esforço de teóricos para desconstruir estas idéias, que, no entanto, parecem persistir no senso comum e no sentimento de inadequação destas ‘famílias alternativas’.

Neste sentido, é preciso buscar a dinâmica histórica orientadora da prática de cada grupo, ao invés de esperar que grupos com realidades sócio-econômicas tão diferentes – ainda mais no Brasil, onde a péssima distribuição de renda cria um imenso abismo entre ricos e pobres – compartilhem de um mesmo sistema de valores e comportamentos:

“Quanto mais a realidade humana é reduzida a alguns traços globais, tanto mais a ética tende a tornar-se unilateralmente idealista e desligar-se da concretude histórica das pessoas e situações. O ideal de convivência familiar deixa-se formular em poucas palavras, mas a caminhada de cada família e de cada um de seus membros depende das condições reais em que eles vivem e das possibilidades presentes de que eles dispõem”<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> Estas idéias são colocadas por autores como Szymanski (2000), entre outros. Szymanski, Heloisa (2000a). Simpósio: A construção da justiça social: multifamílias, instituições e redes. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. II Encontro Latino- Americano. Brasília, 2000.

<sup>54</sup> Fonseca, Claudia (1995). Op.Cit. P. 75.

<sup>55</sup> Leers, Bernardino (1987). Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984). In Ribeiro, I. (org.). Sociedade brasileira contemporânea. Família e valores. São Paulo: Edições Loyola. P. 134.

Assim, apesar do contexto geral do país ser marcado por desigualdade e pobreza, ‘ajudando’<sup>56</sup> inclusive na proliferação de formas diversas de se viver em família, é preciso, logo de início, ressaltar que, apesar de suas variações, as famílias continuam sendo um lugar privilegiado de proteção e de pertencimento.

Não significa a não existência de motivos para preocupação, afinal, como intermediária entre indivíduos e sociedade, as famílias sofrem influência do meio, podendo este contexto ser fortalecedor ou esfacelador de suas possibilidades e potencialidades, principalmente aquelas ligadas à proteção, socialização e criação de bons vínculos relacionais. Assim, “o potencial protetivo e relacional aportado pela família, em particular daquelas em situação de pobreza e exclusão, só é passível de otimização se ela própria recebe atenções básicas”<sup>57</sup>.

Afinal, um contexto de pobreza costuma ter repercussões decisivas para uma deteriorada qualidade de vida. Ainda mais quando se entende a pobreza não somente como “uma determinada relação das pessoas com as coisas, mas uma relação destas consigo mesmas, com outros e com o ambiente psicológico, social e ecológico”<sup>58</sup>.

A partir daí, é possível pensar em formas diversas pra lidar com a questão da pobreza e das famílias de classes desfavorecidas, entendendo que:

“O sentido das necessidades básicas das famílias pobres deve suplantar a mera visão biologista e incluir outras como psicológicas, sociais e éticas, de auto-estima, de uma relação significativa com os outros, de crescimento da própria competência ou de uma participação na definição do significado de sua vida pessoal e dos demais”<sup>59</sup>.

Talvez seja este o motivo pelo qual as políticas, voltadas apenas para a renda familiar, venham se mostrando insuficientes. É o que parece sugerir a

---

<sup>56</sup> A idéia de ‘ajuda’ não é condizente com a ‘determinação’. A condição sócio-econômica fragilizada não é a ‘causa’ da proliferação de novos arranjos familiares, afinal, este fenômeno não é exclusividade das camadas empobrecidas.

<sup>57</sup> Carvalho, Maria do Carmo (2000). O lugar da família na política social. In: Carvalho, M. C. (org). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez. P.18.

<sup>58</sup> Amat et al, citado por Takashima, Geney (1994). O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis - uma questão de postura. In Kaloustian, Sílvia (org.) (1994). Família Brasileira, a base de tudo. UNICEF. São Paulo: Cortez.

<sup>59</sup> Takashima (1994). Op.Cit. P. 79.

necessidade de elaboração de planos mais globais, capazes de contemplar os diversos aspectos presentes na questão<sup>60</sup>.

Mas, para que estes aspectos possam ser apreendidos de forma profícua, é preciso uma aproximação maior da realidade dessas famílias, rompendo com a visão evolucionista e buscando entender as especificidades apresentadas em termos de valores e comportamentos.

Assim, diante do desafio de tentar mapear a dinâmica própria das famílias em contexto de pobreza, uma primeira constatação se faz evidente: a maior parte dos estudos indica uma certa 'lógica da solidariedade' que estaria presente, marcando oposição com a 'lógica do individualismo' das classes médias<sup>61</sup>.

Esta lógica da solidariedade refere-se, no entanto, à ação dessas famílias perante a sociedade, não estando ligada à harmonia e consenso entre os membros, mas à uma espécie de 'interdependência necessária com o outro'.

Uma pergunta que se impõe a partir daí é se esta 'família solidária' seria um modelo 'novo', ou se seria apenas uma adaptação da família tradicional às condições adversas.

Afinal, pensar os pobres como 'os outros' e as famílias trabalhadoras a partir de 'estratégias de sobrevivência', reduzindo sua existência a um arranjo em prol de suprir as necessidades materiais, é um viés histórico, atualmente, contestado por estudiosos. Há, implícitos nestas idéias, antigos preconceitos que levam a pensar a identidade social das classes desfavorecidas como construídas apenas pela determinação de classe, quando na verdade, existem outras implicações:

“Os pobres urbanos constituem uma categoria relacional, cuja definição básica é sem dúvida o eixo econômico, mas cuja identidade social se constrói com base num processo contínuo de identificações e diferenciações que fazem parte da lógica social de

---

<sup>60</sup>Neste sentido, alguns autores já chegam a afirmar serem “necessárias atenções diversificadas que se complementam mutuamente” como, por exemplo, “serviços de apoio psicossocial, cultural e jurídico”, o que representa uma grande evolução no pensamento das políticas públicas. A idéia é sair, cada vez mais da lógica tutelar e assistencialista – em que a distribuição de cestas básicas se traduz num perfeito exemplo, desenvolvendo a autonomia familiar e trabalhando por seu fortalecimento emancipatório. Assim, “no lugar de uma política social movida pela compaixão, busca-se consolidar uma política movida pela lógica do reconhecimento dos direitos sociais e, portanto, da justiça e da equidade”. Carvalho (2000). Op. Cit. P.18,19 e 20.

<sup>61</sup> A este respeito ver Bilac, E.D. (1995). Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In Ribeiro, I. e Ribeiro, A T. (org.). Op. Cit.

um sistema diferenciador por excelência, tanto em sua faceta capitalista, que institui a desigualdade básica, como em sua faceta hierárquica, que reproduz reiteradamente facetas complementares<sup>62</sup>.

Neste sentido, as famílias em questão apresentam, segundo Sarti, uma estrutura hierárquica, seguindo um padrão de autoridade patriarcal: precedência do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos e dos mais velhos sobre os mais novos. Estas famílias pobres urbanas teriam ainda uma dinâmica onde a divisão sexual do trabalho se faz notável: o homem aparece como provedor e a mulher como dona de casa – com papéis de gênero e idade definidos, de forma recíproca e complementar.

A autoridade do homem é definida em relação ao mundo externo, ele é o responsável pela imagem externa, pelo respeito e respeitabilidade da família – fazendo um papel estratégico de intermediário entre a família e o mundo externo.

Assim, embora o homem possa ser identificado como uma figura de autoridade, a mulher também tem uma parcela incontestável de autoridade baseada, principalmente, nos seus papéis de mãe – e numa forte valorização simbólica desta figura<sup>63</sup> – e dona de casa – por quem é responsável pela organização e bom funcionamento.

Além disso, o controle do dinheiro, também aparece um dos fundamentos da autoridade da mulher; uma prerrogativa de seu papel de dona de casa, que independe de sua capacidade individual de ganhar dinheiro.

A partir daí, surgem interessantes distinções colocando o homem como ‘chefe da família’ e a mulher na condição de ‘chefe da casa’.<sup>64</sup> Entretanto, não deixa de haver uma hierarquia implícita, situando a autoridade do homem num plano mais elevado e menos imediato do que aquele ocupado pela mulher<sup>65</sup>.

---

<sup>62</sup> Sarti, Cynthia (1995). O valor da família para os pobres. In Ribeiro, I. e Ribeiro, A T. (org.). Op. Cit. P.148.

<sup>63</sup> Segundo Sarti “essa valorização da mãe é um dos muitos aspectos que fazem do Brasil um país extremamente paradoxal: tem uma taxa de abortos que se situa entre as mais altas do mundo, tem um alto índice de crianças abandonadas e tem uma alta incidência de mulheres ‘chefes de família’ vivendo em condições precárias e cuidando de seus filhos sem nenhum amparo legal”. Sarti (1995). Op. Cit. P.137.

<sup>64</sup> Sarti (1995).

<sup>65</sup> Talvez seja a partir daí se desenvolvam as formas ‘veladas’ de poder e controle por parte das mulheres. Neste contexto se insere o comentário de Leers: “Em muitos lares, quem manda em tudo, mantém a linha e dirige até o próprio marido é a mulher-mãe. Mas ela é tão inteligente ou tão treinada em ser submissa conforme o figurino oficial, que deixa seu marido com a impressão agradável de que é ele quem manda em

Neste sentido, há, não só uma vinculação do trabalho feminino como complementar ao do homem – sendo seus rendimentos destinados aos ‘extras’ – mas também uma espécie de ‘experiência negativa’ da mulher em relação ao trabalho fora do lar. Primeiro pelos baixos salários e más condições, depois por este trabalho ter que afastá-las do cuidado com a casa e, principalmente, do cuidado com os filhos. Assim, a imagem de dona de casa vai se legitimando:

“Diferentemente das mulheres profissionais de camadas médias e altas, a baixa qualificação, baixa remuneração e sobrecarga de tarefas domésticas para as trabalhadoras pobres contribuem para tornar o trabalho remunerado muito pouco gratificante, ainda que ‘algum dinheirinho meu’ e o exercício de uma atividade ‘fora de casa’, que as retire do confinamento doméstico, justifiquem muitas vezes os sacrifícios”<sup>66</sup>.

Dizer que os pobres usam um padrão de autoridade patriarcal, que não é exclusivamente seu, não é o mesmo que corroborar a tese de ‘triunfo da ideologia dominante’, ou da ‘alienação’ ou incapacidade de construções culturais próprias, “mas implica pensar que a elaboração de traços culturais próprios se dá pela re-tradução, pela re-interpretação de matrizes simbólicas socialmente dadas, com seus recortes, suas tensões e ambigüidade de não ter apenas uma face”<sup>67</sup>.

Esta, aliás, parece ser uma característica da sociedade brasileira, fazer sempre uma espécie de releitura, ou decodificação, a partir de nossas próprias experiências e referenciais, dos modelos que aqui chegam. Haveria assim, como marca do processo de modernização do Brasil – com sua imensidão territorial – e de suas famílias, um movimento constante de incorporação e adaptação do ‘moderno’ ao ‘arcaico’, numa prática em que novos valores são incorporados a valores tradicionais, delineando o que seria a nossa “originalidade nacional”<sup>68</sup>.

---

casa”. Leers (1987). Op.cit. P.149. Mas, para maiores detalhes sobre estratégias ‘sutis e manipulativas’ desenvolvidas pelas mulheres brasileiras e utilizadas para influenciar o comportamento de maridos e filhos ver Rocha-Coutinho, Maria Lucia (1994). Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco.

<sup>66</sup> Sarti (1995: 145).

<sup>67</sup> Sarti (1995: 147).

<sup>68</sup> “A originalidade nacional” se refere então a este modo peculiar brasileiro de assimilar e interpretar as experiências das sociedades desenvolvidas, fazendo uma espécie de “colagem mais ou menos” dos valores modernos à nossa constituição social tradicional. Uma das conseqüências seriam “as idéias fora do lugar”,

E, como estamos falando das famílias pobres, talvez não fosse errado exacerbar ainda mais a tal ‘originalidade’, já que, até chegar aí, haveria dois níveis de re-leitura, ou re-tradução: o primeiro seria feito pelas classes médias, abastadas e/ou mais intelectualizadas, mais abertas a inovações culturais e com mais recursos para captá-los, tendo como matéria prima idéias e valores ‘importados’ de países ‘desenvolvidos’; já o segundo, seria feito pelas classes desfavorecidas, tendo como ponto de partida os resultados do primeiro nível de re-interpretação feito pelas camadas médias.

A partir daí, ainda que as relações patriarcais apareçam como estruturantes do nosso ‘caráter nacional’ enquanto brasileiros – sejamos ricos ou pobres<sup>69</sup> - vai delineando-se uma realidade complexa, com grande originalidade e pluralidade de possibilidades – inclusive de contradições e ambigüidades – típicas de um cenário pós-moderno:

“A realidade da vida familiar no Brasil, porém, é muito mais complexa e variada. A rapidez e a desigualdade do ritmo das mudanças, a diversidade das áreas culturais, a variação regional do desenvolvimento humano no país tornam qualquer tentativa de uniformização ingênua e superficial. Lugar, classe social, sexo, cor, idade condicionam profundamente as formas concretas da convivência dos milhões de famílias que estão escrevendo a sua história”<sup>70</sup>.

Neste sentido, é que a identidade dos pobres urbanos, embora seja construída em relação com a totalidade a que se referem, permitindo falar em família patriarcal<sup>71</sup>, baseia-se num mecanismo de sucessivas re-traduições – com a adição de elementos próprios, não sendo possível falar de passividade, ou de uma simples reprodução da ideologia dominante. O que há é uma espécie de

---

brilantemente discutidas por Schwarz. Para maiores detalhes ver Schwarz, Roberto (1981). *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades.

<sup>69</sup> É claro que a forma com que as relações patriarcais vão aparecer será diversa em cada esfera e em cada família, dependendo da re-leitura feita por cada um, a partir de valores e dinâmicas próprios, que se podem ser notados entre ricos e pobres, também aparece em cada família e em cada indivíduo – ainda que dentro do *campo de possibilidades* de cada um.

<sup>70</sup> Leers (1987: 134).

<sup>71</sup> “Evidentemente não se trata da família patriarcal associada ao poder político (...), mas a família patriarcal como um modelo de autoridade, no que se refere às relações internas da família, em que o homem tem precedência sobre a mulher, os pais sobre os filhos e os mais velhos sobre os mais novos; e, ainda, como o paradigma de uma concepção moral fundada no princípio da reciprocidade que rege a lógica da casa e que dá sentido também às relações fora do âmbito familiar”. Sarti (1995: 147).

tensão permanente “entre o projeto global e as condições reais da criatividade moral dos agentes humanos”<sup>72</sup>.

Daí, a importância de uma reflexão crítica em relação aos indicadores estatísticos brasileiros – objetivo do capítulo seguinte.

#### *1.4. Refletindo sobre alguns indicadores nacionais*

A despeito do processo de globalização, ou mesmo em decorrência dele, há especificidades em relação às mulheres e famílias brasileiras que devem ser analisadas.

O fenômeno mundial (ou global) de declínio do patriarcado, preconizado por Castells, deve ser pensado de forma ainda mais cautelosa no caso do Brasil, país “em desenvolvimento”. Apesar de muitas estatísticas brasileiras apontarem na mesma direção das tendências mundiais pontuadas pelo autor – o que é de se esperar num mundo globalizado – um olhar mais atento e crítico deve ser lançado sobre estes números, revelando algumas importantes particularidades<sup>73</sup>.

Também aqui há uma significativa diminuição no número de famílias que seguem o modelo tradicional de origem patriarcal – casal, em seu primeiro casamento, morando com seus filhos<sup>74</sup>. Redução, aqui também, acompanhada pelo crescimento de formas alternativas de organização doméstica, onde se destacam as organizações unipessoais e as famílias formadas por mulheres e seus filhos – sem cônjuge<sup>75</sup>.

No que se refere às unidades domésticas unipessoais, revelando maior incremento entre os jovens, deve-se levar em conta tanto o aumento no número

---

<sup>72</sup> Leers (1987: 135).

<sup>73</sup> Basta dizer que, na década de 90 ainda havia mais de um terço (36,8%) das famílias brasileiras vivendo em condições bastante precárias, encontrando-se “abaixo da denominada ‘linha de pobreza’, isto é, com um rendimento familiar ‘per capita’ de até 1/2 salário mínimo”. Ribeiro, Rosa Maria; Sabóia, Ana Lúcia; Branco, Helena & Bregman, Sílvia. “Estrutura familiar, trabalho e renda”. In Kaloustian, Sílvia (org.) (1994). Op. Cit.

<sup>74</sup> Apesar da redução relativa que sofreu entre 1981 e 1990 (6,3%), este tipo de unidade doméstica continua a predominar na sociedade brasileira, representando cerca de 60% do total, em 1990.

<sup>75</sup> “As unidades domésticas unipessoais e as famílias formadas por mulher sem cônjuge morando com os filhos são os dois tipos que apresentaram maior crescimento relativo: 21,4% e 19%, respectivamente”. Ribeiro, Rosa Maria et al. (1994). Op.Cit. P.135.

de separações e divórcios, como o casamento mais tardio das mulheres – modelos de comportamento próximos aos encontrados nos países em superior estágio de desenvolvimento.

Já no caso das famílias integradas pela mãe com filhos, percebe-se a articulação de diversos fatores. De um lado, aparece o aumento da participação feminina no mercado de trabalho<sup>76</sup> e a suposta transformação dos valores que indicavam o casamento como melhor opção para a mulher – elementos que incidiram sobre pessoas de todos os níveis sociais, mas, em especial, nos mais elevados.

De outro, “o próprio aprofundamento da situação de pobreza, decorrente da crise econômica pela qual vem passando a sociedade brasileira, (que) gerou uma série de situações que também contribuíram para a não manutenção do padrão tradicional”<sup>77</sup>. É o caso do desemprego, que, tendo afetado os homens de forma mais intensa, dificultou a manutenção de padrões, segundo os quais é de responsabilidade masculina prover o lar<sup>78</sup>.

Em relação à nupcialidade, além do adiamento da formação de casais, observa-se aqui, como na maior parte dos países de primeiro mundo, um aumento no número de relacionamentos sem casamento – ou uma diminuição dos casamentos oficiais. Embora siga as tendências mundiais, estes números estão relacionados às dificuldades econômicas da maioria da população, que impediam a legalização de seus relacionamentos. Conforme Petrucelli<sup>79</sup> afirma:

“O aumento das uniões consensuais no Brasil não seria apenas expressão da modernização dos valores sociais em relação à constituição das famílias, mas também da precariedade das condições de vida de uma parcela significativa da população”.

---

<sup>76</sup> Se, como dissemos antes, a crescente participação da mulher no mercado de trabalho não pode ser pensada apenas do ponto de vista da emancipação feminina, no caso brasileiro, este alerta deve ser redobrado. Por isso esta questão será abordada mais adiante.

<sup>77</sup> Ribeiro, Rosa Maria et al. (1994: 137).

<sup>78</sup> Este fator também parece repercutir no aumento do número de separações e divórcios que, entre 1984 e 1990, “passou de 70,4 mil para 148,7 mil, representando um incremento de 55,9%”. Ribeiro, Rosa Maria et al. (1994: 137).

<sup>79</sup> Petrucelli, José Luis. “Nupcialidade”. In Kaloustian, Sílvio (org.) (1994). Família Brasileira, a base de tudo. UNICEF. São Paulo: Cortez. P.167.

É preciso não se esquecer de que a participação da mulher no mercado de trabalho, também tem relações com a crise econômica, o desemprego (de seus maridos), e a má distribuição de renda – outra característica marcante na sociedade brasileira:

“O fato de a distribuição de renda da População Economicamente Ativa – PEA, nesta década, ter piorado sensivelmente<sup>80</sup>, fez com que mais membros das famílias, além de seus chefes, fossem obrigados a ingressar no mercado de trabalho. Só assim foi possível fazer frente às conseqüências da crise econômica que se abateu sobre elas. Tal processo garantiu viabilidade, sobretudo pela expansão do setor de serviços, facilitando a incorporação das mulheres”<sup>81</sup>.

Além disso, crescendo o número de famílias chefiadas por mulheres, há também de aumentar a sua participação no mercado de trabalho – o que traz especificidades para a dinâmica interna destas famílias, que passamos agora a analisar.

### *1.5. O caso da chefia feminina – rumo à ‘feminização’ da pobreza*

Dentro da pluralidade de formas de se viver em família a que estamos assistindo, as famílias chefiadas por mulheres vem se destacando: primeiro, pelas suas elevadas taxas de crescimento<sup>82</sup>, assumindo posição cada vez mais

---

<sup>80</sup> “Enquanto os 50% mais pobres, que em 1981 detinham apenas 13,4% da renda nacional, tiveram em 1990 sua participação reduzida para 11,2%, os 1,0% mais ricos aumentaram de 13,0 para 14,6%, aprofundando a desigualdade”. Ribeiro, Rosa Maria et al. (1994). p.150.

<sup>81</sup> Ribeiro (1994: 151).

<sup>82</sup> Em 1991, 8,5% das mulheres diziam-se chefes de família e respondiam por 18,1% dos domicílios. Já em 2000, este número passou para 12,9%, o que corresponde a 24,9% dos domicílios brasileiros. Ou seja, em cada quatro domicílios brasileiros é chefiado por mulher, representando um crescimento de cerca de 37,5%, de acordo com o IBGE. É importante dizer que o conceito de responsável pelo domicílio utilizado pelo IBGE está baseado na indicação, feita pelos moradores, da pessoa de referência – reconhecida como a responsável por aquela família. Esta nova metodologia utilizada pelo IBGE – de perguntar quem é a pessoa de referência, significa, é bom que se diga um grande avanço: há algum tempo, tanto as pesquisas de coleta de dados quanto os estudos teóricos concebiam a chefia feminina como negação da chefia masculina. Ou seja, o termo era tradicionalmente aplicado apenas às situações em que o parceiro masculino estivesse ausente – viúvas, mães solteiras, separadas etc. Neste sentido, a simples presença de um homem na casa, justificava a ‘tradicional’ chefia masculina. Apesar do avanço, no entanto, fica um questionamento: o quanto as marcas e os valores patriarcais – ainda presentes na sociedade – podem afetar a resposta dos membros dos domicílios? Neste caso, muitas respostas podem indicar o homem como responsável, ainda, por pura tradição

representativa na sociedade brasileira, como em todo o mundo; segundo porque, no Brasil, elas estão concentradas nas camadas mais pobres da população, apresentando maior vulnerabilidade aos contextos de recessão econômica e transformando-se num importante foco de pobreza absoluta:

“A interpretação para o aumento das famílias chefiadas por mulheres vai na linha da modernização, industrialização e abertura no leque de opções para a mulher nos países ricos, e das más condições de vida gerando instabilidade nas relações interpessoais nos países pobres”<sup>83</sup>.

Neste sentido, surgem expressões como *‘feminização da pobreza’* para relatar a super-representação na sociedade brasileira das mulheres como chefes de lares, e, em especial, daqueles em situação de pobreza<sup>84</sup>:

Uma das questões importantes para entender este fenômeno é a questão do trabalho feminino: se o trabalho da mulher é menos valorizado que o dos homens, e se elas ocupam posições de baixos salários e prestígio, sendo, muitas vezes, difícil sustentar a si mesmas, fica ainda mais complicado – e mais apertado – assumirem – sozinhas<sup>85</sup> – a responsabilidade pelo sustento da casa e dos filhos.

Assim, é importante destacar, não só o fato de que a discrepância salarial das mulheres chefes de família, em relação aos homens, é a mais alta observada<sup>86</sup>, mas, também, o grande abismo que separa a realidade sócio-econômico-cultural das próprias mulheres – em especial, entre brancas e

---

– podendo ser ainda maior o número de domicílios chefiados por mulheres. Para maiores detalhes a este respeito ver Carvalho, Luiza (1998). A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. Estudos Feministas, vol. 6 n. 1/98. IFCS/UFRJ, entre outros.

<sup>83</sup> Goldani, Ana Maria (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. Cadernos de pesquisa n 91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. P.10.

<sup>84</sup> Os domicílios chefiados por mulheres não estão apenas entre os domicílios mais pobres, mas são os mais pobres destes grupos. Para maiores detalhes sobre a ligação das famílias chefiadas por mulheres com a situação de pobreza, ver: Barros, R., Fox, L. e Mendonça, R. (1993). Poverty amongst female-headed households in Brazil. Texto para discussão nº 310. Ipea.

<sup>85</sup> O IBGE estima que 90% das chefes de família vivam sem marido. Destas, grande parte vive com os filhos, nas chamadas famílias monoparentais – onde as chances de serem pobres são ainda maiores.

<sup>86</sup> É verdade que houve avanços nesta área: a renda das chefes de família, que em 1991 era cerca de 37% menor do que a dos homens, passou a ser cerca de 30% menor, em 2000. Ainda assim, os números mostram que há muito a avançar, afinal, metade das chefes de família do país ganha até R\$ 276,00, mas no Nordeste a maioria recebe até R\$151,00 – menos de um salário mínimo.

negras<sup>87</sup>-, fazendo com que os motivos das mulheres estarem assumindo o lugar de chefes de suas famílias varie conforme a realidade em que estão inseridas:

“Portanto, haveria que considerar tanto os fatores de crescentes opções para mulheres de determinados grupos, como as restrições que enfrentam outras para se estabelecerem como chefes de família. Ambos os fatores, ligados ao processo rápido de mudanças nos padrões sociais, políticos e econômicos em curso no país, oferecem subsídios para as interpretações do fenômeno de crescimento das famílias com chefes mulheres”<sup>88</sup>.

Grande parte das chefes de família, porém, se encontra, como vimos, em situação de grande fragilidade econômica e social, sendo responsáveis pela criação de milhões de crianças<sup>89</sup>.

A gravidade do problema vai se evidenciando à medida em que muitas dessas crianças entram precocemente no mercado de trabalho – resultando em mau aproveitamento na escola, alto índice de repetência, ou mesmo, de evasão escolar. Desta forma, aumentam as chances destas crianças tornarem-se analfabetos funcionais, contribuindo para manutenção e reprodução da condição de pobreza, num verdadeiro ciclo de miséria. Situação inaceitável e que, de alguma forma, precisa mudar.

Neste cenário, inscrevem-se propostas como a de Goldani<sup>90</sup>:

“As taxas crescentes de família com chefes mulheres nas áreas urbanas assumem dimensões dramáticas quando se tem presente a associação entre famílias chefiadas por mulheres e pobreza urbana (...). As implicações disto para as políticas sociais parecem evidentes e sugerem que família com chefes mulheres

---

<sup>87</sup> Os dados do IBGE mostram que a renda média das mulheres brancas do país é mais que o dobro das pretas e pardas. Além disso, as mulheres brancas têm maior nível de instrução e ocupam cargos de maior qualificação e remuneração que as demais. Se em 1999, 10% das brancas são analfabetas, entre as pretas e pardas a proporção dobra: 23,3% e 20,2%, respectivamente. Por outro lado, a maior proporção de famílias monoparentais aparece justamente entre as mulheres pretas, seguidas das pardas e, só então, das brancas – dando indícios da gravidade da situação.

<sup>88</sup> Goldani (1994). Op. Cit. P. 10.

<sup>89</sup> Em 2000, 18% das crianças brasileiras de 0 a 6 anos de idade viviam em domicílios cujos responsáveis eram mulheres. Destas, 60%, encontrava-se em domicílios cujo rendimento médio de até dois salários mínimos. Neste contexto, é importante dizer que “este período inicial da vida das crianças requer uma sólida infra-estrutura social e econômica que possa dar conta de seu pleno desenvolvimento”, e que “a saúde e nutrição têm efeito direto no desenvolvimento emocional e intelectual das crianças”, tornando ainda mais preocupante a situação. Ver: Perfil das mulheres responsáveis pelo domicílio no Brasil (2002). IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.

<sup>90</sup> Goldani (1994: 19).

passem a ser contempladas entre os chamados grupos-alvo, com prioridade de atendimento dos programas sociais”.

Já em relação à dinâmica interna que orienta as práticas destas famílias, algumas colocações se fazem pertinentes. Alguns autores, por exemplo, argumentam que as famílias chefiadas por mulheres, que, como vimos, não são nenhuma invenção da modernidade, estando presentes desde a época do Brasil colônia, não seriam fruto do exercício de um modelo ‘alternativo’, mas, antes de tudo, da impossibilidade de realização do modelo ideal:

“Assim, as sucessivas uniões destas mulheres, já uma vez denominadas de ‘monogamia serial’, significariam, antes de mais nada, os esforços para se manter a figura do provedor em casa, mesmo não sendo este o pai biológico de toda a prole”<sup>91</sup>.

A centralidade da relação mãe-filho aparece, então, segundo Bilac<sup>92</sup>, como outra característica destas famílias. Tratar-se-ia de uma tentativa de preservação e manutenção do sistema familiar, diante da usual impossibilidade de existência de um provedor estável – que a qualquer momento pode ser inviabilizado pelo desemprego, alcoolismo, migrações etc.

Nestas famílias, a tradição do salário – ou renda – das mulheres de complementação da do marido não se mantém, de modo que, o ‘extra’ feminino acaba, freqüentemente, confundindo-se com o ‘fundamental’.

Assim, a literatura vem, há algum tempo, revelando a importância do papel econômico das mulheres nas famílias, embora apontem, paradoxalmente, que, nem mesmo nos casos em que a mulher assume o lugar de provedora dos recursos econômicos da família, a identificação do homem com a figura de autoridade é totalmente alterada<sup>93</sup>. Neste sentido, Barsted<sup>94</sup> diz:

---

<sup>91</sup> Bilac, E.D. (1995: 53).

<sup>92</sup> Segundo Bilac, esta característica, não é uma exclusividade deste tipo de organização familiar – estando presente ‘nas famílias solidárias de maneira geral’, mesmo aquelas com mais de um provedor. “Neste sentido, pode-se argumentar que, quanto mais as condições objetivas de existência se diferenciam daquelas supostas no ‘modelo tradicional’, maior centralidade assume a relação mãe-filho”. Bilac, E.D. (1995: 53).

<sup>93</sup> Sarti (1995).

<sup>94</sup> Barsted, L. (1995). De igualdades e de diferenças: falando sobre mulheres. In Ribeiro, I. e Ribeiro, A T. (org.) (1995). Op. Cit. P. 153.

“O aumento da maternidade solteira e de mulheres chefes de família, em especial nas camadas populares, introduz, certamente, um repensar sobre a dinâmica das relações familiares sobre o deslocamento de padrões hierárquicos nas relações de gênero. Não necessariamente as famílias chefiadas por mulheres superam as assimetrias de gênero. A valorização do 'masculino' não se justifica, apenas, pela presença de um homem produtivo. O uso emblemático do homem na vida da mulher, e vice-versa, indica, as diferentes utilizações das culturas assimétricas. Mulheres chefes de família que não dependem de homens para seu sustento e de seus filhos, em alguns casos, continuam a representar esses homens como 'chefes' (...) Elas percebem que necessitam se reapropriar de um padrão de autoridade masculina para sua proteção numa sociedade em que precisam da fantasia do 'homem provedor' para serem valorizadas, respeitadas e para que outro homem não invada o seu espaço familiar”.

No entanto, quando o homem não garante teto e alimento para a família – “falhando” no seu papel primordial de provedor material, alguma mudança deve acontecer dentro das relações de autoridade e poder ali vivenciadas. Talvez haja uma desmoralização deste homem diante do grupo; talvez ele vivencie um sentimento de fracasso, mas o fato é que, quando isto ocorre, há uma perda substancial para todo o sistema familiar – com acentuada queda no seu padrão de vida, já que as mulheres ganham menos do que os homens<sup>95</sup>.

Assim, a família tenderia a buscar uma compensação pela substituição da figura masculina de autoridade em outros homens da rede familiar. A autoridade do homem, que deveria garantir respeito, proteção e provimento material, poderia, então, ser alocada em outros membros masculinos acessíveis na rede – estratégia que parece, também, ser adotada pelas famílias monoparentais femininas:

“Nos casos de mães solteiras ou separadas, embora suas unidades domésticas possam ser definidas como matrifocais, não necessariamente se altera o padrão de autoridade consubstanciada na figura masculina, que pode ser transferida para um parente consangüíneo, pai, irmão ou filho”<sup>96</sup>.

Neste sentido, é que a divisão dos papéis por gênero parece persistir nos casos de chefia feminina da família, sejam elas de progenitor único ou não,

---

<sup>95</sup> Neste sentido, acredito não ser nenhum exagero, sendo possível e plausível afirmar, que os salários desiguais entre homens e mulheres extrapolam a discussão de desigualdade de gênero e se constituem enquanto um grave problema social na sociedade brasileira. Afinal, este é um dos motivos, que, como vimos, aumentam as chances de evasão escolar e de perpetuação do ciclo da pobreza e da miséria no país.

<sup>96</sup> Sarti (1995: 137).

estando um homem presente no domicílio, ou não. Afinal, mesmo nos casos em que não há presença masculina<sup>97</sup>, a figura de autoridade vai ser buscada na família extensa ou na comunidade, levando, mais uma vez, a uma divisão de papéis por gênero<sup>98</sup>:

“Em lugar de homogeneizar o comportamento do homem e da mulher, a ruptura ou a inexistência de reciprocidade conjugal, reafirma o *ethos* masculino e feminino, marcando as diferenças, ao fragmentar os papéis atribuídos a um e outro sexo, transferindo-os reiteradamente para outras pessoas do mesmo sexo da rede familiar (consangüínea ou afim)”<sup>99</sup>.

Ou seja, quando não há um provedor masculino<sup>100</sup>, o trabalho remunerado da mulher passa a ser fundamental e, muitas vezes, a única fonte de renda da família, o que, sem dúvida traz modificações para a organização familiar. Nestas famílias não se observa, como nas famílias tradicionais, a existência dos pares: pai-provedor; mãe-dona de casa; pai-mãe; ou provedor-dona de casa e, em muitos casos, nem mesmo pai-filho. Assim, a relação mãe-filho assume um lugar central, exigindo alterações no jogo de papéis e funções dentro da família. Mas, nada disso parece ser suficiente para eliminar o padrão de autoridade familiar em que o homem exerce função primordial, já que na ausência de um núcleo conjugal estável, este padrão passaria, então, a ser referido à rede familiar mais ampla.

---

<sup>97</sup> O conceito de chefia feminina se ‘modernizou’, podendo incluir situações as mais diversas: mulheres morando sozinhas – nas chamadas famílias unipessoais, mulheres morando com os filhos – que podem ser de produção independente, mães solteiras, viúvas ou separadas, ou mesmo mulheres que moram com seus maridos, mas são as mantenedoras do lar. “A distribuição das mulheres chefes de família por status matrimonial mostra que, no total, predominam as viúvas, as solteiras e as divorciadas” sendo que “os incrementos maiores de família com chefes mulheres ocorreram entre as mulheres solteiras, seguidas das divorciadas” – os chamados lares de progenitor único ou famílias monoparentais. Entre estas, as mais pobres e com maiores dificuldades de gerar recursos eram as famílias formadas pela mãe sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos. Goldani (1994:10).

<sup>98</sup> A mesma lógica pode ser usada para pensar no grande número de separações – origem de boa parte dos lares chefiados por mulheres, e a gravidez na adolescência. Também aqui há uma divisão de papéis por gênero dentro da família, que extrapola, muitas vezes, o núcleo conjugal.

<sup>99</sup> Sarti (1995:139).

<sup>100</sup> Algumas tentativas de sistematizar melhor o conceito de chefia feminina de família foram feitas. Uma delas foi proposta por Youssef e Hetler (1983) e chama *chefia de jure* os casos em que o parceiro/cônjuge masculino está ausente – não implicando, necessariamente manutenção feminina, e *chefia de facto* aqueles casos em há a manutenção feminina – sem, contudo, implicar ausência masculina. Resta ainda uma terceira situação: aquela em que se combinam a ausência masculina e a manutenção feminina. A este respeito ver Carvalho (1998). Op. Cit.

Entretanto, se mesmo nas famílias monoparentais femininas há a manutenção do padrão de autoridade patriarcal (com papéis de gênero demarcados), não sendo (portanto – ou ainda), o ideal de autonomia feminina, as circunstâncias também apontam para uma margem de negociação maior, já que, simultaneamente, configura-se um exercício mais diluído de autoridade. Assim, abrem-se brechas nesta dinâmica, que talvez possam ser aproveitadas e ampliadas para um contexto de maior equidade entre os gêneros.

## **2. A Disseminação da Idéias Feministas: um pouco da história**

### **2.1. Feminismo e família: algumas articulações**

O feminismo pode ser definido tanto quanto uma crítica teórica, uma ideologia, quanto como um movimento social, questionador das formas hierarquizadas de relacionamento social.

Enquanto questionamento ideológico, o feminismo “reconhece o fato de esta sociedade não permitir igualdade às mulheres, estando, ao contrário, estruturada de forma a oprimir as mulheres e enaltecer os homens. Esta estrutura é chamada patriarcal (...) e requer revisão”<sup>101</sup>.

Assim, em busca da revisão desta estrutura, o movimento feminista começou a se organizar.

A Revolução Industrial europeia decretou o fim da unidade produtiva do sistema familiar rural. A partir daí, o mundo da produção saiu do lar, tornando evidente a divisão sexual do trabalho e os papéis sociais distintos para homens e mulheres.

Neste mesmo período, a ascensão da burguesia fez com que houvesse uma verdadeira reorganização da instituição familiar. Com a difusão da família nuclear burguesa – a *nova família* de que falávamos – a idéia de espaços sociais distintos para homens e mulheres ganhou força: aos primeiros era atribuído o espaço público, lugar de reconhecimento e prestígio, enquanto as mulheres ficavam confinadas no âmbito da vida doméstica – o lar, a família<sup>102</sup>.

Na família-modelo burguesa o lugar “ideal” da mulher era, então, o espaço privado, com ênfase no seu papel reprodutivo e socializador, ainda que houvesse a necessidade financeira dela se engajar na esfera produtiva – realidade de grande parte das mulheres das famílias operárias.

---

101 Goodrich, Thelma et. al.(1988). Terapia feminista da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

102 A este respeito ver Rosaldo, M. e Lamphere, Z. (1979). A mulher, a cultura e a sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Desta forma, as mulheres acabaram não contempladas pelas leis democráticas da burguesia liberal emergente e seu princípio de igualdade. Muito ao contrário, sua participação foi limitada a uma família cuja ideologia impedia sua participação política e social.

A negação da cidadania formal às mulheres, até o século XX, era fruto tanto do contexto sócio-político, como de um discurso científico que, através da diferença física e biológica, justificava a fraqueza da mulher e a força do homem, naturalizando a hierarquia entre homens e mulheres. Como a mulher viu-se obrigada a entrar no mercado de trabalho e no mundo capitalista, que, paradoxalmente, ilegítimava e desvalorizava sua participação, inclusive através de salários menores do que o dos homens – outra forma, clara, de discriminação.

A Revolução Industrial europeia aparece, então, como marco das primeiras mobilizações feministas que vem contestar a exploração da mulher como mão-de-obra barata. Neste sentido é que se diz que o Movimento Feminista é um dos produtos da Revolução Industrial<sup>103</sup>.

Amplas reivindicações deste momento inicial do feminismo, que iam contra a cultura patriarcal – já que questionavam tanto a posição da mulher na família, como sua exploração na esfera produtiva, acabaram cedendo lugar para uma corrente mais reformista.

Assim, iniciou-se, nos Estados Unidos, o movimento sufragista – uma luta que abrangeu mulheres de todas as classes. Denunciava-se a exclusão das mulheres da esfera pública, “num momento em que há uma expansão do conceito liberal de cidadania abrangendo os homens negros e os destituídos de renda”<sup>104</sup>.

O voto feminino, no entanto, era, paradoxalmente, impedido, pelos ‘liberais’ que viam nas mulheres uma força tradicional e conservadora – embora mais conservadora fosse a atitude de proibir o voto da mulher.

---

<sup>103</sup> Ver Barsted, Leila Linhares e Alves, Branca Moreira (1987). Novos padrões e velhas instituições: feminismo e família no Brasil. In Ribeiro, I. (org.) (1987). Op. Cit.

<sup>104</sup> Alves, Branca Moreira e Pitanguy, Jacqueline (1985). O que é o feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense. P.44. Neste contexto, as autoras destacam ainda a mobilização das mulheres na luta pela abolição da escravatura: primeiro, porque foi a primeira vez em que houve uma participação da mulher na esfera pública “de forma tão massiva e organizada” e, segundo, porque “a conscientização da submissão do negro trouxe-lhes, ao mesmo tempo, uma medida de sua própria sujeição”. Idem.

Alguns autores sustentam<sup>105</sup> que só no século XX, quando o operariado organizado avançava buscando maximizar os ideais liberais, o voto da mulher foi, estrategicamente, liberado, para fazer um contrapeso conservador aos primeiros. Apesar da conquista do voto<sup>106</sup>, o movimento sufragista teve uma atuação restrita ao nível jurídico, não questionando a ideologia dominante e mantendo intactos a estrutura familiar e o lugar da mulher:

“Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. Uma vez atingido seu objetivo – o direito ao voto – esta prática de luta de massas estava fada a desaparecer. Há assim uma desmobilização das mulheres. Entretanto, o questionamento da sua discriminação prossegue, incorporando outros aspectos que configuram a condição social da mulher”<sup>107</sup>.

Houve, então, um refluir no movimento que só veio a se reorganizar na década de 60, com uma crítica à sociedade patriarcal.

Neste momento, embora a luta pelos direitos jurídicos ainda aparecesse, predominava a idéia de que a vinculação com a esfera da reprodução e sua exclusão das demais esferas sociais constituíam-se no ponto comum entre todas as mulheres:

“Por essa concepção, para as feministas, sem a reformulação da organização familiar, todas as mudanças conseguidas na condição da mulher serão meras reformas que não extinguirão a base sobre a qual se sustenta a sua subordinação”<sup>108</sup>.

Daí o esforço do feminismo em mostrar “que o político passa pelo individual, que o privado também é político, isto é, também é sede de relações de poder”<sup>109</sup>. Assim, entram em pauta temas como a organização familiar – com a dedicação da mulher à família, e a desvalorização do trabalho feminino.

---

<sup>105</sup> Barsted e Alves (1987). Op cit.

<sup>106</sup> No Brasil, é na década de 30, mais especificamente em 1932, que as mulheres passam a ter direito ao voto.

<sup>107</sup> Alves, Branca Moreira e Pitanguy, Jacqueline (1985). Op.Cit.

<sup>108</sup> Barsted e Alves (1987:212).

<sup>109</sup> Luz, Madel (1982). O lar e a maternidade: instituições políticas. In Luz, Madel (org.). O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal.

É importante ressaltar o fato destas questões, que não eram novas, mas, abafadas pelo movimento sufragista, terem sido retomadas, na década de 60, como questões centrais.

A rearticulação do movimento feminista, na década de 60, não ocorreu por acaso. Esta foi uma época caracterizada por intensa mobilização social, principalmente nos Estados Unidos e na Europa<sup>110</sup>: eram reivindicações pelos direitos das minorias, movimentos estudantis, contra a discriminação racial etc, marcando uma ampliação da compreensão das contradições sociais para além do aspecto econômico.

O movimento feminista, também, acabou ampliando sua área de reivindicações, surgindo inúmeras organizações de mulheres para tratar “de áreas específicas: campo ideológico e político; campo da produção (trabalho); campo da família; campo da cultura, dentre outros”<sup>111</sup>.

No Brasil, contudo, é no final da década de 70 que o feminismo e os estudos sobre a mulher passam a incluir, de forma contundente, temas como a reprodução e a família, entendendo a relação fundamental entre estas questões e a subordinação da mulher na esfera produtiva – tema prioritário até então:

“Centrando seu interesse inicialmente na participação feminina no mercado de trabalho e nas feições que esta assumia como resultado dos movimentos do capital, os estudos sobre mulher percorreram um longo caminho até concluir que as formas de participação feminina na vida econômica, política e social não poderiam ser compreendidas se não se considerasse simultaneamente sua inserção na vida familiar”<sup>112</sup>.

Acontece que esta crítica feminista esbarra, necessariamente, no fato da família também ser um lugar de afeto e proteção e, neste sentido, “para muitas mulheres, mesmo com a clara a percepção de sua subordinação, a melhor

---

<sup>110</sup> Na década de 60, enquanto o movimento feminista se rearticulava e ganhava força nos EUA e na Europa, o Brasil, com a tomada de poder pelos militares, vivia uma fase de intensa desmobilização e repressão social. Por isso, a reorganização do movimento só vem a ocorrer por aqui em 1975. Motivadas pela busca por filhos e maridos exilados, as mulheres se unem no chamado Movimento Feminino pela Anistia. Ao mesmo tempo, inspirados pelo feminismo europeu e americano, grupos e militantes de esquerda iniciavam um movimento com uma ampla pauta de reivindicações, com destaque para “questões relativas ao trabalho, à educação, à participação política, à sexualidade, aos direitos civis e à violência”. Barsted e Alves (1987:217).

<sup>111</sup> Barsted e Alves (1987:214).

<sup>112</sup> Bruschini (1990:204).

estratégia, tanto em termos estruturais quanto ideológicos, é a da vivência em família. Para outras, a família pode ser mais do que um espaço de opressão, ou de conflito; pode ser o lugar por excelência onde se dá o relacionamento afetivo”<sup>113</sup>.

A partir daí, então, alguns impasses se fazem presentes na história do feminismo.

## *2.2. Alguns impasses numa história de conquistas*

É inegável que muitas das conquistas obtidas pelas mulheres estão relacionadas com a atuação do movimento feminista. Tendo como *slogan* a frase: “o pessoal é político”, o feminismo, como vimos, questionou a clássica distinção entre público e privado (em que a primeira esfera estava reservada aos homens, e, na segunda, no lar, ficavam confinadas as mulheres), base de organização da família patriarcal. Assim, foi possível abrir à “contestação política, arenas inteiramente novas da vida social: a família, a sexualidade, o trabalho doméstico, a divisão doméstica do trabalho, o cuidado com as crianças, etc”<sup>114</sup>.

Neste contexto, Castells chega a afirmar que “tal conscientização está se difundindo rapidamente em todo o planeta (...), e é a mais importante das revoluções, porque remete às raízes da sociedade e ao âmago do nosso ser”<sup>115</sup>. Tratando-se, segundo ele, de um processo irreversível.

As idéias de Castells parecem encontrar eco em autores brasileiros ao acreditar que as várias correntes do movimento feminista, “ao questionarem os fundamentos das relações entre homens e mulheres (...) deram legitimidade à luta pela igualdade entre os gêneros e construíram novas representações sobre a posição feminina na família e na sociedade”<sup>116</sup>.

Neste sentido, é que Szapiro<sup>117</sup> afirma:

---

<sup>113</sup> Bruschini (1990:26).

<sup>114</sup> Hall (2000). Op.Cit. P.45.

<sup>115</sup> Castells, (1996:170).

<sup>116</sup> Romanelli, Geraldo.(2000). Autoridade e poder na família. In Carvalho, Maria do Carmo. (org). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez, (2000). P.77.

<sup>117</sup> Szapiro (1998:115).

“Considerando suas correntes internas, o feminismo teve um papel fundamental nas novas concepções das relações entre os gêneros que contribuíram para instituir as novas formas de conjugalidade e de família (a família monoparental é uma delas) que surgiram nos últimos trinta anos”.

Admitir isso não implica em dizer que os problemas enfrentados pelas mulheres, no que se refere ao abuso e a opressão, tenham sumido, ou mesmo diminuído substancialmente. Mas ao menos, sua estrutura (o patriarcado) já pode ser questionada e desnaturalizada através do questionamento da família patriarcal, metáfora para toda a transformação a que estamos assistindo<sup>118</sup>.

Se por um lado, a difusão destas idéias pelo mundo mostra-se como um importante propulsor das conquistas obtidas pelas mulheres, por outro, é preciso dizer que a trajetória do movimento feminista foi marcada por alguns impasses.

Em determinado momento, as mulheres viram-se obrigadas a “escolher” entre viver e se conformar com a maternidade e sua vida doméstica, ou entrar para a vida produtiva, através de um trabalho remunerado fora do lar<sup>119</sup>.

A esta altura, contrapondo a vida em família ao almejado projeto de realização individual, o feminismo num discurso “normatizador” acabou esquecendo, por exemplo, das mulheres que, por necessidade financeira – e não como escolha, ou realização pessoal – eram “obrigadas” a integrar o mercado de trabalho para garantir o sustento familiar. Para estas mulheres,

“este conflito nem mesmo se coloca, dado o estreito espaço para decisões individuais: viver em família não só pode ser a estratégia mais viável para alcançar determinado padrão de vida, como também trabalhar fora de casa é mais uma necessidade imposta por condições sócio-econômicas que todo o grupo familiar enfrenta, do que um projeto individual”<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup> Catells (1999).

<sup>119</sup> Este foi outro impasse que o feminismo teve que enfrentar. A entrada da mulher no mercado de trabalho acabou representando, na verdade, um acúmulo de funções, já que as tradicionais tarefas no lar e na família continuaram sob sua responsabilidade. Este tema será desenvolvido mais adiante. Além disso, a questão da ‘escolha’ não é adequada para falar de todas as mulheres. Existe um abismo, como dissemos, que separa as experiências de mulheres das camadas médias e as empobrecidas, por exemplo.

<sup>120</sup> Bruschini, (1990:204).

Esta forçosa contraposição deixou, por um lado, várias mulheres de fora do projeto de libertação, servindo ainda, a nosso ver, para corroborar a ruptura das duas esferas distintas proveniente do processo de industrialização – público e privado, a que tanto o feminismo combateu – contudo, ela também representa um ‘avanço’ das idéias feministas. Só então, foi possível sair da discussão jurídica e reconhecer a necessidade de inclusão da família nos questionamentos sobre a posição secundária ocupada pela mulher na sociedade.

A partir daí, ao invés de enfrentar a ideologia familiar, buscando alternativas para a sua organização, o feminismo passou a contrapor a vida em família ao projeto de libertação individual das mulheres. Com isso, passou a forjar “um modelo de família no qual só o conflito e a opressão encontram lugar”<sup>121</sup> e a marginalizar, enfaticamente, o projeto da maternidade – entendido como a origem da opressão e da subordinação social da mulher.

Beauvoir, por exemplo, questiona de forma bastante contundente, a maternidade, afirmando: “uma mulher deve por-se a salvo da armadilha da maternidade e do casamento. A maternidade é uma verdadeira escravidão”<sup>122</sup>.

Desta forma, a família acaba ficando também marginalizada, tendo negado seu status como lugar de vida – com possibilidades de trocas afetivas e emoção.

Não se trata aqui de uma visão ingênua sobre a instituição familiar, exaltação às famílias como um lugar de harmonia e papéis complementares – como costuma(va) ser difundido por alguns pensadores. “Tratar-se-ia, neste caso, muito mais de reivindicar a transformação de um modelo patriarcal e opressivo de família do que, propriamente, decretar o seu fim”<sup>123</sup>.

É preciso ainda lembrar que a propagação e a incorporação das idéias feministas “não se distribuem do mesmo modo nas diferentes camadas sociais, tendendo a ocorrer com maior freqüência entre segmentos das camadas médias com maior grau de escolarização e mais abertos a inovações culturais”<sup>124</sup>.

---

<sup>121</sup> Bruschini, (1990:204).

<sup>122</sup> Beauvoir citada por Szapiro (1998:118).

<sup>123</sup> Bruschini, (1990:26).

<sup>124</sup> Romanelli, (2000). Op. Cit. P. 77.

Além disso, as mulheres ao redor do mundo não dividem o mesmo *status* social. Ou seja, as feministas ocidentais (brancas, de classe média) não representam uma força de liberação universal para todas as mulheres ao redor do mundo, como, muitas vezes, parecem pretender:

“A questão da igualdade, para o Movimento Feminista, num primeiro momento, estabeleceu a existência de uma homogeneidade feminina. Neste sentido, ao ideal de igualdade nas relações entre homem e mulheres, formulou-se como pressuposto a existência de um modelo homogêneo de mulher. (...) O discurso homogeneizador, que se pretende universalista, corre o risco de tornar-se um discurso excludente de todas aquelas que a ele não possam ou não queiram se adequar”<sup>125</sup>.

Desta forma, o feminismo adotando uma visão homogeneizadora, de perspectiva monolítica, acaba correndo o risco de ser também excludente. Assim, embora falando ‘em nome de todas as mulheres’, o movimento tinha por referência apenas mulheres de certo segmento social – as intelectuais, que se ocupavam dos estudos sobre a mulher, e as próprias ativistas do movimento. Daí a crítica de Sarti<sup>126</sup>:

“Tomando por universal seu projeto de libertação, o feminismo acabou projetando para as mulheres de diferentes condições sociais a visão própria dos segmentos sociais médios e intelectualizados de onde surgiram as militantes e as pesquisadoras. Ao seguir este rumo estreitou o leque de possibilidades de vivência do feminino em nossa sociedade e passou a dialogar com um mito de mulher, num discurso normativo e homogêneo”.

Ainda neste contexto de questionamento às idéias das feministas ocidentais, a partir da ótica de mulheres dos “países em desenvolvimento” – também esta uma categoria plural – D’Ávila Neto<sup>127</sup> esclarece:

---

<sup>125</sup> Barsted (1995). Op. Cit. P. 154-58.

<sup>126</sup> Sarti (1985) citada por Bruschini (1990:26).

<sup>127</sup> D’Ávila Neto (2002). Reflexões sobre metodologia participativa e mulheres desfavorecidas. In D’Ávila Neto e outros. Participação e desenvolvimento sustentável. CD-Rom em 4 línguas. Rio de Janeiro/ Paris: EICOS/UNESCO. ISBN 85-88990-01-6.

“Os estudos sobre as mulheres dos países menos desenvolvidos constituem uma fonte importante de reflexão e crítica sobre as condições às quais as mulheres são submetidas. Em segundo lugar, os estudos nos mostram as assimetrias sociais entre o norte e o sul, produzindo também uma crítica sobre a hegemonia do feminismo ocidental em relação às mulheres dos países em desenvolvimento e, sobretudo, em relação às latino-americanas”.

É a própria D'Ávila Neto<sup>128</sup> quem, numa precisa referência ao caráter paradoxal do feminismo, e fazendo uma articulação com o processo de desenvolvimento, acrescenta:

“O feminismo – que não pergunta efetivamente o que as mulheres de outras culturas desejam – é tão hegemônico quanto o projeto de desenvolvimento que não leva em conta a cultura e o saber local, na imposição de suas soluções tecnológicas. Ambos sendo hegemônicos, não abrem espaço à diferença. Numa cooperação internacional, que se faz abstrata e além das diferenças do sexo, faz parte de sua própria lógica, mas num movimento que clama pelo reconhecimento do direito à diferença, é inadmissivelmente paradoxal”.

Assim, é importante estar atento no sentido de que sempre haja lugar para as escolhas, com o reconhecimento e a legitimidade do múltiplo<sup>129</sup>, como das diversas possibilidades de ser mulher e de se viver em família. Não faz sentido toda esta história – tanta luta e tantos anos de crítica ao patriarcado, para, neste início de milênio, quando finalmente ele começa a dar sinais de enfraquecimento, acabar repetindo o que ele tem de pior: o autoritarismo e a relação desigual de poder, em que o mais fraco acaba dominado pelo mais forte – como no caso do rico e do pobre, dos países desenvolvidos e daqueles em desenvolvimento, das mulheres ocidentais e daquelas que habitam o resto do mundo; do homem e da mulher.

---

<sup>128</sup> D'Ávila Neto, Maria Inácia (1995). Mulheres, cultura e desenvolvimento. In D'Ávila Neto, M.I. (org). Desenvolvimento social. Desafios e estratégias. Vol. II. Rio de Janeiro: UNESCO – UFRJ/EICOS. P.221.

<sup>129</sup> Afinal, esta é uma característica central do mundo pós-moderno. E, para dar sinais de que, a despeito do processo de globalização, é possível um acolhimento positivo da diversidade, ou mais, um verdadeiro emergir de singularidades, é importante retomar Giddens que coloca a globalização como um conjunto complexo de processos, que, surgindo como uma realidade inevitável, se mostra contraditória e antagonica. Assim, se por um lado, ela retira “poder ou influência de comunidades locais e nações para transferi-lo para a arena global (...), também empurra para baixo, criando novas pressões por autonomia local”. Giddens (2000:23).

Talvez por isso, e pela acertada síntese que representa, Marchand tenha escolhido uma citação de Sen e Grown<sup>130</sup> para abrir seu artigo. Certamente por isso ela está aqui reproduzida, escolhida e encerra este capítulo:

“Ainda que a subordinação de gênero tenha elementos universais, o feminismo não pode se basear num rígido conceito de universalidade que nega a grande variação na experiência das mulheres. Há, e deve haver, uma diversidade de feminismos, responsáveis pelas diferentes necessidades e interesses das diferentes mulheres, e *definidos por elas*, para elas mesmas”.

---

<sup>130</sup> Sen, Gita e Grown, Caren (1987) citadas por Marchand, Marianne.(1995).”Latin american women speak on development: are we listening Yet?”. In: Marchand, Marianne & Parpart, Jane. Feminism, Postmodernism, Development. London and New York: Routledge. P.56. Tradução minha e grifo das próprias autoras.

### **3. A mulher contemporânea: conquistas e impasses**

#### *3.1. As mulheres no mercado de trabalho*

Com o advento do capitalismo e do processo de industrialização, evidenciou-se uma fragmentação entre duas esferas distintas: a esfera da reprodução – ligada ao lar e à família – e a da produção – o mundo do trabalho remunerado, extra-lar. Desta forma, a divisão sexual do trabalho intensificou-se, marcando uma rígida dicotomia entre o público e o privado, ficando a mulher domesticada e responsável pela esfera reprodutiva, sem remuneração e o homem pelo trabalho produtivo, socializado. A partir daí, “a ideologia se encarregou do resto, transformando esta rígida divisão do trabalho em uma divisão ‘natural’, própria da biologia de cada sexo”<sup>131</sup>.

Desde então, muitas transformações ocorreram. Uma delas, foi o incremento do próprio capitalismo, que, paradoxalmente, após ter confinado as mulheres ao mundo privado e ao trabalho reprodutivo, acabou puxando-as para a esfera produtiva, provocando uma entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho<sup>132</sup>.

As mulheres vêm conquistando mais espaço e novos papéis sociais, num crescente grau de profissionalização, o que, porém, não implicou numa transformação das relações de gênero. Na verdade, o trabalho produtivo acabou, mesmo, representando uma carga adicional para as mulheres que continuaram com a responsabilidade da esfera reprodutiva, do lar e da família. Assim, a vivência do trabalho produtivo implica, para as mulheres<sup>133</sup>, na necessidade de

---

<sup>131</sup> Bruschini (1990:46).

<sup>132</sup> Isto parece ser, particularmente, verdade para países em desenvolvimento em que os baixos salários fizeram com que grande parte das mulheres acabasse entrando no mercado de trabalho apenas pela necessidade de complementar a renda familiar.

<sup>133</sup> É importante não esquecer, contudo, do grande abismo existente entre a realidade das próprias mulheres, ainda que elas estejam dentro de um mesmo país. Estas diferenças – ligadas às condições sócio-econômico-culturais – se traduzem, entre outras coisas, em experiências distintas em relação ao trabalho feminino. Nas camadas populares, o trabalho feminino parece ser vivido como necessidade, e costuma ser pouco bem sucedido – já que é marcado pela falta de instrução, falta de profissionalização e baixos salários, sendo ainda acompanhado por conflitos por deixar os filhos – ou por não ter com quem deixa-los e representando uma sobrecarga ao trabalho reprodutivo. Por outro lado, nas camadas médias, o trabalho das mulheres parece ser fortemente estimulado pelos altos padrões de consumo. Além disso, as mulheres destas camadas costumam ser escolarizadas, aumentando as chances de ocuparem cargos melhores, com salários mais altos – ainda

uma difícil articulação entre as responsabilidades do espaço produtivo com aquelas ligadas ao âmbito familiar:

“Para as mulheres, mesmo o exercício de uma atividade economicamente produtiva não as exclui das responsabilidades reprodutivas, historicamente consideradas suas funções ‘naturais’. A vivência do trabalho passa, necessariamente, para as mulheres, pela articulação entre tarefas produtivas e reprodutivas, na busca de um equilíbrio frágil e quase sempre penoso”<sup>134</sup>.

Trata-se de uma exaustiva realidade, com um sem fim de tarefas, tanto na rua, quanto em casa, e, em alguns casos, até mesmo na comunidade<sup>135</sup>. Neste sentido, é que surgem termos como a dupla, tripla e até quádrupla jornada de trabalho feminino, para se referir a soma dos trabalhos produtivo, comunitário e até sexual, ao trabalho reprodutivo – histórica e culturalmente de responsabilidade da mulher.

Além disto, o próprio mercado de trabalho acabou segmentado, reproduzindo a lógica da divisão de papéis por gênero – antes limitada à esfera familiar. É neste sentido, que Castells<sup>136</sup> afirma:

“Há uma ampliação na divisão das tarefas de acordo com o sexo, ou seja, entre as tradicionais tarefas masculinas ligadas à produção, e as tradicionais tarefas femininas, domésticas e sociais, típicas do sistema patriarcal. O que ocorre é que a nova economia exige cada vez mais que as habilidades necessárias às tarefas de relacionamento, antes restrita ao domínio privado, sejam utilizadas no processamento e gerenciamento de informações”.

Assim, é preciso um olhar crítico ao se analisar a questão. Não se trata de um mercado de trabalho que, sendo sensível às questões de gênero e à histórica opressão da mulher, resolveu lhe abrir as portas, dando-lhe uma chance de recontar sua história. Na verdade, trata-se da astúcia de um mercado, que viu na flexibilidade das mulheres, como força de trabalho, a possibilidade de atender às

---

que a diferença em relação aos homens persista. Também sua dupla jornada e os conflitos por deixar os filhos podem ser ‘amenizados’ – ainda que não deixem de existir – pela presença de babás e empregadas domésticas e pela possibilidade de boas creches. Bilac (1995:58).

<sup>134</sup> Bruschini (1990:24).

<sup>135</sup> Este é um dado que se refere à América Latina, e, mais especificamente, ao Brasil, onde mulheres de classes sociais desfavorecidas, muitas vezes abandonadas pelo poder público, precisam inserir em sua luta diária, a briga por melhores condições de vida, para elas, seus filhos e comunidades.

<sup>136</sup> Castells (2000: 204,208).

exigências da nova economia. Assim, é que “as mulheres respondem pela maior parte do percentual de empregos de meio expediente e temporários, constituindo uma parcela ainda pequena, mas que cresce continuamente, de empregados autônomos”<sup>137</sup>.

Neste contexto foi se formando a tradição do salário feminino como complemento ao do marido, sendo por isso, o trabalho produtivo da mulher menos legítimo e mais flexível, subordinado às ‘prioritárias’ tarefas do lar, incluindo o cuidado com a casa e os filhos.

Aqui recorremos à Chodorow<sup>138</sup> e à sua precisa indicação de que os motivos pelos quais as mulheres continuam assumindo todo o trabalho de cuidado com os filhos não podem ser compreendidos a partir de um olhar exclusivo para a esfera doméstica. Ressaltamos que o fato das mulheres ocuparem postos de mais baixa remuneração faz com que pareça ‘mais racional’, em termos econômicos, elas assumirem, também, a responsabilidade pela educação das crianças, fazendo com que o ciclo de reprodução das desigualdades de gênero continue a se reproduzir.

Se por um lado isto representa segregação do mercado de trabalho, também aparece como possibilidade de conciliação das diferentes responsabilidades ‘femininas’:

“Como o trabalho feminino tem sido tradicionalmente considerado como complemento ao salário do marido e como as mulheres ainda são responsáveis pelos trabalhos domésticos e, principalmente, pela criação dos filhos, a flexibilidade em relação ao emprego ajusta-se também às estratégias de sobrevivência, para que possam dar conta desses dois mundos que as colocam, com frequência, no limite de um esgotamento nervoso”<sup>139</sup>.

Percebe-se uma nítida convergência entre o aumento da participação feminina no mercado de trabalho e a sua crescente representatividade no setor de prestação de serviços, tornando nítida a concentração da atuação feminina nesta área, prestando serviços, tanto sociais, como pessoais.

---

<sup>137</sup> Castells (1999:207,208).

<sup>138</sup> Chodorow, Nancy (1978b). The reproduction of mothering. Psychoanalysis and the sociology of Gender. Berkeley: California Uni. Press.

<sup>139</sup> Castells (2000: 208).

A conseqüente concentração da mão-de-obra feminina no setor informal<sup>140</sup> associa-se, por sua vez, à desvalorização do trabalho feminino, fazendo com que as mulheres sejam encaminhadas para empregos de baixo prestígio e menor remuneração – formando os chamados ‘guetos ocupacionais femininos’<sup>141</sup>.

Assim, é que Bruschini<sup>142</sup> resume:

“O papel prioritário das mulheres na reprodução as condiciona a ocupar posições secundárias e discriminadas no espaço da produção. Obriga-as ao exercício de atividades irregulares, intermitentes e informais, visando conciliar as duas esferas. Quando nem mesmo isso é possível ou não é vital para a sobrevivência do grupo, condiciona-as à permanência nos limites do lar, onde as atividades que desempenham gratuitamente para os membros da família não são consideradas trabalho”.

Dessa forma, apesar da conquista de novos espaços, as mulheres continuam sendo discriminadas no mercado de trabalho. E, mesmo ocupando cargos que exijam qualificações semelhantes, elas têm salários mais baixos, menos segurança no emprego e até menores chances de chegar às posições mais elevadas.

Neste sentido, é justo afirmar que o capital parece ter feito um casamento perfeito com o sistema patriarcal, mantendo as mulheres em ocupações de mais baixo prestígio e valor, “dependentes economicamente dos homens porque ganham salários baixos e subordinados a eles na família, onde lhes prestam serviços gratuitamente”<sup>143</sup>.

Aliás, parece que apenas na ótica desta dupla sujeição – ao capital e ao patriarcado – é possível entender a persistência da divisão sexual do trabalho, que mantém as mulheres, ainda hoje, em ocupações hierarquicamente inferiores aos homens, tanto na esfera produtiva, quanto na família.

---

<sup>140</sup> Segundo a PNAD de 1990, metade das mulheres trabalhadoras estava no mercado informal de trabalho, que, pela flexibilidade de horários e jornadas mais curtas, é mais compatível com as responsabilidades domésticas de mulheres que acumulam funções dentro e fora de casa. Entre essas atividades informais está o trabalho como empregada doméstica remunerada, onde as mulheres representam 92% da força de trabalho.

<sup>141</sup> São exemplos de carreiras femininas: costura (94% do total da mão-de-obra), magistério de primeiro grau (90%), secretariado (89%), telefonia/telegrafia (86%), enfermagem (84%), recepção (81%). Também é importante perceber que “metade das mulheres está empregada em ocupações que utilizam menos de 5% de mão-de-obra masculina” e “metade dos homens trabalha em ocupações que utilizam menos de 5% de mão-de-obra feminina”; tornando ainda mais evidente a divisão sexual do trabalho.

<sup>142</sup> Bruschini (1990:24).

<sup>143</sup> Bruschini (1990:50).

Importantes autoras, como Saffioti<sup>144</sup>, sustentam que produção e reprodução aparecem como duas faces de um mesmo sistema produtivo – que precisa tanto da produção de meios de subsistência, como da reprodução de seres humanos, sendo, capitalismo e patriarcado inseridos num mesmo modo de produzir e de reproduzir a vida. A partir daí, encerra-se a divisão entre sistema político – representado pelo patriarcado e dimensão econômica – corporificada no capitalismo, surgindo uma simbiose entre patriarcado e capitalismo traduzida num sistema único de dominação social, cultural, política e econômica.

Já Bruschini, embora acredite que patriarcado e capitalismo atuem concomitantemente e de maneira imbricada, ressalta a importância de que um não seja reduzido ao outro, sob pena de obscurecer seus efeitos. O patriarcado é, segundo ela, um sistema sócio-político que subjuga as mulheres, tanto na esfera produtiva – mantendo-as em ocupações secundárias e mal-remuneradas, quanto na esfera da reprodução – controlando sua sexualidade e subordinando-as à prestação de serviços domésticos gratuitos aos membros da família.

---

<sup>144</sup> Saffioti citada por Bruschini (1990).

Talvez por isto, o trabalho remunerado tenha sido, ao longo dos anos, um tema de real importância para o feminismo, que acreditava estar aí a chave para a transformação da condição de subordinação da mulher – uma verdadeira estratégia de emancipação.

A Década da Mulher, conclamada pela ONU, preconizando a equidade entre homens e mulheres, baseava-se na idéia de que as mulheres deveriam ser vistas como participantes ativas do processo de desenvolvimento, devendo, então, ter um trabalho produtivo<sup>145</sup>. Esta política fracassou por ser considerada excessivamente radical e influenciada pelo feminismo Ocidental<sup>146</sup>. Afinal, trata-se de um erro básico reduzir a categoria trabalho ao trabalho remunerado, excluindo, assim, grande parte das atividades realizadas pela mulher.

Contudo, este é um velho vício, talvez originado da confusão entre casa e família, que apesar de serem categorias distintas – afinal, família diz respeito a um grupo de pessoas unidas por laços afetivos e psicológicos, enquanto a casa é uma categoria material – passaram em algum momento a significar a mesma coisa. Assim, o trabalho doméstico acabou sendo naturalizado e legitimado enquanto um trabalho para a família, quando, na verdade ele é um trabalho de casa – um trabalho que já é, então, social<sup>147</sup>.

Além disto o fato de o trabalho produtivo ter sido socializado, acabou por lhe dar maior visibilidade, e, como também sempre foi remunerado, acabou ganhando maior status, ao mesmo tempo, mais valorizado e reconhecido. Assim, quando alguém pergunta “o que outra pessoa faz”, a resposta, quase sempre, está ligada ao trabalho produtivo, especialmente remunerado e gerador de renda.

Por outro lado, o trabalho reprodutivo, ou do lar, mesmo sendo de fundamental importância para a sobrevivência humana, ficou sempre escondido – não só por estar relacionado ao mundo privado, mas também por ser um trabalho

---

<sup>145</sup> Neste sentido, se inserem as críticas de Vandana Shiva, doutora em física e feminista indiana, as quais valem a pena conhecer. À ocasião da reunião das Nações Unidas sobre a Década das Mulheres, ela disse: "A participação insuficiente das mulheres não é a causa do subdesenvolvimento crescente das mulheres, é a consequência de sua participação forçada e assimétrica em um processo onde elas pagaram o preço, mas não receberam os benefícios". Vandana Shiva citada por D'Ávila Neto (2002). Op.cit.

<sup>146</sup> Pires, Cíntia (1999). "Empoderamento: um conceito para a mulher brasileira". Monografia apresentada para obtenção do título "formação de psicólogo", no Instituto de psicologia da UFRJ.

<sup>147</sup> Bruschini (1990).

'invisível', só notado quando não é feito; não valorizado, não remunerado e, muitas vezes, nem considerado *trabalho*. Este tipo de atividade, desde a moderna família burguesa, vem sendo associado às mulheres, de modo que, muitas vezes, sua participação no processo de desenvolvimento, acabou ficando oculta. Neste sentido, afirma Bruschini<sup>148</sup>:

“Ao nível das estatísticas, conceitos como o PEA (população economicamente ativa) mais ocultam do que evidenciam a real contribuição das mulheres para a sociedade. Toda a atividade econômica feminina no âmbito doméstico é ocultada nas coletas censitárias sob a rubrica 'inatividade econômica'. Um incontável número de mulheres, principalmente no campo, considerando como 'principal' sua ocupação de mãe e de dona-de-casa, declaram-se 'inativas', do que resulta significativa subestimação do número real de trabalhadoras”.

Mas, com o tempo, e o incremento de trabalhos, que tornaram necessária a vinculação da mulher com o desenvolvimento sustentável<sup>149</sup>, sua “simples” inserção no mercado produtivo tornou-se insuficiente. Era fundamental uma visão mais estratégica, capaz de assegurar às mulheres os benefícios de que os homens estavam se valendo, sem, necessariamente, reforçar a valoração negativa atribuída ao mundo privado.

Aos poucos, foi possível perceber que estas questões não podiam ser discutidas, apenas, levando-se em conta a esfera produtiva, mas deveriam, para ser eficazes, considerar a forte relação, que liga capitalismo e patriarcado, incluindo, assim, questões relacionadas à esfera reprodutiva e à própria organização familiar. Deste modo, é que:

“O feminismo e os estudos sobre a mulher, na década de 80, abrem-se necessariamente para novas questões, como a reprodução e a família; procuram recuperar a heterogeneidade de seu objeto; assumem que há diferenças biológicas, mas que estas não justificam desigualdades ou hierarquias de gênero. Finalmente concluem que a subordinação da mulher no espaço produtivo, questão prioritária até então, articula-se forçosamente com a opressão feminina na esfera reprodutiva e que só o entendimento da complexa articulação entre as duas esferas pode sugerir caminhos para a sua libertação”<sup>150</sup>.

---

<sup>148</sup> Bruschini (1990: 24,25).

<sup>149</sup> A este respeito ver D'Ávila Neto, Maria Inácia (org.) (1995). Op.Cit.

<sup>150</sup> Bruschini (1990: 28 e 29).

Por outro lado, se a participação feminina na força de trabalho tornou-se essencial ao desenvolvimento, é preciso, ainda, questionar se as mulheres conseguirão usufruir os benefícios conquistados neste processo, sendo tão extensa e dura sua jornada de trabalho. É neste contexto que D'Ávila Neto<sup>151</sup> afirma:

“Inserir as mulheres nas lavouras, no pequeno comércio ou indústria, não é a questão. A questão é como ficará sua jornada de trabalho, se lhes será permitido mais tempo livre para que efetivamente possam usufruir os bens culturais, da educação, e de tudo mais que, pressupostamente, traz o projeto de desenvolvimento, para que elas tenham condições de igualdade, não só em relação à opressão masculina, mas às opressões sociais, de seu grupo econômico, de sua cor, e também à hegemonia dos grupos internacionais, chamem-se eles cooperações técnicas, holdings, ou as poderosas ONGS de mulheres”.

É importante ressaltar, no entanto, que o fato de não se ter uma visão ingênua a respeito da crescente relação da mulher com o trabalho produtivo (além do reprodutivo), não implica numa visão pessimista. Se a maior participação da mulher no mercado de trabalho não é, necessariamente, reflexo da sonhada emancipação feminina, ao menos ela pode ser vista como um passo importante neste caminho. Afinal, ela traz conseqüências importantes para a família, aumentando o poder de barganha da mulher e iniciando uma série de questionamentos<sup>152</sup> capazes de levar as mulheres à reflexão crítica da própria realidade, e, talvez, à almejada conscientização<sup>153</sup>; garantindo sempre espaço para cada uma exercer sua individualidade:

---

<sup>151</sup> D'Ávila Neto (1995: 221).

<sup>152</sup> Afinal, se as mulheres, assim como os homens, trabalham fora e contribuem para o sustento da casa, porque apenas elas devem ficar com as responsabilidades da vida doméstica?

<sup>153</sup> O processo de conscientização é trabalhado por Paulo Freire na sua “Pedagogia do oprimido”. Freire, Paulo (1968). Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 26ªed.

“A participação da mulher no mercado de trabalho implica, entre outras coisas, que a mulher possa pensar-se como capaz de enfrentar o mundo externo sem a mediação do pai, marido ou filhos adultos. Envolveria também a possibilidade da mulher identificar ou construir núcleos de interesse e sociabilidade apoiados em outros vínculos que não só o conjugal”<sup>154</sup>.

### 3.2. *As marcas – ainda atuais? – de um passado patriarcal*

Neste contexto, vai se evidenciando uma forte relação entre o patriarcado e a condição da mulher. Aliás, apesar de toda a contestação em torno deste sistema, ele ainda mostra sua força; sendo possível dizer que a problemática da condição feminina no Brasil gira em torno da significação do sistema patriarcal brasileiro, pois “a evolução dos papéis no Brasil não se fez em ruptura com o passado patriarcal, mas conservou profundas raízes dele, o que se evidencia ainda numa rígida estereotipia, como, por exemplo, as de *carreiras masculinas x femininas*”<sup>155</sup>.

Também aparece, como vimos, pela atribuição de melhores salários aos homens, mesmo quando as mulheres executam a mesma função, em idênticas condições de experiência e formação. Esta é a chamada *discriminação salarial*, onde as mulheres, no desempenho das mesmas funções profissionais dos homens, têm remuneração inferior. E é onde vemos, que a desconstrução de preconceitos e estereótipos não é um processo rápido, ou contínuo, mas, cheio de conflitos e incongruências, como o próprio discurso das mulheres.

Além disso, apesar das mulheres – inclusive as esposas – estarem entrando, cada vez mais, no mercado de trabalho, tornando-se produtoras de rendimentos e, ao mesmo tempo, parceiras importantes na formação do orçamento familiar, não as exime de preconceitos e ambivalência, inclusive, por parte das próprias mulheres. Neste sentido, é que D’Ávila Neto revela-nos uma discriminação contra o trabalho da mulher casada, que, curiosamente, existiria por parte das próprias mulheres. Segundo ela, o fato é revelador de uma certa

---

<sup>154</sup> Idéias de Oliveira, Maria Coleta (1992)), comentadas por Vaitsman, Jeni (1997). Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. Estudos Feministas. Vol 5 n. 2/97. IFCS/UFRJ. P.306.

<sup>155</sup> D’Ávila Neto (1994 55).

ambivalência, que persiste na mulher em relação a sua própria realização profissional. Ambivalência esta que é “tanto maior, quanto tenha sido a mulher educada tradicionalmente para o exercício do papel de esposa e mãe”<sup>156</sup>.

É o que se observa em pesquisas, como a de Salem<sup>157</sup>, com mulheres faveladas, que mostram a existência de uma incongruência em suas vidas. É como se estivessem com uma ‘venda nos olhos’, pois, apesar de mostrarem muita força – afinal, elas sustentam sozinhas a casa e os filhos, ainda se colocam como dependentes de um homem, sofrendo pela obrigação de desempenhar atividades tradicionalmente vistas como masculinas – como trabalhar fora e ser a provedora do lar<sup>158</sup>.

Isso diz respeito ao poder do patriarcado cujas características, como dissemos, vão além do político e cultural, chegando ao aspecto psicológico. Com sua lógica internalizada, inclusive, pelas próprias mulheres, fica difícil, para muitas delas, buscar sua própria libertação. Afinal, este é o único modo – ao mesmo tempo desgastante e gratificante, de funcionamento que conhecem. Assim, é que Chodorow<sup>159</sup> é taxativa ao afirmar:

“A divisão sexual e familiar do trabalho, em que mulheres nutrem e envolvem-se mais em relacionamentos interpessoais e afetivos do que os homens, produz em filhas e filhos uma divisão de capacidades psicológicas que os leva a reproduzir essa divisão sexual e familiar do trabalho... As mulheres têm a responsabilidade suprema de criar os filhos dentro e fora da família; elas, em sua maioria, querem ser mães e sentem-se gratificadas nesse papel; e apesar de todos os conflitos e contradições, têm sido bem sucedidas nessa função.”

A sociedade moderna e seu modelo de família ideal trataram de conceber e reforçar ideologicamente o ‘ser mãe’ como papel primordial de todas as mulheres e condição fundamental para sua realização pessoal. A partir daí, a valorização da mulher passa a estar vinculada ao seu papel de mãe.

---

<sup>156</sup> D’Ávila Neto (1994:40).

<sup>157</sup> Salem, Tania (1980). Mulheres faveladas: “com a venda nos olhos”. In Franchetto, Bruna. Perspectivas antropológicas da mulher. Vol 2. Rio de Janeiro: Zahar.

<sup>158</sup> Uma idéia semelhante foi discutida pelo grupo de pesquisa na linha de gênero e desenvolvimento (coordenado pelas prof<sup>as</sup> Maria Inácia D’Ávila Neto e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro) - do qual participei enquanto bolsista de Iniciação Científica - no trabalho, “Mulheres fora do lugar”, apresentado na XXI Jornada de Iniciação Científica da UFRJ.

<sup>159</sup> Chodorow, citada por Castells. In Castells (1999:265).

Numa tentativa de relativizar a experiência de ser mãe, Chodorow<sup>160</sup> apresenta o conceito de “*maternagem*” – uma função social de cuidado e criação dos filhos que, a princípio, poderia ser exercida por qualquer membro da família, mas que se tornou uma prerrogativa feminina, talvez, pela confusão com a maternidade – função ligada às características biológicas da mulher, esta sim, uma exclusividade feminina. Segundo ela, a “*maternagem*” aparece como um dos poucos elementos universais – e talvez o mais duradouro – da divisão sexual do trabalho e que, apesar, de revestido de naturalidade, é uma construção social, que se reproduz ciclicamente. Afinal, as mulheres, enquanto mães, produzem filhas não só com capacidade de também serem mães, mas com o desejo de sê-lo. Assim, as mulheres-mães acabam produzindo uma divisão nas capacidades psicológicas de filhos e filhas, conduzindo à reprodução da divisão sexual do trabalho e da “*maternagem*” como elemento central e ‘natural’ na identidade das mulheres<sup>161</sup>.

Também a força do patriarcado e de seus aspectos culturais e psicológicos, profundamente enraizada na cultura brasileira, deve ser lembrada. Podendo ser observada na naturalidade da conjugação entre mulher, esposa e mãe, a força do patriarcado parece ter sido incorporada, como traço individual, pelas próprias mulheres – que já não conseguem funcionar plenamente fora destes padrões:

“A tese de Saffioti indica que as mulheres inovadoras no Brasil não representam, efetivamente, uma força constituída através de um fenômeno de conscientização da problemática em que estão inseridas. Não apresentam reformulações significativas dos papéis desempenhados na estrutura familiar, onde o problema de repartição da autoridade parece ser o ponto nevrálgico. Os esforços no sentido de uma inovação estão quase sempre individualizados”<sup>162</sup>.

---

<sup>160</sup> Chodorow, Nancy (1978a). *A Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

<sup>161</sup> Em trabalho mais recente “The power of feelings”, publicado em 1996, Chodorow coloca o embate entre a força da experiência individual psicológica e o ‘determinismo’ cultural, conforme comentário de Abigail Locke. A este respeito ver Locke, Abigail (2002). *Gendered emotion: personal, cultural or discursive*. In: *Feminism and Psychology*. Vol.12 N.1. February 2002, SAGE PUB. Número especial dedicado a Nancy Chodorow.

<sup>162</sup> D’Ávila Neto (1994: 59).

Assim é que “o debate em torno da significação da família patriarcal para o modo de vida brasileiro ainda permanece”<sup>163</sup>. Sua marca atual aparece na coexistência do arcaico com o moderno; das atitudes de submissão com as inovadoras, e nas inúmeras dissincronias da evolução dos papéis e comportamentos de gênero na nossa sociedade:

“Quando examinamos a questão das mulheres latino-americanas, observamos, como já fizemos em trabalhos sobre a autoridade patriarcal no Brasil e a mulher, que as mudanças não são sincrônicas, ao contrário, as mulheres latino-americanas se tornaram modernas sem abandonar a tradição”<sup>164</sup>.

Pensar em todas estas mudanças, contradições e ambivalências dentro de um mesmo mundo globalizado, de uma mesma sociedade ou mesmo de uma mesma mulher, embora fundamental, parece, a muitos, assustador e paradoxal. É como se estas mulheres, estivessem, de fato, sem lugar ou “*fora do lugar*”<sup>165</sup>. Mas de que lugar se fala?

É claro que nos referimos ao fato de que à mulher não cabe mais o papel de outro do homem; ela também não cabe mais entre as paredes do lar, que limitam sua saída para a rua. Hoje, elas estão, cada vez mais, conquistando o espaço público, antes de domínio dos homens. Alçando vôos cada vez mais altos, ampliando suas fronteiras...

Mas, isto não se dá sem conflitos e ambigüidades, de modo que, apesar das mulheres, muitas vezes, terem uma atuação política, que as vincula com a esfera pública, elas aí, também, não estão inteiras; não parecendo ser este um lugar muito confortável<sup>166</sup>.

Assim, ela parece estar mesmo fora de qualquer lugar (público ou privado), tal como conhecemos até agora. O contexto parece ser de *transição*, com identidades fluídas e provisórias, típicas de um cenário pós-moderno<sup>167</sup>.

---

<sup>163</sup> D’Ávila Neto (1994: 45).

<sup>164</sup> D’Ávila Neto (2002).

<sup>165</sup> Como chamamos no trabalho de pesquisa realizado em 1999, “Mulheres fora do lugar”. Op. Cit.

<sup>166</sup> Este é o caso das lideranças femininas que encontramos e entrevistamos em Belford Roxo, por ocasião da realização do trabalho de pesquisa citado acima.

<sup>167</sup> Hall (2000).

Desse modo, é que apesar das conquistas femininas, se Fourier<sup>168</sup> tinha razão ao preconizar, já no século XIX, “que o grau de emancipação das mulheres indica o grau de evolução de suas respectivas sociedades”, aqui é possível afirmar que o Brasil, realmente, ainda está no rol dos países com muito chão para percorrer na estrada rumo ao desenvolvimento.

---

<sup>168</sup> Citado por D'Ávila Neto (1995: 218).

## **II PARTE**

### **A PESQUISA DE CAMPO**

## 1. Questões para a construção de uma pesquisa de campo

Diversas questões surgiram na trajetória de estudo sobre mulheres e famílias<sup>169</sup>, e aparecem na construção de nosso roteiro de campo. Podemos assim enumerá-las:

1. A conquista de novos papéis sociais pelas mulheres e sua crescente profissionalização aparecem como possíveis explicações para o fenômeno da chefia familiar feminina. Mas, como retifica Oliveira<sup>170</sup>:

“Difícil é avaliar em que medida este fenômeno decorre das transformações nas condições objetivas e o quanto expressa mudanças culturais e ideológicas capazes de legitimar projetos de autonomia feminina”.

Esse seria, então, um primeiro ponto a ser investigado. Sua pertinência encontra eco em pesquisas como a de Salem<sup>171</sup>, com mulheres faveladas, que, como vimos, não se sentem inteiras, nem legitimadas, no papel de provedoras da casa. Ao contrário, chegam a se sentir faltosas, e sofrem, por não terem um homem ao seu lado para desempenhar tal função (tradicionalmente masculina).

Apesar de mulheres como estas não poderem ser identificadas como representantes do que (supostamente) se chama *autonomia feminina*, elas integram indicadores estatísticos de que famílias chefiadas por mulheres são, hoje, um fenômeno mundial que não pára de crescer. Tal observação nos recomenda cautela ao tentar explicar o fenômeno, apenas, como consequência da

---

<sup>169</sup> A trajetória a que me refiro inclui pesquisas de Iniciação Científica que, embora nunca tenham saído do referencial da psicossociologia, foi tendo o foco deslocado da área de meio ambiente para pesquisas na linha de gênero e desenvolvimento. Nesta última linha – à qual venho há algum tempo me dedicado, destaco os trabalhos: “Mulheres fora do lugar” – onde o foco eram as lideranças comunitárias, e “Oficina de cidadania de mulheres” – onde desenvolvemos um modelo de aplicação ‘prática’ para o conceito de ‘empoderamento’, ambos sob a orientação das professoras Maria Inácia D’Ávila Neto e Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro. À tudo isto veio se juntar o estudo – iniciado junto à professora Angelina de Belli do IP-UFRJ – e a formação na área de família – realizada no ITF-RJ.

<sup>170</sup> Oliveira, Maria Coleta (1996). A família Brasileira no limiar do ano 2000. Estudos Feministas, vol. 4 n.1/96. IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ. P.55.

<sup>171</sup> Salem, Tania (1980). Op.Cit.

emancipação feminina. Há muitas variáveis em jogo, o que indica a necessidade de maiores cuidados com a questão.

2. Se, por um lado, são inegáveis os indicadores de que a mulher vem ocupando um espaço cada vez maior no mercado de trabalho e na educação formal, por outro, é preciso frisar que esses “novos papéis” não vieram substituir os antigos, mas antes, somar-se a eles. Uma vez que a desejada contrapartida dos homens – que deveriam repartir com ela a educação e o cuidado com os filhos e a casa – não ocorreu (ou, ao menos, não na mesma velocidade), o que, de fato, assistimos é um grande acúmulo de papéis por parte das mulheres<sup>172</sup>.

Para mulheres chefes de família, a responsabilidade é ainda maior, pois têm que enfrentar sozinhas os *problemas decorrentes da vida como progenitor único*. Estes problemas devem ser investigados a fim de que as políticas voltadas para o bem-estar familiar e/ou da mulher (mesmo sendo escassas!) possam contemplá-los<sup>173</sup>.

2. Além disso, a crescente e tão falada participação da mulher no mercado de trabalho, pode ter se dado ‘apenas’ como “conseqüência das dificuldades econômicas enfrentadas pelas famílias”<sup>174</sup>, não representando, de fato, um ‘grito de independência’, ou um ato em busca da maior autonomia feminina. E, se, por um lado, isto lhe confere nova posição na estrutura doméstica, também é preciso dizer que:

“Quando se examina o papel das mães das classes populares e das camadas médias, na composição do orçamento doméstico, nota-se a grande quantidade de suas atribuições (...), mas aqui também, o trabalho feminino tendia a ficar em segundo plano, atrás dos afazeres associados ao papel da mãe, tais como o cuidado com os filhos e sua socialização”<sup>175</sup>.

---

<sup>172</sup> Neste sentido é que autores como Bernardo Jablonski chegam a anunciar “um retrocesso no caminho da igualdade nos papéis de gênero”. Jablonski, Bernardo (1996). “Papéis Conjugais: Conflito e Transição”. In Carneiro T. F. (org.). *Relação Amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal*. Rio de Janeiro: ANPEPP.

<sup>173</sup> A experiência no trabalho de Iniciação Científica e no Subprojeto de Mobilização Social – Participação Comunitária do qual fiz parte, mostra que muitas mulheres das classes desfavorecidas ainda se ocupam do trabalho comunitário – fundamental na conquista de melhores condições de vida para suas comunidades, o que representa um acréscimo de várias horas na sua luta diária.

<sup>174</sup> Romanelli (2000: 77).

<sup>175</sup> Romanelli (2000: 78).

Esta questão está ligada às anteriores, mas ganha peso no contexto da chefia feminina, onde o trabalho é mais que um imperativo – uma garantia de sobrevivência. Nestas famílias “modernas” o que há de novo? Como estas mulheres articulam todas as suas funções e estabelecem prioridades?

4. Também é preciso lembrar que, apesar da multiplicidade de arranjos familiares a que estamos assistindo – da qual a chefia feminina é apenas mais uma expressão – continua a existir a imagem ilusória da perpetuação de uma ‘família nuclear normal’. Por outro lado, estudos indicam que quando as “famílias vividas configuravam-se diferentemente do modelo, sentiam-se inferiores, menores, por não terem competência para adequar o seu vivido ao pensado”<sup>176</sup>. Assim, a família vivida aparece “como um caminho indesejado, com um caráter de ‘não escolhido’, mas de ‘imposto’ pelas vicissitudes da vida”<sup>177</sup>.

É possível, então, que este sentimento de ‘fracasso’ seja ainda mais forte nas próprias mulheres. Tendo sua identidade construída dentro do sistema familiar – ou no âmbito do privado e das atividades reprodutivas<sup>178</sup>– e, sendo a família nuclear reconhecida como modelo ideal, essas mulheres pareceriam “incompetentes” para desempenhar seu papel básico – construir um lar e cuidar de sua harmonia e bom funcionamento.

5. Por outro lado, se há uma estreita ligação entre o modelo de família ideal e a opressão da mulher<sup>179</sup>, então, é possível que essa maior flexibilidade, ou esse incremento nas possibilidades de arranjos familiares, possam também flexibilizar a condição, ou os papéis tradicionalmente esperados de homens e mulheres.

---

<sup>176</sup> Szymanski. (2000a: 2).

<sup>177</sup> Szymanski (2000b). Teorias e “teorias” de família. In: Carvalho, Maria do Carmo. (org). A família contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/ Cortez. P.26.

<sup>178</sup> A este respeito ver Rosaldo, M., Lamphere, L. (Coord) (1979). Op.Cit.

<sup>179</sup> Esta idéia está trabalhada na monografia que realizei para obtenção do título “formação de psicólogo”, sob orientação da profª Maria Inácia D’Ávila Neto. Instituto de Psicologia/UFRJ – 2000.

Afinal, se é “através da família que se efetua a impregnação social, como elemento de ação do sistema social sobre o indivíduo”<sup>180</sup> e, se sua organização familiar, por ser monoparental, atenua a divisão sexual do trabalho (afinal, não é clara a divisão entre provedor/ provedor afetivo/ trabalho doméstico – a menos que essa lógica se reproduza nos filhos, quando há meninos e meninas), é possível que nestas famílias haja uma idéia mais flexível do que é papel de homem e de mulher. Este ponto é particularmente importante para um almejado futuro de relações sociais mais livres e equilibradas em relação ao gênero.

Assim, tendo claro os pontos de investigação suscitados pela reflexão teórica, deveríamos construir um roteiro não se limitado a questões ‘fechadas’, mas permitindo o surgimento de novos elementos no campo, pertinentes à temática ‘dinâmica’ que estaríamos examinando.

Trabalhamos, portanto, com um roteiro-guia, flexível o bastante para não cercear as entrevistadas e, ao mesmo, com uma estrutura necessária para não deixar de abordar questões consideradas relevantes:

“(…) o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo de pesquisa”<sup>181</sup>.

Neste sentido, talvez seja possível dizer que a pesquisa se apoiou em metodologias participativas. Uma vez aberta para o inusitado que poderia surgir no campo, no sentido mesmo de incorporá-la ao trabalho, a ‘cara’ das participantes também aparece no resultado final – ainda que a ‘cara’ a qual eu consigo ver ao olhar para elas:

“(…) o pesquisador qualitativo, que considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico, apóia-se em técnicas e métodos que reúnem características *sui generis*, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações”<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> Rochael Nasciutti, Jacyara (1997). Determinantes sociais da história individual. In Documenta nº 8 Ano VI. EICOS. Rio de Janeiro.

<sup>181</sup> Triviños citado por Soares, (2001: 107).

<sup>182</sup> Idem.

O roteiro<sup>183</sup> – que como o nome diz serviu de guia, podendo ser definido como sugestões de perguntas para a abordagem de determinados temas, tais como: a família; ser chefe de família; a inserção no cotidiano; identidade e papéis sexuais; política e vida pública; as rupturas da norma; desejos e idealizações.

A temática abordada nestas entrevistas foi bastante ampla, traduzindo a complexidade do tema e reafirmando o caráter exploratório da pesquisa.

---

<sup>183</sup> O roteiro encontra-se em anexo.

## **2. Descrição do universo pesquisado – ou ‘Sujeitos’**

A pesquisa de campo foi focada em mulheres chefes de família – urbanas e de baixa renda, residentes no Lote XV, de Belford Roxo.

A idéia inicial, contudo, era restringir este vasto universo, entrevistando, apenas, aquelas morando sozinhas com seus filhos, ou seja, mulheres que, por ausência do marido, ou de outro homem na casa – que não seus filhos – pudessem ser chamadas chefes de família.

A única exigência seria a da mulher morar sozinha com seus filhos, não importando, a priori, os motivos que a levaram a esta condição – divórcio, morte, migração etc.

No entanto, à medida que a reflexão teórica ia se aprofundando, evidenciava-se a limitação do conceito de chefia feminina, não só enquanto definido em termos da ausência de um homem – e, portanto, como negação da chefia masculina – mas também em relação à ‘exigência’ das mulheres terem filhos e serem as responsáveis por eles, o que reforçaria “a noção de que o papel natural da mulher é a maternidade”<sup>184</sup>.

Se as pesquisas quantitativas e por amostragem puderam sair de tamanho reducionismo, cedendo às pressões – inclusive do movimento de mulheres, abandonando esta definição de chefia familiar<sup>185</sup> e ampliando seu universo, seria um grande contra-senso e um grande retrocesso conceitual voltar a utilizá-lo neste estudo.

O conceito de “*chefe de família*”, para mulher, que mora sozinha com os filhos foi, então, abandonado e a própria definição do termo passou a ser objeto de pesquisa. Ou seja, passou a interessar o que as mulheres entendem como chefes de família e quais são os critérios utilizados por elas para definir alguém – ou a si mesmas, como tal<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> Carvalho (1998: 12).

<sup>185</sup> O próprio termo chefia familiar, foi, como vimos abandonado pelos órgãos de pesquisa, sendo substituído por chefia domiciliar e mais recentemente por ‘pessoa responsável’, ou ‘pessoa de referência’ no domicílio.

<sup>186</sup> A curiosidade sobre a representação de chefia familiar – ou domiciliar está ligada a desconfiança em relação aos com padrões adotados nas pesquisas quantitativas e censos. Pois, se de um lado, perguntar

O recrutamento das cinco mulheres a serem entrevistadas foi uma tarefa realizada em parceria com o 'Centro Comunitário Sem Fronteira'<sup>187</sup>, a partir de um convite às 'mulheres chefes de família', que estivessem disponíveis e dispostas a conceder uma entrevista para 'as meninas da Universidade', ficando, a seleção final, a cargo do Centro Comunitário.

Desta forma, o universo de entrevistadas acabou bastante diversificado, sendo composto por mulheres em situações diversas: duas mulheres viviam sozinhas com os filhos (sujeitos 1 e 2)<sup>188</sup> – nas chamadas famílias monoparentais – uma vivia com os filhos e a mãe (sujeito 3), embora se dissesse casada; e outras duas viviam com os filhos e os maridos (sujeitos 4 e 5) – sendo que, uma delas, havia se separado, morado sozinha com os filhos e voltado para o marido um ano depois<sup>189</sup>.

É importante frisar que o fato de não haver na amostra nenhuma mãe solteira, mulheres morando sozinhas, produção independente ou qualquer outro arranjo familiar – tendo, todas as entrevistadas, ao menos uma experiência de 'casamento' ao longo de suas vidas e, ao menos um filho – não foi uma escolha, ou pré-requisito – mas uma constatação, a partir da observação empírica das entrevistas de campo<sup>190</sup>.

Ainda assim, as mulheres entrevistadas apresentam diferentes configurações familiares, partilhando, contudo, de uma realidade sócio-econômica bastante desfavorável.

---

quem é o responsável pela família ou domicílio significa um avanço, fica a desconfiança de que os valores tradicionais que concebem o homem como chefe se façam presentes, interferindo nas respostas. Ou seja, que a simples presença de um homem seja determinante de sua indicação como chefe.

<sup>187</sup> Neste sentido, o trabalho representa ainda a possibilidade de reforçar e estreitar os laços entre Universidade e comunidade – iniciados no já mencionado projeto de mobilização social, atendendo a um demanda constante da população local pela continuidade do trabalho iniciado com as mulheres da região e a possibilidade da construção de novos caminhos para futuras intervenções.

<sup>188</sup> Esta numeração dos sujeitos refere-se a ordem com que aparecem descritas no quadro da página 80 – que deve ser consultado para melhor entendimento e visualização das características das mulheres entrevistadas.

<sup>189</sup> Os sujeitos 4 e 5, que não teriam sido entrevistados caso a idéia inicial – de entrevistar apenas mulheres que não tivessem marido, companheiro, ou qualquer outro homem adulto que não são seus filhos – fosse mantida, nos pareceram especialmente interessantes. O sujeito 4 pela sua condição de ter vivido há pouco tempo sozinha com os filhos e ter decidido voltar para o marido – conhecendo bem o que é 'ser chefe' nestas distintas situações. E o sujeito 5 pela sua posição de quem, como dona de uma escola comunitária, ajuda e serve de testemunha pra as dificuldades enfrentadas por centenas de outras 'chefes de família' da região.

<sup>190</sup> Esta observação é importante pois a construção de categorias atenderá às especificidades do grupo entrevistado – como o casamento, que não foi, contudo, 'escolhido' por isso, mas pela disponibilidade e pela vontade das mulheres 'chefes de família' – contatadas pelo centro comunitário - de serem entrevistadas.

Todas são moradoras de Belford Roxo, com idade entre trinta e seis e quarenta anos e renda familiar máxima de dois salários mínimos<sup>191</sup>, com o número de filhos variando de um a seis, em idades de dois a vinte e um anos.

A composição atual das famílias é de duas a cinco pessoas residentes na mesma casa e renda familiar composta de forma diversa. Das duas mulheres, que viviam sozinhas com os filhos (sujeitos 1 e 2), uma tinha a renda aumentada por uma pequena pensão que o ex-marido dava para a filha – de meio salário mínimo – (sujeito 2), e a outra ganhava uma pequena pensão do pai – já falecido – (sujeito 1), representando um reforço significativo em seus rendimentos pessoais de cerca de um salário mínimo cada, pelo trabalho no Centro Comunitário – uma na área administrativa e outra nos serviços gerais. Já a que morava com os filhos e a mãe (sujeito 3), descrevia a renda familiar como quase totalmente composta da pensão recebida pela mãe, acrescida de alguns trocados ganhos pelo ‘biscate’ como costureira e ajudas eventuais dadas pelo ‘marido’ – que mora em outro município. Em relação as que moravam com os maridos (sujeitos 4 e 5), uma tinha a renda familiar composta pelos seus ganhos como artesã, acrescidos aos do marido (sujeito 4), e a outra, dona de uma escolinha comunitária (sujeito 5), tinha, no momento da entrevista, a renda familiar baseada, apenas, no dinheiro que os filhos ganhavam pela participação em projetos governamentais como bolsa escola, auxílio para o leite etc, acrescida da ‘ajuda’ eventual das mães de seus alunos – uma vez que o marido estava desempregado e ela não aferia rendimentos pelo trabalho na escola, como ‘dona’ ou como professora<sup>192</sup>.

Apesar das ocupações destas mulheres serem bastante diversas, havia em comum a fragilidade de seus rendimentos – nenhuma delas tem carteira assinada ou quaisquer outras vantagens trabalhistas – o quê, por sua vez, está relacionado (embora não determinado) ao baixo grau de escolaridade que possuem: uma é analfabeta (sujeito 2); uma tem o primeiro grau incompleto (sujeito 4); outra

---

<sup>191</sup> Toma-se aqui o salário mínimo vigente na época das entrevistas – Agosto de 2002, no valor de R\$200,00 reais.

<sup>192</sup> É curioso pensar que, aparentemente, a família que vivia em condições mais precárias de existência era uma família conjugal e não monoparental.

conseguiu completar o primeiro grau (sujeito 3) e apenas duas têm o segundo grau completo – um técnico e outro regular (sujeitos 1 e 5).

Esta breve descrição das chefes de família entrevistadas apresenta dados que vão de encontro ao perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios apresentados nas estatísticas oficiais, confirmando a sua indicação como um grupo de condições sócio-econômico-culturais extremamente frágeis, tornando essas mulheres e suas famílias como um grave e preocupante foco de pobreza na sociedade brasileira.

**INSERIR O QUADRO AQUI!!!!!!**

### **3. Descrição do processo – ou ‘Procedimento’**

As entrevistas foram realizadas em separado com cada uma das mulheres e, sempre que possível, em suas próprias casas<sup>193</sup>.

As entrevistas duraram, em média, cinquenta minutos, sendo todas elas filmadas – com a autorização das entrevistadas. Buscamos criar um clima de informalidade, através de diálogos informais e amistosos, motivo pelo qual, acreditamos, conteúdos mais íntimos puderam vir à tona<sup>194</sup>.

Se por um lado, tais procedimentos favoreceram o desenrolar das entrevistas, também representaram elemento complicador, na medida em que, muitas vezes, as respostas se alongavam, parecendo, em alguns momentos, que as entrevistadas estavam em franco processo de associação livre.

Neste aspecto, a elaboração de um roteiro de entrevistas foi extremamente útil, evitando que o rumo das ‘conversas’ fosse perdido pela fascinação causada pelas histórias e experiências de vida das mulheres. Assim, o roteiro serviu de fio condutor, permitindo que entrevistador e entrevistado pudessem ‘dançar conforme a música’ – ou tornar as trocas fluentes, sem medo de, ao se abrir para o novo, perder de vista aspectos importantes da pesquisa. Por várias vezes, as entrevistas tiveram seu rumo retomado, após vários minutos de ‘conversação’ sobre temas trazidos pelas mulheres.

O roteiro, como dissemos, foi previamente estruturado, a fim de traduzir adequadamente a parte teórico-conceitual da pesquisa e se constituir num instrumental capaz de fornecer indicadores essenciais.

Neste sentido, para melhor organizar o roteiro, a ordem de emergência de seus tópicos e a inteligibilidade das perguntas, foram realizadas algumas entrevistas prévias com sujeitos de condição semelhante – mulheres chefes de família urbanas de baixa renda. Estas ‘entrevistas-piloto’, foram úteis na medida

---

<sup>193</sup> Isto só não foi possível em relação ao sujeito 4, cuja casa estava em obra, com muita gente trabalhando e com muito barulho, tendo sido sua entrevista realizada na escola comunitária do bairro.

<sup>194</sup> Neste sentido, é que mais uma vez tive a confirmação de que a câmera não representa nenhum grande obstáculo nem parece ser fonte de maiores constrangimentos pelas entrevistadas. Acredito que o manejo e o clima das entrevistas sejam mais determinantes de um desenrolar satisfatório do que a presença/ausência de qualquer instrumento, seja câmera ou mesmo gravador – os quais, após os primeiros minutos, os sujeitos, via de regra, costumam esquecer.

em que delinearão pequenos ajustes a ser realizados nas entrevistas definitivas. Ressaltamos que, apesar do rico material obtido através das mesmas, seus conteúdos não foram incluídos na análise final.

Após os ajustes e correções, partimos para as entrevistas definitivas, em Belford Roxo. A partir daí, demos início a um longo trabalho de transcrição do material, onde todo o cuidado foi tomado para que tudo o que nos foi dito pudesse ser preservado na forma mais fiel possível, buscando respeitar não só o estilo, a pronúncia e a entonação das entrevistadas – o que resultou em erros gramaticais – mas também, gerando expressões coloquiais, gírias e até mesmo palavras aparentemente inadequadas – ou contraditórias, com as idéias que as mulheres pareciam querer transmitir – mas que, ainda assim, foram preservadas.

O passo seguinte foi a ‘análise de conteúdo’ das entrevistas – um processo lento e cuidadoso, conforme descrito a seguir:

### *3.1. A análise de conteúdo*

Demos início, então, a ‘Análise de Conteúdo’ das entrevistas, técnica que pareceu adequada, principalmente, quando assim sintetizada:

“A análise de conteúdo tem como suporte instrumental qualquer tipo de mensagem, formas de expressão dos sujeitos sociais, e, como, produto, um conhecimento não linear (...) onde o tempo e a circularidade da comunicação são considerados significativos”<sup>195</sup>.

Na prática, este processo foi construído sem uma filiação específica a um ou outro autor tradicional, mas se constituiu de uma síntese de várias descrições encontradas, numa que pareceu mais adequada<sup>196</sup>, podendo ser assim descrita<sup>197</sup>:

---

<sup>195</sup> Setúbal citado por Soares (2001).

<sup>196</sup> O procedimento utilizado foi o de realizar uma análise de conteúdo de respostas dadas a entrevistas que seguiram um roteiro prévio. Trata-se aqui de um modelo clássico descrito em inúmeros manuais de análise de conteúdo. Para Muchielli (1977) – com reedições posteriores – o processo consiste em: 1) Recorte e reformulação “normalizada” de unidades de “sentido”; 2) Distribuição e re-agrupamento dessas “unidades” em categorias, que são derivadas do próprio texto; 3) Inventário e/ou frequência das categorias; 4) Pesquisa sistemática das palavras associadas com as “unidades” re-classificadas, de onde a classificação dos conteúdos (psicológicos) retidos para a análise. O método por nós adotado tem semelhanças com o descrito

a) Leitura inicial do material bruto

As transcrições das entrevistas foram lidas e relidas exaustivamente. Nesta fase, foram registradas todas e quaisquer impressões e sentimentos, bem como eventuais perguntas suscitadas pela leitura do material e que poderiam servir de direção para uma análise mais detalhada. A idéia era poder ampliar o foco e a atenção para além das idéias pré-concebidas, evitando desprezar material para o qual não se estivesse anteriormente sintonizado, a fim de permitir, inclusive, a emergência do novo e do inusitado – dentro do que fora formalmente pensado.

b) Leitura sistematizada com marcação de trechos

A leitura agora, um pouco mais sistematizada, procurou identificar e destacar dois grupos de informação: a) os trechos relacionados aos temas abordados no roteiro de entrevista e delineados em base teórica; e b) trechos relacionados a informações que tenham surgido ainda no campo e se revelado constantes e/ou trechos relacionados às impressões, sentimentos e questões suscitadas ainda no item um e que, também, tenham se mostrado constantes e/ou pertinentes.

Neste momento, pareceu-nos especialmente difícil procurar equilibrar a atenção para os dois grupos de informações, evitando priorizar apenas o primeiro grupo. Daí a importância de destacar as palavras de Demartini<sup>198</sup>:

---

por Muchielli para uma análise de conteúdo de entrevistas semi-diretivas ou semi dirigidas. Para maiores detalhes ver Muchielli, Roger (1977). "L'Analyse de contenu". Paris: Ed. ESF – Libraires, Techniques.

<sup>197</sup> Howard Beck, em seu trabalho "Les ficelles du métier" de 2002, publicado em 1998 em língua inglesa e que tem como subtítulo: "Como conduzir sua pesquisa em ciências sociais", diz à propósito da escolha metodológica de uma pesquisa: "Os especialistas em sociologia das ciências (tais como Latour et Woolgar [1979] ou Lynch [1975]) mostram-nos que os pesquisadores em ciências naturais trabalham segundo métodos operatórios, que não são jamais explicitamente formulados em sua metodologia oficial e que eles escondem sua "cozinha interna", isto é, suas práticas reais quando explicitam seu método de maneira formal. Os sociólogos agem exatamente igual: quando fazem verdadeiramente a (pesquisa em) sociologia, eles utilizam quotidianamente uma série de "ficelles" (ou cordões para amarrar) teóricos que eles não mencionam no seu discurso sobre a teoria". Beck, H. (2002). Les ficelles du métier. Paris: Ed. La Découverte. P. 27. Tradução livre.

<sup>198</sup> Demartini citado por Preuss, Miriam R. G. (1997). "A abordagem biográfica - história de vida - na pesquisa psicossociológica". In: Documenta nº 8 Ano VI. P.121.

“Nos assegurar uma maior certeza de não estarmos deixando de lado relatos (ou partes das entrevistas) menos empolgantes que outros, ou que traziam elementos discordantes de nossas próprias formulações anteriores, ou contendo elementos aparentemente sem muita importância”.

c) Construção inicial de um sistema de categorias:

Os trechos marcados foram, então, destacados e agrupados em categorias<sup>199</sup>, que, aos poucos, foram se delineando.

As categorias têm um papel central na análise do material dos relatos, e por isso, devem, sempre que possível, refletir não só o referencial teórico adotado, mas também a configuração empírica das temáticas consideradas.

d) Volta à leitura:

Neste momento foi importante voltar às transcrições – ao material bruto, e não só aos trechos previamente marcados, a procura de outros dois grupos de informações: a) trechos cujos conteúdos pudessem ser informativos das categorias já formuladas, e b) quaisquer outros trechos que, mesmo não cabendo nas categorias até então formuladas, parecessem interessantes/relevantes, e que acabaram ficando de fora das marcações anteriores.

e) Reformulação do sistema de categorias

---

<sup>199</sup> A respeito de ‘categorias’ é o próprio Beck quem nos fala: “Quando nós coletamos dados - através de entrevistas, observações ou leitura de documentos criados pelas pessoas e organizações que nós estudamos nós encontramos freqüentemente um tipo de linguagem que traça uma linha de demarcação e separa as coisas em categorias”. Beck (2002). Op. Cit. P.239. Tradução livre. Outra definição de categoria é encontrada em Muchieli, para quem categoria é o “nome de um agrupamento tendo em comum características autorizando seu agrupamento em uma mesma classe (...) A análise de conteúdo distribui em categorias os elementos indicativos discriminados por unidades de registro”. In: Muchielli, Roger (1977). Op. Cit. P. 122.

Já com os dados do quarto item, voltamos ao sistema de categorias, para uma análise da incidência dos indicadores e trechos ilustrativos de cada categoria, bem como de sua pertinência e coerência diante dos objetivos da pesquisa.

Neste momento, deu-se uma reformulação no sistema de categorias esboçado: com a criação de novas categorias e sub-categorias e fusão ou, até mesmo, eliminação de outras, que não tenham se mostrado consistentes ou que parecessem extrapolar os limites da pesquisa e/ou de uma dissertação de mestrado.

#### f) Análise das categorias e discussão dos resultados

Este momento foi marcado por um retorno à literatura a fim de localizar as questões e categorias suscitadas durante o processo. Assim, deu-se início a etapa da discussão das categorias – fundamental para complementar a análise dos resultados.

#### **4. A pesquisa e alguns de seus resultados**

##### *4.1. Analisando o conjunto de categorias*

O sistema de categorias foi, então, construído conforme descrito anteriormente e, em seu formato final, acabou consistindo de quatro categorias, e seis subcategorias, assim divididas:

##### *I. A vida como chefe de família – subdividida em:*

- O que é ser chefe de família, afinal?!;
- Principais dificuldades que enfrentam as mulheres chefes de família;
- Estratégias de sobrevivência e a construção de redes de solidariedade;

##### *II. Cotidiano e Trabalho feminino*

##### *III. Família e Relações de Gênero – subdividida em:*

- Ser Homem X Ser Mulher – do real ao ideal;
- Percepções sobre o casamento – e os motivos de seu rompimento;
- Violência Física e Psicológica;

##### *IV. Mudanças, Permanências, Desafios e Perspectivas*

Passemos então, à análise e discussão dos resultados encontrados a partir destas categorias e suas respectivas sub-categorias.

### **4.1.1. A vida como chefe de família**

#### **4.1.1.1. O que é ser chefe de família, afinal?!**

A polêmica em torno do termo “chefe de família” motivou, como dissemos, a ampliação da amostra e do roteiro de entrevista, incluindo-se duas perguntas: Você se considera chefe da sua família? E, logo a seguir: O que é ser chefe de família para você?

A primeira pergunta foi respondida afirmativamente e com grande entusiasmo por quatro das cinco mulheres – incluindo-se aí, as casadas. Neste grupo as respostas foram breves: - “Mas é claro!”; - “Sim” etc.

A única resposta diferente, seguida de explicação foi dada por C, sujeito 4, que havia morado sozinha com os filhos, mas estava novamente morando com o marido e os filhos. Dizia ela:

“Eu ainda me considero. Me considero, sabe por que? Porque eu tenho mais instrução que o meu marido. Um pouquinho, mas eu tenho bem mais instrução que ele. Ele é mais novo do que eu cinco anos. Eu acho que eu sou bem mais experiente do que ele”.

A resposta de C é curiosa, remete para a questão da educação formal, da idade e da experiência. Também remete para a questão da tradição formada em relação ao tema, onde a simples presença do homem era motivo para que ele, invariavelmente, fosse considerado o chefe da família. Talvez daí, a necessidade de C justificar sua resposta – ou ter uma família? – que não segue os moldes tradicionais. Afinal, a despeito da decisão de voltarem a morar juntos e da presença do marido na casa, ela ‘*ainda*’ se considera a chefe – numa idéia de continuidade em relação ao tempo que passou como progenitora única, e em que não havia como questionar sua condição de chefe. Neste sentido, C parece ter ido buscar quaisquer elementos nos quais ela pudesse indicar alguma prevalência sua sobre o marido, fundamentando assim sua ‘transgressão’.

A outra resposta que se destacou foi dada por MP, sujeito 3, que mora com a mãe e os filhos, embora se diga casada. Esta resposta chamou atenção por ter sido a única que não foi imediata, tendo sido iniciada por uma longa pausa:

(Longa pausa) “É, por enquanto ainda não sou não, sabe? (ri). Eu sou só chefe de mandar, brigar, chamar atenção, porque, é... eu tô fazendo agora biscate, trabalhando com a minha irmã agora, quer dizer, quem é a chefe da família aqui é minha mãe. Que eu moro na casa dela, é ela que faz compra... é, o biscate eu faço as coisa, aí também ajudo um pouquinho. Então a chefe, chefe mesmo, é ela”.

A ausência de uma renda formal parece ser o cerne da resposta de MP. Fazendo ‘biscate’, ela não consegue assumir, sistematicamente, as despesas - e as compras; ela só consegue ajudar ‘um pouquinho’. Além disso, MP mora na casa da mãe – não é a casa dela. Assim, a mãe de MP é a ‘chefe mesmo’ – dona da casa e provedora da família – enquanto MP é só a chefe de ‘mandar’ e ‘brigar’ – lugar tradicional das mulheres (?). Mas, por outro lado, ela aponta uma questão temporal, em que ela *ainda* não é a chefe, talvez querendo dizer, que um dia pretende mudar esta situação – tendo a própria casa, ou, mesmo, arranjando um emprego, que lhe permita fazer as compras.

Quando perguntada sobre “o que é ser chefe de família”, MP, sujeito 3, parece ter tido a chance de concluir seu raciocínio:

“Ah, ser a chefe é arcar com conseqüências, né? É assumir tudo, entendeu? Quando eu morava lá, aí eu era chefe com meu marido, né? Mas aqui, eu sou chefinha não, chefinha. Ela é a chefona, então...”.

Ou seja, na casa dela, MP arcava com as conseqüências e assumia tudo junto com o marido, de modo que eles dividiam o posto de ‘chefia’. Na casa da mãe, contudo, é a mãe ‘que faz compra’, e assim, MP só é a *chefinha*, sendo a mãe, a *chefona*. Introduzindo uma espécie de ‘gradação’ sobre o tema.

Outra resposta que fala sobre provimento material, é a de R, sujeito 2, que mora sozinha com a filha:

"Ah é quando...É montar uma casa! -"Tá faltando isso?". Não deixar faltar nada pra a filha... Então eu acho que sou. Minha filha não pode dizer: -"Mãe, eu quero isso", que eu dou. Deixo de comprar pra mim, mas dou."

R, assim como MP, valoriza a casa, mas, principalmente, o fato dela ter conseguido montar a sua. - "Sabe, eu me acho muito mulher pra ter uma casinha assim montada", dizia R, em outro momento da entrevista, confirmando o valor da casa e inserindo um tipo de 'gradação', ou 'classificação', como fez MP, só que em relação ao 'ser mulher'. Ela, então, se acha '*muito*' mulher pela sua conquista. Mas, é o fato de R 'não deixar faltar nada para a filha', que legitima seu lugar de chefe de família. Afinal, a filha não pode pedir nada, que ela dá, deixando, inclusive, de comprar pra ela<sup>200</sup>.

Já o sujeito 1, G, fala da responsabilidade de ser chefe, sendo a única responsável por três filhos, mas, ao contrário de MP e R, G dá ênfase na questão da educação:

"Ah, é uma responsabilidade muito grande. Porque são três vidas que depende de mim (pausa). É você tentar orientar três cabeças completamente diferentes. Enquanto é criança você ainda vai tentando, qualquer coisinha bota de castigo, corta isto, corta aquilo. Agora na adolescência começa a piorar. O meu tá começando agora. Eu ainda não tenho nenhum adulto meu, mas é difícil, é difícil...".

A responsabilidade, aliás, é múltipla, e G logo se lembra de outras atribuições de uma chefe de família. Mas, desta vez, G não consegue se desviar e acaba esbarrando na questão material:

"Na hora que tem que virar a noite acordada é a gente. Na hora que tem que comprar um sapato, uma roupa, que tá faltando comida é a gente. E... controlar dinheiro pra despesa dentro da casa".

Assim, G, enquanto chefe de uma família monoparental, arca com uma múltipla responsabilidade: educar os filhos: levá-los ao médico, comprar roupas e

---

<sup>200</sup> Neste sentido, R também ganha pontos extras, pois a doação incondicional aos filhos e o fato de se sacrificar por eles parecem ser aspectos valorizados da maternidade – essência do 'ser mulher'.

sapatos e controlar o dinheiro para que não falte comida, luz, água. Afinal, ela é sozinha, não tem um companheiro: “quando você tem um parceiro contigo, um companheiro, você divide as tarefas. Mas você, sozinha, é tudo você sozinha...”, explicava ela.

Mas, quando perguntada sobre “desde quando ela é a chefe da família”, G responde:

“Eu acho que eu sempre fui... entendeu? Porque o pai deles sempre foi aquele homem omissos, entendeu? Nunca, nunca foi de assumir a família; tanto faz, como tanto fez”.

Neste momento, G, nos lembra de uma coisa importante: também há casos em que a mulher é a chefe, mesmo quando o marido está em casa. Afinal, ser chefe é ter múltiplas responsabilidades e ‘assumir as conseqüências’ e tem homem que não faz isto – pra alguns deles, ‘tanto faz, como tanto fez’.

Voltemos, então, a C, o sujeito 4, que ficou se justificando pra dizer que ‘ainda’ é a chefe mesmo morando de novo com o marido. Quando perguntada sobre “o que é ser chefe de família”, C responde:

“Ih...agora você me pegou por terra... Eu não sei, pra te ser sincera. Eu acho que acaba assumindo toda a responsabilidade da casa, entendeu? Por exemplo, meu marido trabalha, eu trabalho, a nossa renda é, a gente junta pra pagar nossas contas. Mas as decisões, o que é preciso fazer, a responsabilidade com as crianças...fica tudo nas minhas costas. Ele pega o dinheiro e: -"Tá aqui! É contigo!", entendeu? Até mesmo algumas coisas que ele tem que fazer em casa, não dá; acaba, eu sendo a chefe da família”.

Assim, C elimina a possibilidade de se pensar, ‘apenas’, em responsabilidade material para definir uma chefe de família. Esta parte, ela tem quem divida com ela, porém, mesmo assim, ela é a chefe. Afinal, há múltiplas responsabilidades e decisões a tomar. Prover a família é um dos aspectos – fundamentais, é verdade – mas e o resto? É a própria C, então, quem explica:

“É toda em cima de mim. É médico, é colégio... Não é o fato de você ter que pagar as contas... hoje eu tenho quem divide as contas comigo... Não é por este lado das contas, é da responsabilidade mesmo de ser mãe. Aí é que tá o negócio, eu

hoje ainda continuo assim: correndo do trabalho, indo em casa, chegar em casa... Agora ele faz a janta, coisa que ele não fazia, lava a louça, coisa que ele não fazia. Dá uma forcinha em casa, sim. Eu bati o pé! Ele agora tem mais paciência com as crianças, mas ele se sente diminuído, porque só tem até a terceira série primária, tem essa dificuldade na cabeça”.

Ou seja, C, tem um marido para dividir as contas e que a ajuda, inclusive, nas tarefas de casa. Ainda que ela tenha que ter batido o pé, ele a ajuda. Mesmo assim, ela se sente sobrecarregada, com toda a responsabilidade de ‘ser mãe’ – o que parece indivisível, apesar da maior paciência que o marido, há três meses morando de novo com a mulher e os filhos, tem. Além do mais, ele se sente diminuído por ter estudado pouco – menos do que a mulher – ingrediente persistente na idéia de C sobre ser chefe de família.

No intuito mesmo, de conseguir se impor, vem as idéias do sujeito 5, S, casada e mãe de dois filhos. Assim, S coloca sua definição de chefe de família:

“Ser chefe é, a maioria das atitudes quem decide. Tá certo que a gente se reúne, mas sempre a palavra final e a mais forte é a minha... A educação dos meninos também; às vezes ele acha que uma coisa é boa e eu falo que não, mas no final, sem briga, às vezes até briga, mas eu sempre consigo impor; a minha vontade eu sempre consigo impor”.

Mais uma vez, o tema é a educação dos filhos – onde S ‘sempre consegue impor’ a palavra de final.

Curiosamente, o marido de S, tem menos instrução que ela – situação semelhante a descrita por C, sujeito 4. Ou seja, as duas únicas mulheres casadas da amostra, se dizem chefes de suas famílias e têm maridos, que estudaram menos do que elas. C, sujeito 4, nos disse que este ponto pesava na sua posição. Mas, e quanto a S? Será que o fato dela sempre conseguir ‘impor’ suas vontades tem alguma relação com o fato dela ter estudado mais que o marido? Ela fala:

“O pessoal dizia que é porque eu tinha mais, um pouquinho mais de esclarecimento do que ele. Mas não é isso não. Ele podia ser advogado que ia ser o mesmo. Foi assim desde o começo do namoro, do namoro porque eu jogava futebol, né, aí, no namoro mesmo eu já fui ditando: -‘A gente pode casar, mas vai ser assim, entendeu?’”.

S não acha que a educação formal interfira na sua condição de chefe de família, estando mais ligada à postura de imposição, que ela assumiu diante do marido, ainda, nos tempos de namoro. Assim, ela jogava futebol e foi deixando claro que não abria mão daquilo; ela podia até casar, mas seria assim...

Além disso, S diz que, se perguntássemos para o marido dela, ele não negaria; diria que ela é a chefe da família, sim, mas ele é o 'homem da casa'. Chamemos, S, sujeito 5, novamente, para que ela nos explique, então, o que é ser o 'homem da casa':

"Ser o homem não é mandar. Não é mandar... Ele até impõe algumas coisas assim... Às vezes, eu usava vestido curto, eu acho que ser homem é isso, entendeu? Eu não posso andar muito pelada, estas coisas todas, mas, o veredito final... Aí eu aceito. -"Não, esta saia tá curta!". Eu acho que ser homem é isso: é querer dominar na parte... na outra parte. Porque na parte mesmo, educação, financeira, isto sou eu. E comprar (inaudível), pelo menos o que as mulheres aqui fala, né, porque elas coitadas... elas não têm direito de comprar nada, é eles que decide: -'Posso tomar cerveja, o quê eu quiser'".

S parece ter certa dificuldade em explicar, mas acaba revelando algo bem familiar. Seu papel é cuidar da casa, administrar o dinheiro, as compras e educar os filhos. Ao marido, cabe uma 'autoridade' – que se sobrepõe às decisões cotidianas – tão sutil que S não consegue nomeá-la, nem dizer onde se aplica. Assim, ela diz que o marido domina – e até impõe – mas é 'na outra parte': por exemplo, de não deixá-la 'andar muito pelada'.

Isto nos remete à uma interessante discussão apresentada ainda na parte teórica sobre a distinção entre ser 'chefe da família' e 'chefe da casa'<sup>201</sup> – mas onde o homem seria o 'chefe da família' e a mulher a 'chefe da casa', e que seria comum nas famílias empobrecidas.

Aqui, S e o marido, fizeram uma troca nos nomes, mas o sentido permanece. Apesar do controle do dinheiro – que seria 'mais uma prerrogativa do papel de dona-de-casa'<sup>202</sup> – e da autoridade daí advinda, parece-nos prevalecer,

---

<sup>201</sup> Esta idéia nos foi apresentada por Sarti (1995).

<sup>202</sup> Neste sentido, Bruschini coloca que "(...) nas famílias operárias, entrevistadas em pesquisas dentro e fora do país, é comum o marido entregar todo o salário à esposa que o gerencia (...). É provável, contudo, que esta

neste caso, uma 'hierarquia implícita', onde a autoridade do marido de S situa-se num plano mais elevado (e menos imediato) do que o seu – ainda que ela não consiga perceber isso.

#### *4.1.1.2. Principais dificuldades que enfrentam as mulheres chefes de família*

A múltipla responsabilidade inerente à própria definição do que, para estas mulheres, é ser chefe de família, nos fornece pistas de que as dificuldades enfrentadas por elas não são poucas. Aliás, arcar com uma responsabilidade, que é múltipla, já aparece, por si só, como uma grande dificuldade. Mas, esta questão tem também múltiplas ramificações e graves conseqüências. Vejamos, então, o que as mulheres têm a dizer sobre o que elas acham mais difícil nesta situação e quais as principais dificuldades enfrentadas.

Começemos então, por S, sujeito 5. Teve a palavra final sobre o que é ser chefe e agora terá a primeira, sobre as principais dificuldades:

“Mais difícil é onde deixar as crianças pra trabalhar. É a pior parte delas, de todas. Elas estão desesperadas porque, por exemplo, as que moram aqui, aqui tem uma favela aqui atrás. Elas deixam na casa de uma amiga que já tá com cinco, seis bebezinhos e meninos de sete a quatorze anos. Tudo junto, em um barraco só! E às vezes acontece até... Não é estupro, mas acontece. Porque eles não são irmãos, não tem afinidade. Fica aquele bando de criança junta. Aí a dona Maria tá lavando roupa. Aquelas crianças tão tudo ali dentro, entendeu? Tem sempre um mais espertinho, come a comida do outro... Acontece isso que eu já vi aqui: - 'Ah, eu deixei uma marmitta para o meu filho e ele não comeu...'. Mas ela não pode chegar na casa da dona Maria, que só cobra dois reais, cinco reais... Porque como ela vai trabalhar pra trazer alimentos para eles? Outras deixam trancados, dentro de casa. Já teve aqui barraco que tava quase pegando fogo, por causa do mato, e as crianças tudo trancada dentro de casa, a Joana, minha vizinha...”

S fala da sua condição de professora e dona da escolinha comunitária; ou seja, de quem tem contato, diariamente, com dezenas de mães solteiras e chefes

---

atitude decorra precisamente da escassez de recursos, quando muito suficientes para as compras essenciais, das quais a esposa se encarrega”. Bruschini (1990: 151).

de família. Ela fala como testemunha viva desta triste realidade. Crianças trancadas dentro de casa, sozinhas – correndo riscos de graves acidentes, ou junto com outras crianças, cujas mães precisam trabalhar para poder alimentá-las. Seja como for, fica evidente a dramaticidade da situação, extrapolando limites de uma vida digna, não apenas para a mulher, mas, também, para seus filhos. Neste sentido, é a própria S, quem sabiamente resume:

“Os filhos são a vítima, sabe? A primeira vítima é a mulher, que ela tem que assumir tudo, e a próxima, na seqüência, é a criança, entendeu?”.

Entendemos sim, S. E outra que também entende é C, sujeito 4. Ela fala com conhecimento de causa:

“Principal culpa: eu cansei de ir trabalhar e deixar as crianças trancadas dentro de casa. Difícil! Deixar a minha de dez anos, porque a de quinze tinha que ir (inaudível). Eu tinha que trabalhar, eu tinha que ganhar meus...reais. Aí eu fazia assim: botava comida, deixava a comida pronta, desligava o botijão de gás, não podia desligar o relógio, porque a televisão tinha que ficar ligada e eu não tinha ainda um celular, não tinha como ligar... Eu saía e dizia: - ‘Jesus cobre meus filhos,...teu sangue, porque se tu proteger...se tu olhar por mim, quando eu voltar eles tão do jeito que eu deixei!’. E ia. Na fé de Deus! Mas não se vive assim cara. Isso não é vida!”

Em situações assim, não tendo o que fazer, ou, com quem contar, apela-se para Deus e se morre de culpa. É uma situação difícil vivida por essas mulheres. Se, ao menos, elas tivessem acesso a creches, ou, se recebessem salários dignos que lhes permitissem pagar alguém – outras mulheres, provavelmente, para cuidar de seus filhos – como fazem as mulheres da classe média... Mas, creches, para elas, não há e as ‘babás’, que podem pagar, são ‘Donas Marias’, que ficam em suas próprias casas, cuidando de seus próprios afazeres domésticos e recebendo inúmeras crianças por ‘dois, ou cinco reais’. Desta forma, muitas crianças ficam expostas a situações nada agradáveis, como descreveu S – como crianças mais velhas molestando as mais novas etc. Daí, a reivindicação de C, sujeito 4:

“Então, tinha que ter mais creches (...) o certo é se o governo não te dá creche, ele poder te dar um bom salário. Tem que se batalhar por um bom salário para que você possa pagar alguém pra cuidar dos seus filhos. Então, não tem estudo, a maioria trabalha em casa de família, deixa os filhos sozinho dentro de casa (...) então, quer dizer, oprime muito mais. Porque ela acaba.... O quê que acontece em uma separação? O homem, por raiva da mulher, principalmente se for ela a pessoa que tomar a decisão de sair de casa; ele não quer ajudar”.

C quer creches e, na falta delas, a chance de ter um salário digno para pagar alguém, que cuide dos filhos. Mas, C aponta outra grave situação: a maioria das mulheres conhecidas ‘não tem estudo’ e ‘trabalha em casa de família’; ou seja, não ganha bons salários e acaba, por falta de opção, deixando os filhos ‘sozinhos dentro de casa’ – como a própria C ‘cansou de fazer’ – já que é ‘comum’ o ex-marido não ajudá-las.

Assim é que S, sujeito 5, retorna, fazendo coro com as reivindicações de C, sujeito 4. Nos diz, então, S:

“Tem que ter lugar para deixar estas crianças! Tanto uma creche quanto outro projeto que ocupe os outros maiores. Porque os de sete pra baixo estão na creche, e os maiores também? Chega em casa, a mãe não tá, aí chega um marginal: - "Vamo ali comigo! Vai levar isto aqui!". As criança vai. Entendeu?”.

Ou seja, S nos lembra de que o problema não se restringe às crianças pequenas. Quando elas crescem, o problema muda, mas não deixa de existir. O perigo, então, deixa de ser ficar sozinho – ou com crianças mais velhas – e passa a ser o aliciamento por marginais e pelo tráfico – outra grave questão da atualidade.

As preocupações de G, sujeito 1, com seu filho de quatorze anos, dizem respeito à esta questão:

“Aqui, onde nós moramos, hoje em dia, filho homem tá difícil de criar, entendeu? Ele tá com quatorze anos e, tanto fazendo besteira ou não, morre de qualquer jeito. Baile funk, aí eles começam a andar igual malandro, sabe? E aqui, tem muito cara que é polícia e acha que é dono do lugar, entendeu? Então, eu falo assim com ele: -"Cara, eu quero que você chegue a minha idade, entendeu?”. (...) Na minha época, dez horas, tinha o toque de recolher, dez horas o jovem, hoje em dia, tá saindo de casa. Não é nem pra se divertir, é pra morrer, entendeu? Muitos vão e não voltam”.

G fala-nos da violência no lugar onde moram – ela e as demais mulheres entrevistadas. Lá, segundo G, não é necessário ter os filhos envolvidos com ‘besteira’ para morrer. Muitos saem para se divertir e acabam mortos. G teme a própria polícia, que se julga ‘dona do lugar’. Num local assim, deve ser ‘difícil criar’ filho homem.

A fala de G nos remete às idéias de Vaitsman<sup>203</sup>, que também estudou mulheres urbanas de baixa renda. Assim, ela afirma:

*“A ligação com o tráfico de drogas ou outras formas de criminalidade significa a busca de caminhos mais rápidos para entrar na sociedade de consumo. Por isso, em relação aos filhos homens, o grande temor é que se envolvam com o tráfico e/ou que sejam alvo da violência policial”.*

S, sujeito 5, corrobora as palavras de Vaitsman. Para ela, o mais difícil é ‘controlar’ os filhos maiores:

*“A mais difícil é esta. Porque estes meninos assim maior, porque os pequenininho, você conversa, conta historinha, mas estes meninos assim maiores, quando agente perde um menino, agente fica... nós perdemos um...”.*

‘Perder’ um menino significa ele ser ‘seduzido’ pelo tráfico, ou pela marginalidade – tentações inerentes ao cotidiano dos adolescentes pobres – um caminho rápido ‘para a morte’, mas, também, uma chance de entrar no consumo – acessível para adolescentes das camadas médias e altas.

Talvez por isso, MP, sujeito 3, descreva-nos a questão da educação dos filhos como o grande problema, a principal dificuldade enfrentada:

*“Eu acho que mais é... a educação! A educação, é... Porque criar filho, é fácil, agora dar educação que é o problema, entendeu?”.*

Diante de tantas complicações de ordem prática, tais como onde deixar crianças e adolescentes, resguardando suas integridades físicas contra a violência

---

<sup>203</sup> Vaitsman (1997). Op. Cit. P.312.

do lugar etc – ainda há que se educar os filhos, até para diminuir as chances deles se envolverem “com besteiras”.

Contudo, ‘educação’ vai além da transmissão de valores morais e comportamentais, a que MP parece se referir. A educação formal costuma ser muito valorizada. Afinal, segundo Vaitsman<sup>204</sup>, “a educação é vista como o principal, talvez o único canal legítimo a permitir algum tipo de ascensão social”.

G, sujeito 1, parece concordar. Assim, ela fala:

“Me dá muita dor de cabeça porque não quer ir por colégio, sabe? Eu converso com ele que a vida tá difícil com estudo, imagine sem estudo...”.

G aponta para a valorização do estudo. Entretanto, ao invés de pensar em ‘*ascensão*’ social, ela parece estar mais interessada em garantir a ‘*participação*’ social do filho<sup>205</sup> – embora, numa situação de extrema pobreza, como se encontram muitas chefes de família, conseguir uma (legítima) participação social, pode, por si só, representar um grande salto na qualidade de vida.

Neste sentido, a própria G, sujeito 1, acaba nos revelando motivos que levam o filho mais velho a não querer ir à escola:

“Meu filho mais velho tem um, o grande problema dele é não ir pra escola, mas, a gente vai contornando a situação. Ele quer trabalhar para me ajudar... Eu vou colocar ele de molho, a gente dá um jeito. Acho que só não tem jeito pra morte...”.

Assim, ao mesmo tempo em que G associa o ‘não ir para a escola’ com ‘um grande problema’, ela diz que o filho quer trabalhar para ajudá-la. Isso nos remete à centralidade da relação mãe-filho – de que nos falava Bilac<sup>206</sup> – mas, também às diferenças instituídas em relação ao gênero – em que trabalhar é uma prerrogativa tradicionalmente masculina.

---

<sup>204</sup> Vaitsman (1997: 312).

<sup>205</sup> Uma idéia parecida foi discutida por Bilac (1995). Segundo ela, reconhecer a valorização da educação formal e de melhorias de vida como idéias de ‘*mobilidade social*’ presente nas famílias pobres é algo bastante difundido na bibliografia, mas ela acredita ser mais adequado associar estas questões a projetos de ‘*participação social*’ – ao invés de falar em projetos de ascensão social.0

<sup>206</sup> Esta questão foi apresentada ainda na reflexão teórica, segundo a ótica de Bilac (1995).

A esta altura, diante de tantas dificuldades graves é possível que nos esqueçamos das contas, das compras, roupas, comida... Afinal, é devido à necessidade de tudo isto, que as mães precisam trabalhar, e daí, a questão de não ter com quem – ou onde – deixar os filhos; num círculo vicioso de problemas.

É C, sujeito 5, quem nos fala:

“Porque é uma carga só. De repente, olha, se você tem um marido que te ajude (inaudível), você não tem uma carga tão pesada. Se ex-marido tem bom salário, você recebe uma boa pensão. Que é para te manter e à teus filhos. Mas se for um marido assalariado, como é a maioria dos maridos da baixada fluminense, a realidade aqui é essa, tô falando dentro da nossa realidade, a falta de grana, o estresse do trabalho, de decidir tudo sozinha. te oprime muito mais. Cara, tu vai chegar na tua casa e ver as panelas vazias e teu salário só vem mês que vem, porque tu teve que pagar o aluguel... Como é que isso fica? As crianças não esperam... Elas não esperam. Passa uma coisinha nova na televisão. A televisão eu acho que é um terror na cabeça das crianças. Eles vêem, e eles querem. Principalmente se é coisa de comer: – ‘Mãe, o quê que é um Dan’up? Compra um Dan’up? Compra um bombom? Ai, eu quero um m&m...’ Cara, tu enlouquece...”.

Suprir as necessidades das crianças está além de questões básicas – o quê, muitas vezes, é conseguido com grandes dificuldades. Elas pedem coisas, que vêem na televisão. No entanto, as panelas estão vazias, pois tem-se que pagar o aluguel. Tudo isto dentro de uma realidade em que ex-marido ganha pouco, e ajuda com quase nada – mas onde o mais comum, mesmo, é não ajudar<sup>207</sup>.

Talvez por isso, G, sujeito 1, diga que o mais difícil é suprir as necessidades das crianças:

“É... Tentar suprir as necessidades das crianças. Me pedem pra caramba! Vamos ser sincero... E as coisas tão cara, né? É tentar dar um lar decente e você tem que... juntar um dinheiro, estudar um jeito e conversar com as crianças. - "Ah, mãe, eu quero isto!". - "Não dá, não!". – "Mamãe tem que fazer isto. - "Ah, mãe...". - "Não dá, não! Calma! Vamos tentar...". Sabe? É tentar contornar esta situação da, da... Controlar o dinheiro que já é pouco. Ou, até mesmo se você ganha muito, você gasta muito. Só que eles pedem muito, também. Se você compra um vídeo-game hoje, ele não quer mais aquele, amanhã eles querem outro. Daqui a pouco é

---

<sup>207</sup> Das mulheres entrevistadas, apenas uma ganha pensão do ex-marido. Mas esta questão será discutida mais a frente, num capítulo específico.

o computador; não quer mais aquele, quer internet, entendeu? Já não quer mais aquilo, que um celular, aí o celular já saiu de moda, querem outro modelo, é assim...”.

G corrobora a questão da dificuldade de suprir as necessidades e desejos materiais dos filhos, como além de quesitos básicos. Crianças pobres também se encantam, querem e pedem coisas, exatamente como as das classes média e alta. Talvez, sabendo disso, G reconheça que ganhar muito não resolve o problema: segundo ela, quanto mais se têm, mais se gasta. Ao que parece a questão do consumo<sup>208</sup> – uma prática engendrada no modo capitalista de produção – atinge toda a sociedade, sem discriminação de classe. Mas, será que também há discriminação de gênero? Afinal, ao que parece, as mães não têm vontades. Ao menos, é o que a própria G, sujeito 1, nos fala:

“(…)das crianças. Mais das crianças do que nossa. Mais deles do que nossa. Porque a gente não tem vontade, não tem (...) -‘Queria isto...’. Aí, quer... -‘Não, deixa isto pra lá, outro dia eu compro!’ É difícil, mas é bom!”.

Ah, não é discriminação! Nem é falta de ‘vontades’. O fato é que as crianças têm prioridade. Assim, como elas costumam querer e pedir muitas coisas, e como o dinheiro é curto, G acaba sempre deixando ‘pra lá’. Além disso, mulheres como G, têm muitas outras coisas para ‘correr atrás’.

Assim, R, sujeito 2, resume a situação:

“Oh... Fica bem pesado. Mas sempre dá um jeito. Não deixo faltar nada pra minha filha. Colégio dela eu pago sempre certo... Porque é uma barra você pagar conta de luz, gás, aí vem roupa pra ela...”.

As responsabilidades financeiras são um tema recorrente, envolvendo sofrimento – quando têm que deixar os filhos pra trabalhar e ganhar algum

---

<sup>208</sup> Esta é uma daquelas questões para as quais não estava preparada. Talvez minha própria discriminação não me fizesse contar com a possibilidade de que aparecessem idéias de consumo entre estas famílias, que têm tantas dificuldades para arcar com o básico. Daí, que seja uma idéia que apareça sem nenhum respaldo teórico, mas que quis apontar e registrar – inclusive pelo caráter inusitado, para futuras investigações e reflexões mais detalhadas.

dinheiro, por exemplo – exigindo muita garra dessas mulheres para superá-las. Garra aliás, não parece lhes faltar, já que elas sempre ‘dão um jeito’. Afinal, como disse C, sujeito 4: ‘as crianças não esperam’. Mas, falta poder admitir que ser chefe de família é uma situação difícil. Isto, ao menos de forma direta, elas não o fazem.

As nossas entrevistadas descrevem inúmeros problemas e dificuldades que enfrentam em perguntas indiretas do tipo: “Como é para você ser a (única) responsável pela casa e pelos filhos?”. Mas, quando a pergunta é: “O que é mais difícil pra você nesta situação?”, as respostas são, quase sempre, de negação das dificuldades. É o caso de R, sujeito 2, a mesma que acabou de dizer que ‘fica bem pesado’. Neste sentido ela é taxativa:

“Pra mim eu não acho tão difícil, porque eu sempre fiquei correndo atrás. Vendo minhas roupas... Aí, hoje não tem, mas amanhã já tem... Mas, pra barra de quando eu me separei, eu achei que não ia superar... Porque você ter comida, empregada, tinha tudo, e hoje trabalhar fora, né? Você sente...”.

Talvez R queira dizer que correndo atrás, ela acaba dando um jeito. Ou seja, ela é capaz de passar por isso! Mas parece que, de alguma forma, admitir uma situação difícil, seria atestar fraqueza, ou incapacidade.

O que R, sujeito 2, aponta como difícil é superar a ‘barra’ de se separar. Um momento realmente delicado, já que a vida de toda a família costuma ser abalada. Com a separação, há uma queda, quase inevitável, no padrão de vida das famílias, devido aos baixos salários e recursos de que as mulheres, via de regra, dispõem na sociedade. Por isso R ‘sentiu’: tinha ‘comida, empregada, tinha tudo’ e hoje tem que ‘trabalhar fora’, tem que correr atrás...

Voltemos a C, sujeito 4 – aquela cuja principal culpa era sair e deixar as crianças trancadas em casa e que chegava em casa e via as panelas vazias – e vejamos como ela escreve o período da vida em que viveu sozinha com os filhos – sem o marido:

“Foi difícil. Passei muitas noites sem dormir. Porque na hora que eu tô trabalhando... E agora José? Eu não queria pedir nada para ninguém...”.

Ou seja, ela fala da dificuldade, ao mesmo tempo em que traz um ingrediente novo para esta discussão. Trata-se do ‘orgulho’ que muitas destas mulheres parecem sentir em ‘não pedir nada pra ninguém’, ou de não pedir nada para o ex-marido, confirmando, quem sabe, mais uma vez, que são capazes de ‘dar conta do recado’ sozinhas.

Também no caso de C, quando a pergunta é feita de forma direta – “O que foi mais difícil pra você nesta situação?” – as dificuldades são negadas:

“Cara, eu não vi dificuldade não. A dificuldade que eu vi era pouca, entendeu? Mas eu corri atrás para suprir... Mas eu não tive tanta dificuldade, uma dificuldade assim : -"Pôxa!"; uma coisa que eu dissesse assim: -" Ah, foi horrível!". Não, não foi horrível! Acho que foi uma das melhores fazes da minha vida”.

Ainda assim, C acabou voltando para o marido. Não que ela não fosse capaz, mas, como ela mesma disse, aquela situação ‘oprimia muito mais’ – mesmo não tendo ‘tanta dificuldade’.

A ambigüidade parece mesmo fazer parte de todo esse contexto – e até da identidade dessas mulheres. Uma identidade que pressupõe mobilidade, mudança e contradição – que vão aparecendo, se atenuando ou se multiplicando, ao longo de suas vidas. Assim, C, sujeito 4, acaba explicando, porque, apesar de toda a ‘opressão’ de ser chefe de uma família monoparental, a fase em que ficou sem o marido foi ‘uma das melhores’ da vida dela:

“Sem ele eu conquistei muita mais coisa do que o tempo que eu passei com ele. Eu descobri que eu podia sustentar meus filhos sozinha, sem até a ajuda da minha mãe... Porque eu sou filha única, então tudo meu dependia da minha mãe, tudo! Eu acabei me libertando de tudo. Eu me libertei do meu marido, da minha mãe, entendeu? E eu comecei a ver que podia levar uma vida sozinha...”.

C se refere, então, a afirmação – ou a descoberta de sua independência, como um grande ganho individual. Na verdade, a situação é, em si, paradoxal: de um lado, temos a ‘fragilidade feminina’ e uma identidade que, segundo Salem<sup>209</sup>,

---

<sup>209</sup> Salem (1980).

seria construída em dependência aos mediadores masculinos. Mas, de outro, temos uma vida dura, com inúmeras dificuldades e, por mais surpreendente que possa parecer, com a possibilidade de se *'descobrir capaz'*.

Esta idéia foi também apontada por Vaitsman<sup>210</sup>. Ela reconhece as dificuldades de sobrevivência das famílias sem provedor masculino, ao mesmo tempo em que assinala que essa situação pode “possibilitar a afirmação da independência individual”. Algo que parece ter sido percebido, também, pelas mulheres entrevistadas por Soares, para quem “estas modificações têm um caráter positivo, de aprendizagem, de autonomia, de possibilidade de crescimento e fortalecimento”<sup>211</sup>.

De qualquer forma, a vida dessas mulheres não é fácil. São realmente múltiplos os problemas, como múltiplas são as responsabilidades. E de uma coisa sabemos: elas correm atrás. Mas, quais seriam as estratégias, que usam para dar conta de tudo isto sem achar *'tão difícil assim'*? Vejamos, então, se elas nos contam.

#### *4.1.1.3..Estratégias de sobrevivência e redes de solidariedade*

Diante de tantas responsabilidades e tão poucos recursos formais disponíveis, as mulheres têm que se valer de muita criatividade e de qualquer ajuda disponível. Sabemos que para os ex-maridos elas não vão pedir. Como fazem então? Afinal, elas têm que trabalhar fora, cuidar da casa, cuidar dos filhos... Quem as ajuda no trabalho de casa? E quando o dinheiro aperta, contam com quem? E aquele problema de não ter com quem deixar as crianças?

Demos, então, a palavra às mulheres, deixando que, elas mesmas respondam. Começemos, então por MP, sujeito 3. Embora não mais trabalhe fora – ela faz *'biscate'* de costura em casa, mesmo – MP já precisou de ajuda em relação ao filho pequeno, pois na época em que o adotou, ela começou a ter que sair para trabalhar. Quem a ajudava, então?

---

<sup>210</sup> Vaitsman (1997: 306).

<sup>211</sup> Soares (2001: 171).

“A minha filha, de quinze anos. E a pequenininha de dez anos também. A de dez anos sempre me ajudou em relação à ele (se referindo ao filho). Porque, logo assim que eu peguei ele, ela tava com sete anos, então, logo em seguida, ele fez um ano, aí, eu comecei a trabalhar e deixava ela tomando conta dele, entendeu? Eu trabalhava até uma hora, duas horas... Aí, de manhã, aí, ela dava banho, mamadeira, entendeu? Aí, esquentava, já deixava a comida dele separada, ela já ia, dava a comida. Então, ela foi o meu braço direito. Ela me ajudou muito. E agora, quem me ajuda é ela, e a irmã dela de quinze anos”.

MP conseguia resolver seu problema com recursos internos – viabilizados dentro da própria família. Ela contava – e ainda conta – com ajuda das próprias filhas. O que chama a atenção, nesse caso, é uma criança de sete anos de idade tendo que se responsabilizar por outra criança de apenas um ano: esquentando comida – ou seja, mexendo com fogo – dando banho, mamadeira<sup>212</sup>.

Fica ainda, em relação à esta situação, uma questão de gênero: se ao invés de uma filha de sete anos, MP tivesse um filho com a mesma idade, será que ele tomaria conta do irmão? Ou melhor, será que MP, também veria naquele filho uma solução – incentivando-o a cuidar do irmão menor – e sairia tranqüila por ter ali seu ‘braço direito’?

Perguntas sem respostas, que nos remetem a Chodorow<sup>213</sup> e ao ciclo de reprodução da *maternagem*: onde mães criam filhas com capacidades e habilidades – inclusive psicológicas – de serem mães e com o desejo de sê-lo. O caso de MP, seria, então, a própria concretização da teoria.

Vejamos, então, o quê G, sujeito 1, tem para nos falar sobre seu filho de quinze anos:

“Faz as coisas pra mim dentro de casa. Eu trabalho, saio pra trabalhar, ele toma conta da irmã (...) Se não fizer apanha... O quê? Sabe o quê que é Juliana? Ah, a gente tem que preparar os filhos pra tudo. Eu não sei até quando eu vou viver. Ele não tem mãe pra sempre. As tias dele não vai sair da casa delas pra vim fazer comida pra ele, entendeu? Então, pensa assim: isto é covardia. Não é covardia, não. É sobrevivência, entendeu? A gente, oh , aqui, é uma selva de pedra, então, você tem que aprender a se virar, fazer de um tudo. Meu pai fazia, meus irmãos fazia, não é porque é homem que vai, ah, não vai fazer... faz sim!”.

---

<sup>212</sup> Esta é uma das horas em que o pesquisador tem que recolher seus próprios valores e seguir a diante. Para nós, deixar uma criança de sete anos, cuidando de um bebê de um ano, seria um grande problema, mas, o fato é que, para MP, tratava-se de uma grande ‘solução’ – para que ela pudesse sair para trabalhar.

<sup>213</sup> Chodorow (1978a). Op.Cit.

G acredita que o filho tem que ajudar em casa – independente do fato dele ser homem. É verdade que ele não parece gostar muito, mas se ele não fizer ‘apanha’. Apesar de G justificar sua atitude – de forçá-lo a ajudar – através da necessidade de ‘sobrevivência’ e do filho ter que aprender ‘a se virar’ – já que vivem numa ‘selva de pedra’, o fato é que o filho de G a ajuda.

Voltemos, então, para as estratégias de que se valem essas mulheres na hora de ir trabalhar. Falemos, então da própria G, sujeito 1, que trabalha fora e, além do filho de quinze anos, tem mais dois: um menino de nove e uma menina de apenas dois. O filho mais velho a ajuda, mas ela trabalha o dia inteiro fora e ele, por sua vez, também precisa ir à escola. G não mencionou isto como um problema, mas, de qualquer forma, queremos saber como ela administra esta questão. Com quem ela deixa a filha, quando vai trabalhar e o filho está na escola?

“Fica com a minha irmã, com as minhas irmãs. Elas trabalham em casa, aí, ficam com elas. Quando elas... Eu quando era solteira, que eu não tinha, que eu não tava trabalhando, eu tomei conta do delas. E hoje já tá tudo casado, né?”.

G pode contar com a ajuda das irmãs, que moram perto e que trabalham em casa, podendo assim tomar conta de sua filha, enquanto os irmãos mais velhos vão para a escola. G também já ajudou as irmãs quando elas precisaram: tomava conta de seus filhos enquanto elas saíam para trabalhar.

Neste caso, G, sujeito 1, que não encontra recursos disponíveis dentro do próprio núcleo familiar - como fazia MP, sujeito 3 - amplia o contexto e vai acessar recursos de sua família extensa. Contando com as irmãs, G ativa sua rede de apoio familiar, que se revela, neste caso, uma eficiente estratégia de auxílio mútuo – o quê nos remete, mais uma vez, a algumas reflexões teóricas:

*“Inspirando-se em teorias de Nancy Chodorow<sup>214</sup> e Carol Gilligan<sup>215</sup>, as ‘maternalistas’ consideram que a esfera privada, em particular a família, é regida por uma moralidade relacional, uma ‘ética da solicitude’, fundada nas atividades de maternagem. A esfera pública, ao contrário, seria dominada por uma ‘ética da justiça’, masculinista, fundada sobre os direitos individuais. Para estes autores, a ética da solicitude é moralmente superior aos valores individualistas que dominam a esfera pública. Eles vêem, portanto, na ética da solicitude da esfera privada uma fonte universal para repensar, ao mesmo tempo, a moralidade na esfera pública e o modelo de cidadania liberal”<sup>216</sup>.*

Assim, poderíamos falar na ‘ética da solicitude’ como orientadora das práticas das famílias de G, sujeito 1, e de MP, sujeito 3. Uma ética que, estaria ligada às atividades de *maternagem* e à esfera privada – sendo uma ‘ética feminina’.

Falemos agora de S, sujeito 5, casada e com dois filhos grandes. Ela também, não menciona como problema pessoal o fato de ter que trabalhar e não ter com quem deixar os filhos – além de seus filhos serem grandes, o marido está desempregado e o trabalho de S acontece no mesmo espaço da casa. Mas, S reconhece nesta questão um grave problema enfrentado pelas chefes de família de sua comunidade. Neste sentido, S chegou a nos dizer que este era ‘o pior problema’ destas mulheres e, até por isso, ganhou a palavra para reivindicar creches. Vamos ouvi-la:

“Quando saem pra trabalhar elas sabem que, normalmente, elas deixam na casa da Dona Maria, então, quando dá meio dia elas sabem que eles estão na escola. Aí, da cinco, cinco e meia, elas já vem, já passam por aqui. E outras que trabalham de emprego de carteira assinada, de pequena empresa, que dão plantão, aí, elas passam, deixam aqui, e vai. Aos sábados, às vezes, também, quando não tem com quem deixar, eu fico também. Tem uns que fica direto. Tem uns dois que ficam direto comigo. Que tá aqui já há muitos anos, a mãe trabalha direto, ele fica direto aqui comigo, só sábado que ele vai pra casa”.

---

<sup>214</sup> Chodorow (1978b). Op. Cit.

<sup>215</sup> Gilligan, Carol (1982). In a different voice: Psychological Theory and women’s development, Cambridge: Harvard Univ. Press.

<sup>216</sup> Genre et Politique (2000). Textes rassemblés et présentés par Thanh-Huyen Ballmer-Cao, Veronique Mottier et Lea Sgier . Paris: Ed. Gallimard. P20-21. Tradução livre.

S é a dona da escola – da “Escola Comunitária Turma da Mônica” – montada dentro de sua própria casa, num gesto de puro desprendimento, para ajudar e trabalhar com as crianças. Mais uma vez, é deste lugar que ela fala. Como quem vive ‘o outro lado da moeda’, ajudando mulheres com dificuldades em relação à educação dos filhos e a um lugar para deixá-los quando saem para trabalhar. S recebe, diariamente, duzentas crianças, sem qualquer remuneração por isso. As mães mantêm a escola – cada uma dá o que pode para pagar professor, luz etc. S é professora, mas como também, é a ‘dona’ da escola, paga tudo e a todos antes, não sobrando nada para ela.

S, no entanto, não parece se aborrecer. Ela fica com as crianças, inclusive, nos finais de semana – quando as mães não têm outro recurso. Outras crianças chegam a passar a semana inteira com ela – já que as mães passam a semana fora trabalhando – e só vão embora no fim de semana – quando as mães voltam para casa. Mas, se S não ganha nada, por que será que ela faz tudo isto?

“Pra ajudar. Aí, elas também me ajudam. Quando eu preciso de um dinheiro de passagem elas me dão, entendeu? Se elas ganham alguma roupa, alguma coisa, elas me, a gente divide, pros meus filhos, pros filhos delas. Então, a gente, é uma coisa bem legal, bem legal mesmo”.

A partir do depoimento de S, ampliamos a idéia de *‘rede familiar’* para uma espécie de *‘rede comunitária’*. Neste caso, ao invés dos recursos acessados serem do próprio núcleo familiar, ou da família mais extensa, eles são provenientes da própria comunidade. Trata-se de uma rede não oficial com recursos que vão sendo, informalmente, disponibilizados – apesar da escola de S ser registrada – seja por necessidade e questões de sobrevivência, ou mesmo pela ‘simples’ vontade de ajudar. Neste contexto, parece apropriado falar-se em *‘rede de solidariedade’* – tal como faz Goldani<sup>217</sup>:

---

<sup>217</sup> Goldani (1994: 8).

“Assim, frente à ‘deterioração’ das condições de vida e dos serviços prestados pelo Estado, ‘teoricamente’ protetor das classes populares, haveria um ressurgimento da família, cujas dimensões parecem ampliar-se através de redes de solidariedade para além dos limites dos laços de parentesco por sangue ou adoção”.

Neste sentido, as lideranças comunitárias e os próprios Centros Comunitários assumem um papel muito importante, desenvolvendo uma série de práticas e parcerias – de modo um pouco mais sistematizado – a fim de solucionar questões e atender a necessidades diversas de suas comunidades. No caso do ‘Sem Fronteira’ – centro de referência das entrevistadas – o foco do trabalho são as mulheres e seus filhos, com diversos cursos, projetos de geração de renda, capacitação e formação de multiplicadores etc. A este respeito, quem nos fala é G, sujeito1:

“Mas tem capoeira, tem lambaeróbica agora, são as coisas que tem, né? Porque aqui, neste lugar aqui, a gente não tem quase nada, então, o ‘Sem Fronteira’, dá estes cursos gratuito. Agora vai começar crochê e bijuteria, entendeu? Então, são gratuitos. Elas vão aprender, é, é, fazer bijuterias profissionais. São muito bonitas, entendeu? Crochê também, já tem um casal da França querendo fornecer material pra fabricar pra eles e eles vão pagar as profissionais que tem um serviço mais profissional, com bom acabamento, pra fabricar pra eles, pra exportar. Pra ir lá pra fora, igual os alemães fizeram com os crochês, que foi os biquínis, né?”.

O Centro Comunitário atua como uma espécie de intermediário, facilitando e promovendo o acesso das mulheres a questões do mundo público – como o trabalho remunerado, ou a necessidade de se ter uma renda, por exemplo.

Neste contexto, também aparece a vontade de se ajudar a quem precisa – num exercício constante de perceber que, sempre, tem gente em situação pior do que a própria<sup>218</sup>. R, sujeito 2, ganha a palavra:

“Ah, se eu pudesse, eu ajudava muita gente. Se eu tivesse, eu ajudava. Tem mãe que tem seis filhos, não tem condições (...) Eu ajudava muita gente. Ajudava mais quem precisasse. Que não tinha um apoio assim do parente, dos filhos, às vezes falta alguma coisa. Eu ajudava...”.

---

<sup>218</sup> Talvez isto também sirva como ‘estratégia’ para ‘não desanimar’ e ‘seguir adiante’, num percurso com tantos desafios. Mas, o fato é que a vontade de ajudar aparece em todas essas mulheres.

R gostaria de ajudar a quem precisa, principalmente mães com muitos filhos e sem condições de sustentá-los, e as que não contam parentes ou filhos para ajudar. Para R, esse é o papel da família e, por isso, ela gostaria de ajudar aqueles que não têm uma rede familiar a qual recorrer. Se R pudesse, ela seria um 'nó' na 'rede comunitária' e 'solidária' de muita gente, como não pode, vai se constituindo em 'nó fundamental' na própria rede familiar – ajudando irmã e sobrinha:

“É, se eu ganhasse bem dava pra fazer muita coisa pra minha sobrinha... Tudo o que compro, eu divido pra ela e pra minha filha. Compra uma roupa pra uma, compro pra outra... Agora a minha irmã, é no sacrifício. Porque a minha irmã não trabalha. O marido (faz gesto de que ele bebe). E com o pouco que eu tenho, eu ainda dou uma ajuda”.

O discurso de MP, sujeito 3, segue na mesma linha. No entanto, a rede de que ela participa é maior, incluindo ex-marido e uma filha que ele teve com 'outra':

“(...) Ele casou de novo teve a mulher dele lá, tem uma filha da idade da minha de quatorze anos... Até leite, ele vinha aqui pegar leite, pra gente dar leite pra filha dele... Eu cansei de tirar das minhas filhas, pra dar pra filha dele, pra filha dele com a outra mulher, entendeu?”.

MP chega a 'tirar' da própria família, para não deixar de ajudar a do ex-marido – que nunca a ajudou na criação das filhas. MP diz que tem raiva dele, mas, como a filha não tem culpa de nada, o ajuda.

A disponibilidade de 'tirar' dos próprios filhos para ajudar a quem precisa também aparece no discurso de S, sujeito 5:

“Eu tiro dos meus filhos, eles , às vezes, até me cobram, que eu tiro deles, pra poder dar pros outros meninos. Porque eu falo: - "Vocês tem pai e mãe que não bebem, vocês têm carinho, estas crianças não têm nada! Vamos dividir o que vocês têm!”.

“Em terra de cego, quem tem um olho é rei”. Resgatar este ditado popular parece apropriado ao contexto. O marido de S está desempregado e ela não ganha pelo trabalho com as crianças na escola. Vivem de cestas básicas que o Centro Comunitário repassa a eles. A renda da família, limitava-se, no momento da entrevista, ao o dinheiro de projetos governamentais, recebido pelo fato dos

filhos de S estarem na escola. Mas, como eles têm ‘pai e mãe que não bebem’ e ‘têm carinho’, possuem muito – são ‘reis’, numa comunidade onde a maioria não tem nada. - “Porque estas crianças aqui não têm infância, elas não têm beijinho, presente, só o que vêem na televisão, então...”, dizia S, dá para dividir.

Voltamos, então, a palavra à S, sujeito 5, que quando perguntada sobre “como imaginava seu futuro”, não vacilou:

“O meu futuro? Eu gostaria de arrumar algum emprego bem, bem legal mesmo, uma coisa assim, que me desse condição de dar mais ajuda a estas crianças. É só o que eu queria, entendeu? Uma chance de trabalhar e receber um retorno financeiro pra poder repassar isso pras crianças”.

Embora dê aula na escolinha, S se diz desempregada, talvez, não tenha o retorno financeiro típico de um trabalho produtivo. Mas, até mesmo ao falar do futuro, S fala de solidariedade e de sua imensa vontade de ajudar as crianças. Ela quer arrumar um bom emprego para ter recursos suficientes, não apenas para os filhos ou a família extensa, mas, para as demais crianças da comunidade.

Talvez, S saiba de sua importância como ‘nó’ na rede da comunidade, e daí a vontade de fortalecê-lo. Arrumar um bom emprego não vai significar se desligar das crianças; ao contrário, significa a possibilidade de obter recursos para dar continuidade e ampliar seu trabalho – a construção de uma grande rede de apoio mútuo.

Convém retomarmos, então, a discussão sobre ‘famílias solidárias’<sup>219</sup> e, ampliá-la para o que chamamos ‘comunidades solidárias’<sup>220</sup>. Diante de um contexto desfavorável, onde inúmeras são as adversidades, estas famílias e comunidades vão se aglutinando a partir de uma espécie de ‘*interdependência necessária*’ – como acontece numa rede, em que os nós vão se formando e se articulando num processo interdependência mútua.

---

<sup>219</sup> Bilac (1995).

<sup>220</sup> Ao reler, me dou conta da infelicidade de alguém ter se apropriado antes deste nome e tê-lo relacionado com o projeto de um governo, cujas políticas e linhas gerais não concordo. Mas, por falta de outro nome que atenda melhor ao propósito, fico com este mesmo – devidamente acompanhado, é claro, da ressalva de que nada tem haver com aquele projeto e com o governo que o desenvolveu.

Esta constatação nos remete ao que Bilac<sup>221</sup> chamou ‘lógica da solidariedade’, que regeria famílias empobrecidas, diferenciando-se da ‘lógica do individualismo’ – presente, segundo aquela autora, na família nuclear moderna, das camadas médias.

Parece adequado retomarmos aqui a idéia das maternalistas da ‘ética da solicitude’, como uma ética feminina – de vez que ligada à *maternagem* – por trás das práticas e redes solidárias formadas pelas mulheres.

Como as ‘famílias chefiadas por mulheres’ não são “invenção” da modernidade, as redes de apoio e solidariedade também não o devem ser – levando-se em conta a centralidade e a importância que assumem na vida dessas mulheres e suas famílias.

É possível que haja ainda uma espécie de ‘lógica da sobrevivência’. Neste caso, a formação de redes informais de apoio seria mera contingência, ou resultado de estratégias de adaptação às condições adversas destas famílias. Solidariedade seria, apenas, mais uma consequência. É como nos diz Leers<sup>222</sup>:

*“À medida que a família nuclear sofre de certo isolamento na grande cidade, a formação do grupo comunitário em redor dela se torna mais necessária. O trinômio da migração, industrialização e urbanização não acabou com a inserção da família doméstica na teia relacional da família extensa, mas quanto mais fraca aquela é, tanto mais precisa do apoio comunitário que transcende a rede de parentesco, como intermediário entre os grupos doméstico e o gigantismo do Estado”.*

A tendência é, mesmo, pensar a solidariedade como consequência<sup>223</sup>: partindo da *necessidade*, passamos pela *maternagem* e ao que chamamos ‘*maternidade estendida*<sup>224</sup>’, que, ao ser ampliada vai tecendo uma rede solidária.

Ainda assim, há um grande mérito nas práticas dessas chefes de família e de suas comunidades. O fato da ‘lógica da sobrevivência’ se sobrepor e até reger

---

<sup>221</sup> Bilac (1995).

<sup>222</sup> Leers (1997: 137).

<sup>223</sup> Não dá para negar, contudo, que histórias com as de S, sujeito 5, comovem, chegando a nos confrontar com uma certa ‘inocência perdida’, a partir da qual, é possível, enquanto ser humano, (voltar) acreditar na bondade humana e num resgate da solidariedade enquanto valor primordial.

<sup>224</sup> Esta questão foi discutida no trabalho “Mulheres fora do lugar” (1999). Op. Cit.

a 'lógica da solidariedade', não diminui o valor dessas famílias e comunidades solidárias<sup>225</sup>, nem tampouco ofuscam seu lugar de 'exemplo' para o mundo<sup>226</sup>.

Assim, MP, sujeito 3, ganha as palavras finais deste capítulo – palavras inspiradoras, que acabaram no título deste estudo:

“(...) Mas somos unidos... **Na hora que tá em sufoco, um ajuda o outro**, entendeu? Somos assim! Graças a Deus, com todo a briga e inquérito que há, nós somos assim: unidos!”.

#### **4.1.2. Cotidiano e Trabalho Feminino**

Há várias questões importantes a serem indicadas, quando o tema é trabalho feminino. Como vimos, esta é uma questão central no estudo sobre as mulheres e no sentido do entendimento do fenômeno da “feminização da pobreza” – ligado a super-representação das famílias chefiadas por mulheres.

Afinal, muitas vezes, estas mulheres são as únicas provedoras de suas famílias, fazendo com que o trabalho deixe de ser uma questão de escolha, ou realização pessoal, para se constituir numa obrigação mesmo – consequência da ‘necessidade’. Neste sentido, trabalho e cotidiano, muitas vezes, se confundem, sendo o primeiro uma tarefa quase inevitável do segundo. Contudo, outras tarefas – além do trabalho produtivo – fazem parte do cotidiano dessas mulheres. Há, ainda, as atribuições femininas tradicionais – como cuidar da casa e dos filhos – fazendo do seu dia-a-dia uma grande correria, para dar conta do que se convencionou chamar dupla jornada de trabalho da mulher.

---

<sup>225</sup> Como ideal gostaria de também um dia poder falar e escrever sobre ‘governos solidários’. Estes seriam ‘parceiros’ – para usar uma palavra recorrente no discurso destas mulheres – destas famílias e comunidades solidárias. Juntos este governo, as comunidades e as famílias, formariam uma grande rede solidária – do tamanho do Brasil, em que cada brasileiro seria um nó fundamental.

<sup>226</sup> Não se trata aqui de rejeição ao individualismo. Este, enquanto valor moderno, está na base de questões muito positivas como a democracia e a igualdade entre os seres humanos – permitindo, entre outras coisas, a articulação do movimento de mulheres e suas reivindicações. O que crítico é a exacerbação deste individualismo, muitas vezes, confundido – e praticado, como egoísmo – algo muito menos nobre, porém, a meu ver, mais disseminado do que a solidariedade de que falamos. Esta, por sua vez, pode ser aprendida e praticada em contextos diversos, ainda que aqui, esteja ligada à sobrevivência. Daí, a idéia de servir de ‘exemplo para o mundo’.

Com as mulheres – chefes de família – entrevistadas não acontece diferente. Vejamos o que MP, sujeito 3, tem a nos dizer a respeito do seu cotidiano:

“Aí, da hora que eu acordo é costurando, gritando, xingando... essas criança aqui. É. são... cinco crianças. Aí, é o dia todinho gritando, aí, para na máquina, corre pra lá, senta na máquina correndo, aí, costura mais um pouquinho, daqui há pouco: aí, vem cá que eles tão se batendo... Ontem mesmo, a outra jogou pedra na cabeça do pequenininho, que saiu sangue, aí a cara dele tá lavada de sangue, aí, largamo tudo lá , tudo preocupada... mas é assim, é o corre-corre mesmo, vamo dormir meia-noite, aí, para, quando é sete horas, tá todo mundo de pé de novo (...) Dormimo pouco. Porque tem que acordar cedo que é pra começar a adiantar, arrumar a casa correndo, dar a ordem da comida e sentar na máquina. Aí fica neste corre-corre direto”.

MP costura em casa e tem um dia movimentado. Quanto mais ela consegue produzir num dia, mais ganha – seus rendimentos dependem diretamente de sua produção. Assim, MP fica até tarde na máquina de costura e acorda cedo – já que, também, cuida da casa e ‘dá a ordem da comida’, podendo contar com a ajuda das filhas para muitos afazeres domésticos. Além disso, como MP trabalha – ela não considera trabalho, mas só um ‘biscate’ – em casa, ela pode ficar com as crianças da família – filhos, sobrinhos e netos – liberando suas mães para trabalharem fora.

Ainda assim, quando a pergunta foi: - ‘Você trabalha?’<sup>227</sup>, MP respondeu: - “Não, não... tô fazendo um biscate de costura com ela, entendeu? Só ajudo ela” – referindo-se à irmã. A resposta de MP nos traz outras questões. Fazer uma tarefa no mesmo espaço de casa, não havendo carteira assinada, parece não ser reconhecido como trabalho. Há uma espécie de desvalorização – “é só um biscate”. Talvez, isto esteja ligado à tradição de ‘trabalho’ ser, apenas, a atividade remunerada ligada ao espaço público – e aos homens – revelando uma espécie de preconceito a qualquer ‘fórmula’ diferente.

Neste sentido, C, sujeito 4, que é artesã – faz peças e dá aula de crochê, nos fala das dificuldades que enfrenta em relação ao trabalho:

---

<sup>227</sup> No roteiro a pergunta prevista era: - você trabalha fora? Mas, em alguns casos, como o de MP, o fora foi cortado, exatamente para que pudesse abrir espaço para respostas diferentes – o que acabou não ocorrendo.

“É um salário pouco, é a dificuldade de você arrumar um emprego aos 36 anos de idade. É você não ter estudo, você não ter uma profissão definida. Porque nem todo mundo, a maioria das pessoas não vê o artesanato como uma profissão não. Não vê! Chamam assim de hippie. É hippie. Crochê é crochê (faz cara de desdém), entendeu? Ainda não tá assim como um trabalho, como uma fonte de renda. É! Não tem valorização, entendeu? Mas já tá começando a melhorar. Já teve pior...”.

O artesanato, segundo C, não é visto como uma profissão e o crochê ainda não “á assim como um trabalho”, como uma fonte de renda. Isto, talvez, porque não é fácil encontrar um emprego de artesã, ou pelo fato da renda de C não ser o que ela esperava. Talvez as peças produzidas por C não sejam vendidas ao preço que ela considera justo; o que ela faz – ‘trabalho’? – “não tem valorização”. Além disto, C fala de outras questões muito importantes e freqüentes dentro do tema trabalho feminino: primeiro, a dificuldade de se arrumar emprego – uma questão que atinge a todos neste país – segundo, o despreparo das mulheres provenientes de camadas empobrecidas – que não têm estudo, nem profissão definida – e, por fim, caso a mulher consiga um emprego, vai se deparar, segundo a própria C, com a questão relativa à baixa remuneração – um “salário pouco”, como ela afirma.

Decorre daí, o fato de alguns autores<sup>228</sup> considerarem o trabalho nas classes desfavorecidas, não ser, via de regra, vinculado à realização, ou a projetos pessoais, por parte das mulheres. O caráter de necessidade que o reveste aliado ao fato de ser, muitas vezes, mal-sucedido – falta formação profissional e empregos, os salários são baixos e as condições costumam ser ruins – são agravados pelos conflitos vivenciados por deixar os filhos – ou por não se ter com quem deixá-los – e pesados pela sobrecarga da dupla jornada.

Talvez, por isso, o trabalho produtivo esteja mais presente na vida das solteiras e das separadas, permanecendo, grande parte das casadas, apenas com o papel de donas de casa. Ao menos é o que nos diz G, sujeito 1:

“(…) A maioria das mulheres por aqui, tudo são domésticas mesmo. São poucas, só mesmo as que são separadas, só as separadas que trabalham fora... As casadas moram com o marido, não trabalham fora, muito difícil...”.

---

<sup>228</sup> Como Bilac (1995).

Mas, é possível que uma mulher casada acabe permanecendo em casa, não só pela ‘experiência negativa’, em relação ao trabalho produtivo, mas, também, por outros fatores. Quem nos dá pistas neste sentido é C, sujeito 4:

“Ele me acusava de várias coisas. Vivia desconfiando de mim o tempo todo. Eu não trabalhando dentro de casa, eu tinha que lidar com vários tipos de pessoas, tinha que lidar com homens. Eu trabalhava em um centro comunitário. Entrava homens e mulheres. Eu tinha hora pra pegar, mas não tinha pra largar. E ele não absorvia isso”.

O marido de C parecia não gostar do fato dela trabalhar fora. Vivia acusando-a e desconfiando de seu comportamento. Talvez por ciúmes, ou ressentimentos por ela não ter hora para ‘largar’. O fato é que C sofria uma grande pressão exercida pelo marido devido ao fato de trabalhar fora, o que não parece ser uma exclusividade sua. É o que G, sujeito 1, nos dá a entender:

“A cobrança do marido, eu acho que é pior do que a dos filhos, entendeu? Porque... tem, tem, tem homem que... conversa com você, te aceita legal, o teu serviço: -“Não, é isso aí!”, te dá a maior força, apoio... Mas, tem uns que quer boicotar, cortar as suas asinhas, fica difícil, fica difícil...”.

Ou seja, algumas mulheres até querem trabalhar, mas os maridos as boicotam, ‘cortam suas asinhas’. E aí, segundo G, “fica difícil”.

Difícil, mesmo, é no dia em que as mulheres tomam a decisão – ou precisam – trabalhar. Muitas passaram a vida inteira em casa, cuidando dos maridos e filhos – seja por opção, ou para não desagradar ao marido – não tendo estudo, nem uma profissão definida.

Prossegue G, sujeito 1, com sua afirmação:

“Hoje em dia, as mulheres na faixa dos 40, 45, 50, o marido... ou morre, ou elas ficam viúvas, ou eles se separam, né? E aí, elas falam assim: -“Ah, meu marido me deixou, mas eu não tenho profissão nenhuma”. Ou, o marido tá desempregado. Não precisa nem separar, o marido tá desempregado e a mulher quer sair pra trabalhar fora, mas não tem profissão nenhuma. -“Nunca assinei minha carteira. Eu casei e fiquei sendo doméstica, sendo mãe a vida inteira, mas agora eu tô sentindo a necessidade de trabalhar...”. -“Qual o seu grau de instrução? -“Quarta série, quinta série, segunda série...nunca estudei...”. Entendeu? (...) Não

sabem fazer nada, a princípio. Se arrumar vai ser casa de família ou então faxina em firma de, em empresa de serviços gerais. Mas, tudo é experiência. Tem que ter experiência na carteira. Ou então, QI, né? Quem indique... Porque hoje em dia tudo é assim, quem indique”.

A falta de estudo e de experiência profissional são fatores reconhecidos por G como agravantes da condição feminina. Como G trabalha no Centro Comunitário, ela observa muitas mulheres que chegam lá procurando emprego, mas, sem qualquer ‘experiência’. Nestes casos, segundo G, só mesmo tendo “QI” – quem indique.

Já o caso de MP, sujeito 3, começa um pouco diferente. Ela tinha um bom emprego, o qual teve que deixar:

“Aí, trabalhava no Méier, nesta época, numa clínica particular. Aí, fiquei lá, aí quando ela nasceu, aí, eu saí do serviço, depois de três meses dela ter nascido, quatro meses, eu saí do serviço. Pedi as contas, porque não dava pra mim trabalhar (...) Aí, eu fiquei desempregada. Trabalhei em casa de família uns tempo, entendeu? Um trabalho alí, um biscate alí, um biscate aqui e, Graças a Deus, tô me empurrando. Graças a Deus!”

MP teve uma filha quando morava num lugar diferente, longe de toda a sua rede – familiar e comunitária. Não tinha como trabalhar e ficar com a filha. Acabou pedindo “as contas” e ficando desempregada. A partir daí, a história de MP se parece com a das mulheres descritas por G. Apesar da experiência registrada em carteira, MP, que estudou até a oitava série do primeiro grau, só conseguiu trabalho em casa de família e ‘biscates’. Mas, ‘Graças a Deus’ – e a sua mãe com quem mora, ela vai “empurrando”.

Entretanto, experiência e estudo, não são garantias de emprego. É a própria G, sujeito 1, quem nos assegura:

“Porque, eu fiquei muito tempo desempregada. Eu também sou costureira, sou de bolsa, roupa sapato, né? Sou auxiliar de administração também. Não conseguia arrumar um emprego porque o nosso central é muito caro, entendeu? Nós atravessar, porque o central aqui deve estar uns R\$2,50, R\$2,60, então, as empresas não aceitavam a agente, nunca me aceitavam. Costureira muito cara: -"O seu central dá pra pagar duas costureiras por mês”, fora o seu central, fora que eu ainda ia ter que pagar mais um, entendeu? Então, eles não aceitavam. Então, esta foi a minha luta”.

G não conseguia trabalhar porque mora longe e seu transporte custaria muito aos patrões. Assim, eles preferiam usar o dinheiro para pagar G no pagamento de outras duas costureiras. Esta foi a ‘luta’ de G, mesmo tendo concluído o segundo grau técnico em administração – sendo, entre as demais entrevistadas, a que mais estudou<sup>229</sup>.

Daí, a reivindicação de C, sujeito 4:

“Mas eu penso assim que a mulher tinha que ter primeiro, mais facilidade de emprego, entendeu? Ela tinha...O governo tinha que ter essa preocupação, porque numa separação quem segura a onda da família é a mulher”.

O desemprego é um enorme drama, mas, para as mulheres separadas e suas famílias ele pode representar um longo pesadelo, em que se (sobre)vive de forma indigna – em alguns casos, abaixo da linha da pobreza. Afinal, C nos lembra que, numa separação, quem “segura a onda” da família é a mulher e, por isso, ela acredita que a mulher deveria ter mais facilidade de conseguir um emprego. É a própria C, sujeito 4, quem continua:

“Eu acho muito importante que a mulher trabalhe fora. Eu acho importante a mulher ser mais valorizada até mesmo no seu setor de trabalho. Porque hoje a gente ainda vê a mulher exercendo a mesma função do homem e ganhando menos. Só que as pessoas esquecem que a mulher tem oito horas de serviço remunerado, mas tem outra jornada em casa que não é remunerada. E que a família precisa disso, entendeu?”.

C nos fala da importância da mulher trabalhar fora. Mas, isto não é tudo. A mulher precisa ter o seu trabalho mais valorizado – tanto o produtivo, quanto o reprodutivo. C percebe que há problemas de valorização da mulher nas duas esferas. Primeiro, porque “a gente ainda vê a mulher exercendo a mesma função do homem e ganhando menos”. Segundo, porque o trabalho doméstico, não valorizado, nem remunerado, é importante, já que a “família precisa disto”. E

---

<sup>229</sup> Em termos de formação regular, G, sujeito 1, empata com S, sujeito 5: as duas terminaram o segundo grau. Mas, G vai além, nos cursos profissionalizantes e nas capacitações profissionais que realizou.

terceiro, porque “a mulher tem oito horas de serviço remunerado, mas tem outra jornada em casa”, ou seja, ela tem “*dupla jornada*”.

Mas, como estas mulheres estão sempre ‘correndo atrás’ e ‘dando um jeito’, chamamos G, sujeito 1, novamente, para ela explicar sua proeza para sobreviver:

“É, profissões, é, que eu tenho, geralmente são mais masculinas, entendeu? Eu sou desenhista copista e mecânica, entendeu? Fiz o curso de serralheria, né? Eu coloquei na minha cabeça, é, pela diferença e a desigualdade social entre o homem e a mulher, a mulher pode ter a mesma profissão que o homem, mas ganha menos, você entende? Então eu, pela minha responsabilidade e eu ter de sustentar meus filhos, eu tinha que ter aquela necessidade de ganhar mais pra poder dar um futuro melhor pros meus filhos”.

G também identifica a desigualdade social entre homens e mulheres. Assim, pensando na responsabilidade de sustentar os filhos e na ‘necessidade de ganhar mais pra poder dar um futuro melhor’ para eles, G ‘abandonou’ a costura – profissão, tipicamente, feminina – e foi se especializar em ‘profissões mais masculinas’ – apontando para outra questão importante: a divisão do mercado de trabalho, que reproduz as distinções de gênero na construção de profissões masculinas x femininas.

Contudo, mesmo procurando profissões ‘mais masculinas’ – na tentativa de diminuir os efeitos da ‘discriminação’, G, sujeito 1, foi trabalhar num Centro Comunitário – sem carteira assinada e ganhando pouco. Ela nos revela:

“Temos que fazer outra capacitação pra ver se a verba aumenta mais um pouquinho... Mas não chega a R\$200,00... Mas eu gosto do que eu faço, é compensador! Eu acho que porque eu queria fazer serviço social, então, a gente trabalha mais com isto: pessoas carentes, entendeu? Aquela necessidade, você conversar com as pessoas, vê que tem gente em situação pior do que a tua... Em situação miserável, entendeu? Mãe com oito filhos, separada, e o marido deixou... Garotas novas, com bebezinho de três meses, tá grávida, já de outro, entendeu? Mulheres sem certidão de nascimento já com três filhos, e assim vai...”.

Apesar de procurar carreiras masculinas, G queria mesmo fazer Serviço Social – uma profissão reconhecida como feminina. Assim, mesmo ganhando

pouco, G gosta do que faz e se sente recompensada por ajudar mulheres em situações piores que a dela<sup>230</sup>.

### **4.1.3. Família e Relações de Gênero**

#### **4.1.3.1. ‘Ser Mulher’ x ‘Ser Homem’ – do real ao ideal**

A idéia desta sub-categoria é trazer à discussão fatos relativos à identidade e papéis sexuais. Sobre como as mulheres vivem e vêem estas questões: O que é ser homem e o que é ser mulher? A relação, que mantêm com os filhos, passa por esta definição? Como é esta relação? E qual seria, então, o ideal de homem e de mulher? Há muitas diferenças sobre como é, e como elas gostariam que fosse?

Começamos, então, por G, sujeito 1, que se diz “muito masculina assim, em termos”:

“Não sei. (...) Sou dona de casa, mas não sou fanática. Gosto da minha casa arrumada, gosto das minhas coisas limpa, mas eu gosto muito de trabalhar fora, de lutar pela minha vida. (...) E não sinto assim, de ser homem, eu sou o homem e a mulher da minha casa. Então, a gente tem que ser o lado masculino e o lado feminino. Como os homens também têm seu lado masculino e seu lado feminino. Mas, o ano todo você é mais masculina do que feminina. Você é feminina só no final de semana, que você vai, se arruma, passeia, né? Vou namorar um pouquinho, aí você veste a roupa de mulher, você vai... A semana toda é calça comprida, entendeu? O ano todo, a maioria das vezes, é calça comprida, eu vou lutar.”.

G começa afirmando ser dona de casa, mas não ‘fanática’, já que, apesar de gostar da casa arrumada, gosta de trabalhar fora e lutar pela vida – sendo, então, homem e mulher da casa. O ano inteiro, contudo, G acredita ser “mais masculina”: veste a calça comprida e vai à luta! Ser feminina mesmo, só nos fins de semana – quando não há trabalho produtivo, papel de homem, ou tarefa masculina – e G pode se enfeitar e sair para namorar, passear...

G faz uma distinção clássica entre os papéis sexuais: masculino, feminino, papel de homem, papel de mulher. Até as roupas são classificadas por G entre

---

<sup>230</sup> Assim, G acaba também nos dando um panorama do que acontece na sua comunidade, com outras mulheres da região, que não as por nós entrevistadas, indicando um contexto de grande gravidade social.

‘roupa de mulher’ e calça comprida – “roupa de homem”. Talvez por isso, e ao passar mais tempo ‘lutando’ – de calça comprida – G se ache mais masculina.

Onde será que elas aprendem o que é masculino, feminino, os papéis de homem e de mulher? S, sujeito 5, tem dois filhos e um deles, segundo ela, está ficando “machista”. Ela está preocupada, mas jura que não é em casa que se aprende isto:

“Eu acho que na televisão, na escola, na escola. É uma coisa que, o professor, é o maior indicador disso, a escola. Os professores separa as brincadeiras, tem escolas aí, que até separa menina brinca pra um lado, menino brinca pro outro, tinha que acabar isto também. Porque a gente em casa mostra uma coisa e a escola mostra outra. Menino cai na escola, a tia vem: -"Chora não, homem não chora!". Tinha que acabar com isto, entendeu?”.

Para S, que é dona de uma escola, a televisão tem culpa, mas é a escola, mesmo, a grande ‘culpada’. A família se esforça para fazer diferente – afinal ela é casada, mas é a chefe da família – porém, a escola separa as brincadeiras de meninos e meninas e ensina, às crianças, que meninos não podem chorar. S, não concorda, e acha que isto tem que acabar. Até porque S, sujeito 5, já foi vítima de discriminação por ser mulher. É o que ela nos conta:

“Eu já briguei, num campeonato do meu filho, eu tenho até uma mágoa do senhor Roberto Dinamite, porque, eu tava no campo, coordenando os meninos, né? Aí, ele falou assim: -"A senhora não tem um tanque de roupa pra lavar não, em vez de ficar aqui dentro do campo?". Eu falei: -"Por quê? Só por que eu sou mulher? Mulher também tem o direito e ficar dentro do campo, tem o direito de brigar. Ainda mais porque as crianças são pequenas e nós somos um pouco, também, mãe deles...". Entendeu? Mas, eles não aceita as mulheres, em alguns lugares, eles não aceita. Até os meninos mesmo, os meninos aqui, porque eu trabalho com muitos meninos lá no futebol, eles temem mais a mim do que ao Roberto, eles sabem que eu sou durona, né? Mais na hora de fazer carinho, de chorar junto com eles, agente chora, entendeu? É muito bom ser mulher, porque você pode fazer os dois papéis, ao mesmo tempo, já o homem não pode. Homem não pode sair por aí chorando, dando beijinho em todo mundo... Fica esquisito!”.

S só esqueceu de contar que, muitas vezes, a mulher também é “machista” e preconceituosa. Não que ela queira, é claro. Aliás, é possível – e provável – que ela nem perceba, nem se dê conta. Mas, a própria S, que não quer que a professora ensine que homem não chora, acaba dizendo que “homem não pode

sair por aí chorando”, que “fica esquisito” – mostrando como é difícil se desvincular de valores, práticas e até preconceitos tradicionais – e como, acabamos reproduzindo tudo isto, sem perceber. Além disso, na resposta ao homem que a discriminou por ser mulher e estar num campo de futebol, S, acabou apelando para o fato das crianças serem pequenas e dela ser ‘um pouco mãe’ de todas – tendo o ‘direito’ de estar ali para cuidar delas.

O cuidado e a educação dos filhos são, tradicionalmente, papéis das mulheres, que têm, ainda, outros afazeres, diferentes daqueles reservados aos homens. É a própria S, sujeito 5, quem explica:

“É, porque a mulher, tem a parte da educação dos filhos, né? Eles dizem que não, que é eles, mas, tudo de errado que um filho faz é a mãe, porque a mãe convive mais tempo com a criança, com o filho... A mãe é 24 horas. Quer dizer, se a criança faz alguma coisa errada: - "Tá vendo, eu tava trabalhando lá, você tava em casa, você não cuidou!", entendeu? Ser mulher é muito mais difícil, porque você tem que ter a parte... Até na parte sexual também, você tem que... entendeu? Porque se você não fizer, não agradar, não ser assim, legal, ele vai falar: -"Oh, pôxa, mas você não tá com nada! Eu vou procurar mulher na rua!". Quer dizer, tem esta parte, parte sexual, a parte da educação dos filhos, de manter a casa limpa, que ainda existe, né? A casa tá suja, a culpada é a mulher. E o homem? O papel dele é trabalhar, chegar em casa, esperar jantinha pronta, a comida pronta”.

S faz referência ao que seria, então, mais uma etapa na longa jornada de trabalho feminina: a “parte sexual” – que faz com que ‘ser mulher’ seja muito mais difícil. Afinal, é preciso fazer ‘legal’ e agradar o marido, sob pena dele reclamar, dizendo que a mulher ‘não tá com nada’ e que vai ‘procurar outra mulher na rua’. O que mostra uma permanência da vinculação do sexo com a obrigação, e não com o prazer. Assim, o papel do homem “é trabalhar, chegar em casa, esperar a ‘jantinha’ pronta” – e ser ‘agradado’ na “parte sexual”, é claro. Já as mulheres têm outras tarefas, além de agradar ao marido sexualmente: ‘manter a casa limpa’, ‘fazer a comida’ e educar os filhos. Neste contexto, S diz, ainda, que qualquer problema que aconteça, ou mesmo no caso da criança fazer alguma coisa errada, a culpada é a mãe, que não olhou, ou não educou, bem os filhos.

G, sujeito 1, compartilha desta opinião – de que, quando se trata dos filhos, a culpa sempre cai em cima da mulher-mãe. Ela diz:

“(...) o outro dia a gente tava fazendo, eu fiz um curso de capacitação lá na Praça XV de DST/AIDS. Aí, a gente conversando e tal, tudo cai em cima da mãe, nada cai em cima do pai, não tem um palavrão que xinga o pai. Qualquer coisa que acontece: -“Ah, a mãe não deu educação!”; “Cadê a mãe desta criança?”; “A criança tá assim é porque a mãe dela não cuidou, entendeu? Porque a mãe não deu educação”. É assim! Nós levamos a culpa de tudo, entendeu?”.

Tudo isto faz parte da vida das mulheres, mas não define, necessariamente, o que é ‘ser mulher’. Passemos, então, a palavra, novamente, a G, sujeito 1, para conhecer a sua definição de mulher:

“(suspiro) Ser mulher? (pequena pausa). Ser mulher é ter esta força que nós temos. O dom de gerar a vida... Isto não é pra qualquer um não. (rindo). É só pra gente mesmo. Dar a luz a uma criança, é só pra gente. Eu acho que é o dom, o grande dom, da mulher é este: ser mãe”.

Na definição de G, ‘ser mãe’ aparece como sinônimo de ‘ser mulher’. Afinal, ‘dar a luz a uma criança’, é um ‘grande dom’, que ‘não é para qualquer um’, só para as mulheres. Talvez por isso, G, em outro momento, tenha nos dito: -“Acho que se eu não tivesse meus filhos, eu não teria esta garra toda, não”.

Vejamos, então, a opinião de MP, sujeito 3, sobre este assunto:

“Ser mulher? (pausa). É uma pergunta boa. Ser mulher... o quê que é ser mulher? É... Ser batalhadora, entendeu? Ser acolhedora, ser amiga, entendeu? Ser companheira nas horas difícil. É igual minha mãe é comigo. Muito boa. Rígida, entendeu? Saber cobrar nas horas certa, puxar a orelha, saber dar amor na hora certa também, acho que é isso que é ser mulher, uma super mulher!”.

MP, ao invés de pensar nos filhos, pensa na mãe – resgatando, ainda que de forma diferenciada, a questão da maternidade. na verdade, ela não diz que ‘ser mulher’ é ‘ser mãe’, não se tratando de uma associação tão direta. No entanto, ao começar a pensar na questão, MP se lembra da própria mãe – uma ‘super mulher’: batalhadora, acolhedora, amiga, companheira e rígida - que sabe cobrar, mas também dar amor, tudo ‘na hora certa’.

Ser mulher parece não ser tarefa fácil, não é, assim, MP?

“Ah, com toda dificuldade, ser mulher é muito bom! Ih, na outra encarnação eu quero ser mulher de novo! Ah, eu queria ser mulher de novo! Não queria ser homem não! Eu acho que homem...Tá certo que tem muitos homens que é bom, sabe? Ajuda, são sofredor, sabe? Mas, a mulher é sofredora, mas é um sofrimento gostoso! (...) Não é fácil, entendeu? Mas, ser mulher é melhor! A vida da mulher é mais difícil porque a mulher sempre... acolhe os filhos. Tudo que acontece a mãe tá ali, entendeu? O homem não, o homem abandona, vai viver a vida dele, deixa a mulher lá. Mas, se a mulher tiver cabeça, entende? A mulher consegue! É... Mas é bom, eu gosto!”.

MP concorda que não é fácil, mas ‘com toda dificuldade’, ela queria ser mulher de novo! ‘A mulher é sofredora, mas é um sofrimento gostoso!’. Ela tem mais dificuldades que o homem porque ela fica sempre ligada aos filhos, enquanto o homem os ‘abandona’ e vai viver sua vida. É verdade que muitos homens são bons; ajudam e são sofredores: o curioso é vincular bondade e sofrimento. E também, sofrimento com algo gostoso. O que parece é que ‘tanto a dor, quanto a delícia’ de ‘ser mulher’ estão ligadas à possibilidade da mulher ‘ser mãe’- sendo a ‘delícia’ a parte maior, já que MP gosta e queria ‘repetir’.

Outra que queria ‘repetir’ é S, sujeito 5. Quando perguntada sobre o que ela escolheria entre nascer mulher, ou homem, ela responde:

“Ah, mulher! Mulher, porque eu gosto! Eu gosto da briga! E se eu tiver uma filha, também vou educar ela do mesmo jeito: que ela tem dignidade, já se imponha desde cedo... não é porque ela é mulher que vai ficar só dentro de casa, lavando, passando”.

Para querer ‘ser mulher’ é preciso ‘gostar de briga’. Uma briga que, para S, passa pela dignidade e necessidade de ‘se impor’, desde cedo; para não acabar – ‘só’ – dentro de casa, lavando e passando. Mas qual é a vantagem de ‘ser mulher’, se é preciso tanta ‘briga’, enfrentar tantas dificuldades? Deixemos que G, sujeito1, responda:

“Ai...(suspiro) Eu acho que só por a gente ser mãe, é a grande vantagem. Eu acho que, a gente, com dez, onze anos, a gente já tá preparada pra vida. A mulher antigamente casava com dez, onze anos, doze anos, já era mãe. Já tomava conta de uma família e tudo. Mas... homem, hoje em dia não, não queria ser homem não. Não vejo vantagem nenhuma em ser homem”.

Mais uma vez, então, aparece a maternidade: ‘ser mãe é a grande vantagem’ de ‘ser mulher’. E, como o homem não pode ‘ser mãe’, não há nenhuma vantagem em ‘ser homem’.

Já sabemos, então, que para essas chefes de família, ‘ser mulher’ passa, necessariamente, por ‘ser mãe’. Mas, sabemos, também, que, se por um lado, ‘ser mãe’ é uma grande vantagem, também traz dificuldades, como nos disse MP, sujeito 3. Ela achava, inclusive que ‘ser mulher’ era mais difícil do que ‘ser homem’. Mas, será que G, sujeito 1, concordaria?

“Não. Tem uns que tem responsabilidade, tem outros que não. Pra quem não tem responsabilidade é fácil. Agora pra quem tem, todos os dois é difícil, todos os dois. Não importa se é homem ou se é mulher, a dificuldade é a mesma, entendeu? Pra mim é”.

Para G, a dificuldade não está ligada ao fato de ser homem ou mulher, mas, à responsabilidade de cada um. Se não for responsável, é fácil. Mas, se for, é difícil, tanto para a mulher, quanto para o homem.

Apesar de não haver uma ligação muito clara entre responsabilidade e maternidade – ou paternidade – já sabemos bastante sobre a ‘luta’ de ser ‘mãe’ e, talvez, seja interessante poder saber um pouco sobre como é a relação entre pais e filhos, nessas famílias. Deixemos que a própria G, sujeito 1, nos fale:

“O pai dela nunca viu, nem conhece... Graças a Deus, não quero nem que apareça... O outro, mora ali mesmo, mora perto, aí, sempre tá passando aqui, vê os meninos... Não faço questão não, nunca botei na justiça... Não faço questão! Porque, às vezes, as pessoas falam assim: -"Ah não, porque o pai tem obrigação!". Ele sabe a obrigação dele...”.

Ele até pode saber da obrigação, mas não a cumpre! E G, também, não faz questão. Ela até acha melhor que o seu último marido nem apareça – ele nem conhece a própria filha, já que quando ele foi embora ela ainda estava grávida – enquanto o primeiro, embora não a ajude, costuma ‘passar’ e ver os filhos.

Vejamos, então, o caso de MP, sujeito 3:

“As minhas filha cresceram, começaram a trabalhar. Elas, ele vinha pedir dinheiro à elas. Nunca ajudou, mas sempre vinha pedir alguma coisa à elas... Eu falei para elas: -‘Não ajuda!’

Porque as minhas filha pedia as coisas à ele, aí ele prometia, aí, eu tinha que trabalhar mesmo igual uma doida pra poder dar.(...) Aí, passava um tempão, ele vinha, prometia de novo. Sabe, elas são muito magoada com ele, entendeu? Todas as duas, muito magoada mesmo. Elas ficam falando assim: - 'Ah, o meu pai não liga pra mim'. Eu falei: -'Não esquentar! Tem mãe? Tem família? O importante é a nossa família. No dia que ele precisar, ele vai bater na porta e procurar vocês'. Aí, eu tenho um neto, tenho dois neto, né? Um de, da minha filha de 19 anos, tá com 1 ano e 4 meses, dois anos, é, dois anos e um mês. E o meu neto pequenininho tá com 1 ano e 4 meses, tá até internado ele.(...) Aí, quer dizer, ele nem se preocupou em ver os neto, sabe, nem liga...Eu falei: - 'Deixa não, esquentar não. Eu sou vó, o importante sou eu. Ele, deixa. Ele tá perdendo, eu que tô aproveitando...".

O ex-marido de MP até aparece, mas ao invés de ajudar, ele quer mesmo é ser ajudado. Pede dinheiro às filhas que já começaram a trabalhar. MP diz que suas filhas são muito 'magoadas' com o pai, até porque elas tiveram filhos e ele nunca 'se preocupou em ver os netos'. Contudo, segundo MP, como as filhas têm mãe e têm família, elas não precisam 'esquentar'. E faz uma redefinição interessante: o pai delas é quem está perdendo – enquanto ela, MP, está aproveitando – as filhas e os netos.

Já o caso de R, sujeito 2, é diferente. Diz ela:

"Ele não dava nada para minha filha, aí eu falei: -"Então, não tem!". Aí eu joguei ele na justiça. E ele é motorista do Bom Marché e recebe bem. Mas só dá R\$100,00. O que é 100,00 reais? Só o colégio dela é R\$120,00, o FAMA".

O ex-marido de R também não dava nada para a filha. Mas, R, ao invés de 'deixar para lá', resolveu pressioná-lo e colocá-lo na justiça. Assim, embora R ache pouco o que a filha recebe – é menos que o valor do colégio dela – o seu caso é o único dentre as entrevistadas, em que o pai contribui regularmente com alguma quantia. Além disso, diz R: "o pai dela tá sempre aqui. Vai no colégio, pra saber como ela tá (...) eu não tenho o que falar dele não."

A partir daí, procuramos saber como essas mulheres imaginavam 'o homem ideal'. Começamos, então, por MP, sujeito 3, ela nos diz:

"Ai, um homem ideal. Seria um homem...(pausa) Um homem forte - não é forte musculoso não, forte, que na hora que agente

precisasse tava ali do nosso lado, dar apoio, saber educar os filho, correr atrás na hora que mais precisa... Não deixar faltar nada pra família, entendeu? Ser muito companheiro, ser muito amigo da esposa... Este é o homem ideal... Carinhoso, muito bom!”.

MP chega a rir, desconcertada, quando fala deste homem, que é provedor – ‘não deixa faltar nada para a família’ – e sabe educar os filhos, dando apoio, sendo amigo, companheiro, carinhoso... Ao acabar de descrever este ‘homem maravilhoso’, MP, sujeito 3, se mostra bastante emocionada, e explica:

“É porque eu me lembro do meu pai, entendeu? Tudo isto me é, eu só falo essas coisa assim, eu falo tudo em torno do meu pai, entendeu? Eu acho que é por isso, que eu nunca sonhei eu casada com ninguém, porque ninguém nunca é igual ao outro, entendeu? Meu pai tinha os defeito dele, entendeu? Mas, meu pai tinha uma coisa muito boa, meu pai era muito batalhador, entendeu? Aí, chegava, não tinha as coisa dentro de casa, meu pai saia de manhã, assim, sem destino, aí quando eu via ele já tava trazendo as coisa, sabe? Nunca deixou faltar nada pra gente, nada. A gente começava a trabalhar, quando era pequena, mas meu pai falava: -‘Vão trabalhar pra quê, vocês têm tudo dentro de casa!’ (...) Então, quer dizer, este é o homem ideal da minha vida, era o meu pai. Que era muito bom, ele assim, muito amigo, sabe? Ele não era, assim, carinhoso de abraçar, beijar a gente, não. Mas, ele era assim, na hora que a gente precisava ele tava ali, rígido, sabe? Chamando a atenção, batendo na hora que precisava. Eu que apanhei muito, entendeu? Apanhei muito, mas, apanhava, assim, é, ele chamava muito a atenção, ele sempre cobrava de mim por eu ser a mais velha das meninas. Então, eu sempre era avoadinha, aí meu pai sempre chamando atenção, entendeu? Quando meu pai morreu, eu senti muito, muito mesmo. Aí, minhas irmãs: -‘Ah, você tem raiva do teu pai, porque teu pai batia muito em você’. Eu falei: -‘Não, pelo contrário, eu acho que se meu pai tivesse vivo, na época que eu me engravidei, eu não tinha engravidado, entendeu?’ Porque ele não ia, mesmo se eu tivesse engravidado, entendeu? Acho que ele, ia ser totalmente diferente. Eu acho que eu não teria casado, ou teria casado e tava casada até hoje, sabe? Ou não tinha feito filho, entendeu? Eu sei que alguma coisa, nisto tudo, ia mudar, entendeu? Se meu pai estivesse vivo. Ia ser muito diferente, mesmo. Porque um homem, né, um pai, dentro de casa, faz falta, entendeu?”.

Na hora de falar do pai, MP se emociona e acaba “se soltando”. É o momento em que consegue falar da importância de um homem dentro de casa; afinal, se o pai estivesse vivo, sua vida seria diferente: talvez, ela não tivesse engravidado, casado, ou, quem sabe, pudesse estar casada até hoje...

Este ponto nos remete à Salem<sup>231</sup> e à sua discussão sobre a representação do homem como figura intermediária entre a mulher e o mundo. Esta figura pode aparecer como ‘salvador’, ou ‘vilão’. No caso de MP, o pai aparece como ‘salvador’: a deixava em casa, protegida, sem que nada lhe faltasse – este era o homem!

Além disso, esta figura masculina representa autoridade e proteção – a protegeria, se estivesse vivo, até mesmo do seu ‘destino’, reservando algo diferente para sua vida – enquanto a mulher – no caso, MP – acaba valorizando sua fragilidade e impotência.

Assim, até mesmo o trabalho de MP, é depreciado por ela própria – que o chama de ‘biscate’, uma ‘ajuda’, que ela dá em casa para a mãe, a ‘chefona’.

Talvez, seja neste sentido, que G, sujeito 1, associe a vida ‘dura’ que leva com uma vida mais masculina – uma vida com calça comprida e muita luta. Aliás, a própria G, sujeito 1, também fala, voluntariamente, do pai:

“(…) meu pai era analfabeto. Mas nunca deixou a gente sem estudar. Tenho saudade dele? Tenho! Era um grande pai, foi um grande pai, homem pra caramba. Por isto que eu não me casei. Nome de homem eu tenho! Desde o dia que o meu marido, meu ex-marido foi e falou pra mim que ia me dar o nome dele, eu falei: -‘Não quero! Nome de homem eu tenho, que é do meu pai, que pra mim, foi um grande homem, igual a ele não quero. Vou continuar com (o nome do pai) que é o meu orgulho’”.

G não queria o nome do marido porque já tinha ‘o nome do pai’ – ‘um grande homem’ – do qual se orgulha muito. Um discurso que nos remete à Szapiro<sup>232</sup> e à sua discussão sobre a idealização feita pelas mulheres as quais esta autora entrevistou, de sua ‘família de origem’. Afinal, em muitos casos a família segue o modelo tradicional, ao contrário da família que elas mesmas construíram. Assim, para se eximir do fracasso, elas valorizam a própria separação – colocando-na como um ótimo acontecimento – desprezam a época em que estiveram casadas – porque os ‘maridos-vilões’ não lhes agregaram nada – e idealizam a família de origem e seus ‘pais-salvadores’.

---

<sup>231</sup> Salem (1980).

<sup>232</sup> Szapiro (1998).

Contudo, isto não resume estas mulheres. Se por um lado, elas parecem ter internalizado os preceitos do patriarcalismo, por outro, elas incorporam valores ‘modernos’ ao seu discurso. Assim, é a própria G, sujeito 1, que, quando perguntada sobre como seria o homem ideal diz:

“Eu acho que não existe, não. Porque se existiu, já morreu, mas, em todo caso... Pra mim, o homem seria meu cúmplice em tudo que eu fizesse. Tanto ele seria meu homem ideal como eu seria a mulher ideal pra ele”.

G não parece ter muitas ilusões sobre o homem ideal, chegando a achar que ele não existe – ‘se existiu, já morreu’. No entanto, o homem que G acaba descrevendo como ideal, é aquele com o qual ela pudesse ter uma relação de cumplicidade.

Quem também parece ter poucas ilusões a respeito deste ideal é C, sujeito 4:

“Ah, de preferência que não encha o saco. Encher o saco que eu digo é fazer assim: que ficar te acusando, entendeu? Que olham no teu olho: é pau, é pau, é pedra, é pedra. Que converse”.

Para C, homem ideal é aquele que não acusa, mas olha no olho e conversa. Já R, sujeito 2, tem idéias mais tradicionais a este respeito. Para ela, o homem ideal seria:

“Ah, que fosse responsável pelo lar. Tem uns que não são... Assim, não deixar faltar nada. Arcar com a despesa, arrumar um trabalho fora. Aí, sim! (...) A mulher faria os cursinhos dela. Eu só fazia cursinho quando era casada. Agora eu trabalho e não faço nenhum cursinho... Cuidar da casa, cuidar do marido, não ia precisar trabalhar fora... Esse seria o ideal, mas nem todos são assim né?”.

Ao descrever o homem ideal, R acaba falando do que seria uma situação ideal: homem provedor, mulher dedicada ao lar, ao marido, que não precisasse trabalhar fora – saindo apenas para fazer ‘cursinhos’. Qualquer semelhança com a família nuclear moderna, não é mera coincidência. É a força da tradição e do modelo – colocado como ideal ‘a ser alcançado’.

Mas, quando a pergunta é sobre a mulher ideal, traços modernos voltam a aparecer, ainda que ofuscados pelos tradicionais. Assim, diz C, sujeito 4:

“Ah, agora eu vou sonhar...posso sonhar? Eu acho que a mulher ideal, ela seria assim bem estruturada financeiramente. Sabe por quê? Eu acho que a mulher ainda é a parte pior da história. Eu acho. A mulher, eu acho que ela tem mais garra que o homem. Ela não desiste facilmente. Ela vai á luta mesmo, ela briga pelo seu ideal. E é aquela coisa nata mesmo de ser mãe. Aquela coisa natural, da mãe cuidando de seu rebanho, do seu ninho ali, dos seus filhotes, entendeu?”. E mais do que (inaudível), ela se preocupa muito mais. Eu digo porque aqui na baixada fluminense a maioria das minhas amigas tem a mesma situação que a minha, entendeu? Tem aquelas pessoas que estão ainda numa situação pior que a gente. A gente às vezes até recrimina. Ela critica muito mais fácil outra mulher. A gente critica muito, cobra muito uma da outra”.

Ao falar da mulher ideal, C precisa falar em sonhos. E aí aparece uma mulher ‘bem estruturada financeiramente’, guerreira, que luta... Mas, que tem uma coisa ‘nata’ de ‘ser mãe’, de cuidar do rebanho, do ninho... A familiaridade do tema parece ter feito C acordar do sonho e voltar à realidade da baixada – onde tem gente em situação pior que a dela, e onde as mulheres se criticam, se recriminam, e se cobram muito...

A idéia de G, sujeito 1, sobre a mulher ideal, vai na mesma linha.:

“Eu acho que a mulher ideal seria aquela que lutasse pelas suas... necessidades, pelas coisas que ela quer atingir. Eu quero isto, eu vou lutar, sabe? Aquela mulher guerreira, batalhadeira, sabe? E que corresse atrás daquilo que ela sempre sonhou. Não, eu vou fazer, eu gosto disto, eu vou lutar pela aquilo. Eu acho que esta é a mulher ideal. Lutadora, guerreira, ali, correndo atrás, sempre, protegendo os seus... Acho que é isso!”.

Para G a mulher ideal é guerreira e de luta; corre atrás e protege os seus! Bem parecida com ela mesma... Será que ideal mesmo é conseguir se adequar a qualquer situação?

#### *4.1.3.2. Percepções sobre ‘casamento’ – e os motivos de seu rompimento*

A idéia aqui é apresentar e discutir as idéias e histórias dessas mulheres sobre seus relacionamentos conjugais e os motivos que levaram ao seu rompimento.

Uma primeira colocação que se faz, então, necessária: há, para essas chefes de família, uma nítida distinção entre casamento oficial, no papel, e as uniões consensuais<sup>233</sup>. Da mesma forma, aparece uma diferenciação entre separação e divórcio, sendo a primeira uma prática familiar e a segunda, algo bem mais distante da realidade delas.

Com tantos conceitos e práticas distintas – e dada a falta de uma nomenclatura adequada para dar conta de tanta diversidade – algumas histórias acabam ficando confusas. Vejamos, então, o caso de MP, sujeito 3:

“Sou casada, separada, moro com um rapaz, mas só que, por problemas meu lá onde eu morava, por o ambiente ser muito pesado e por causa dos meus filhos que são pequeno, eu vim, resolvi vim embora pra casa da minha mãe. Aí, meu marido está lá e eu estou aqui, entendeu?”

Não, MP, acredito que ninguém tenha entendido. Mas, vamos lá. MP foi casada – oficialmente – e se separou – mas, ainda não se divorciou. Em seguida, se casou novamente, ou melhor, passou a ‘morar com um rapaz’. Contudo, ela veio embora para a casa da mãe – onde permanece – longe de seu atual ‘marido’.

Esta é uma situação típica, na qual fica claro, que a velocidade de multiplicação das práticas sociais não foi acompanhada por um devido processo de nomeação. E, dentro de um contexto em que se tenta lutar pela desmistificação de modelos ideais, a impossibilidade de nomeação das novas práticas e, principalmente, dos sujeitos aí envolvidos, representa um retrocesso - uma vez que os coloca a margem, inclusive, da linguagem oficial.

Voltemos, então, à MP, sujeito 3. Quando perguntada sobre o tempo em que esteve casada, ela responde:

“Deixa eu ver... Casada, casada no papel, morando junto foi, mais ou menos, três anos. Três anos só. Ih, não...sabe por que? Porque o casamento, eu não queria casar. Eu não gostava dele, não gostava. Pra casar não! Eu também nunca me vi casada, sempre me vi sozinha. Então, mas aí, né, me adiantei, arrumei

---

<sup>233</sup> O que aparece em trechos do tipo: “Casada, casada mesmo...”, e “meu marido de casada...”, deixando claro, ainda, que, além de uma casamento oficial – de onde veio um ‘marido de casada’ – deve haver, no mínimo, mais uma união não oficial.

logo um filho... Aí, minha mãe: - 'Não, porque tem que casar, tem que dar nome pra criança'. Aquele negócio, né, de mãe. Antigamente o povo exigia muito casamento...”.

Como a pergunta foi sobre ‘casamento’, MP, fala sobre seu casamento oficial. O fato de ter sido ‘só’ três anos, ela justifica pela falta de sentimento e vontade de se casar. Mas, MP, estava grávida e a mãe, então, a obrigou – o pai de MP já havia morrido. Dois temas, então, aparecem na vida de MP: gravidez indesejada – ou melhor, não planejada – e casamento ‘forçado’.

É bastante curiosa a ‘pressa’ com que MP vai explicando suas separações. Tanto neste último trecho, como no anterior, MP se antecipa nas justificativas, ainda que nada tenha sido perguntado. Primeiro, para dizer que estava morando longe do atual ‘marido’ pelo fato do ambiente ser muito pesado e segundo, para dizer que seu casamento oficial só durou três anos porque ela não queria mesmo se casar. Ainda que não seja possível afirmar, pode ser que MP se sinta cobrada – e obrigada a explicar – suas separações<sup>234</sup>.

Vejamos o que G, sujeito 1, tem a nos dizer sobre casamento - aliás, sobre casamento não; já que ela, “graças a Deus’, não foi casada, ‘só morou’ junto:

“Perdi muito tempo da minha vida, negócio de casamento, era pra mim ser hoje uma assistente social, não sou, pretendo ser. Então, não pretendo me casar mais. Acho que homem pra mim agora vão atrapalhar a minha vida. (pausa). Tenho namorado. Mas ele lá, e eu cá”.

Na idéia de G, o tempo investido no ‘casamento’, foi perdido. Ela queria ser assistente social e culpa o casamento por não ter conseguido. Mas, ela ainda pretende atingir este objetivo, e acha que homem em sua vida, agora, só iria atrapalhar e, por isso, não quer se casar mais. O mais curioso é a vinculação da vida conjugal com a impossibilidade de realização de um objetivo profissional – e pessoal. A partir daí, é possível pensar em articulações complexas como a tensão entre individualismo moderno e vida familiar. Mas, também é possível, uma rápida retrospectiva pelas categorias analisadas, até então, resgatando questões como a multiplicidade de responsabilidades e problemas presentes na vida de uma chefe

---

<sup>234</sup> A irmã de MP fala que ela está separada do atual ‘marido’, embora ela diga que só está morando longe por ‘circunstâncias ambientais’.

de família – lembrando ainda, é claro, que G, sempre foi, segundo ela mesma, a chefe da família, dada a ‘omissão’ do ‘marido’. Talvez por isso, G, não considere importante o tempo que ela passou ‘casada’. Neste sentido, ela diz:

“Não! Não teve nada que se aproveitasse a não ser os meus filhos. Não cresci nada, trabalhava pra caramba. Trabalho desde os meus 14 anos. Não construí nada com ele. (pequena pausa). Tem pessoas que não te levam a lugar nenhum, entendeu? Não valeu a pena! (...) Não foi bom! Me chifrou pra caramba, eu acho que eu não merecia, entendeu? Não merecia! Muitas vezes: -‘Ah, eu tava com outra mulher...’. Fazer o quê? Hoje em dia, ele é o quê? Um alcoólatra, um alcoólatra... Que os filhos têm vergonha. Eu tenho, até de falar assim: -‘Aquele ali é o pai dos meus filhos!’. Te juro, eu tenho! A cara toda inchada, todo desdentado... Perdeu acho que o brilho, o amor... Um homem tão bonito... Era muito bonito! Se acabou!”.

G acha que as únicas coisas proveitosas do seu ‘casamento’ foram os filhos. Ela não construiu nada com o ‘marido’, que a ‘chifrava’ com outras mulheres – e inclusive dizia isto a G – numa prática comum dentro de um sistema patriarcal que, como vimos, permite – e até incentiva – a infidelidade masculina, ao mesmo tempo em que reprime a feminina.

G, sujeito<sup>1</sup>, acabou mesmo se separando – por decisão dela, ‘é claro!’ Mas, deixemos que ela mesma nos conte como foi:

“Foi engraçado porque eu tava trabalhando e eu cheguei em casa, é... ele bêbado, ele bêbado dentro de casa, dizendo que tava desempregado. Aí, minha mãe pediu pra ele levar meu filho, na época tava com dois anos, no médico. Ele disse que não ia levar, que não tinha dinheiro. (pequena pausa). Aí eu cheguei, o meu filho queimando de febre, todo sujo. Aí eu peguei, cheguei em casa, dei um banho nele, minha mãe me falou. Também, fiquei na minha. Levei meu filho no posto, mediquei ele e tal, vim embora. Aí, eu falei assim: -‘Faz comigo, mas não faz com um filho meu. Vai embora!’. Aí, relutou, mas eu disse: -‘Não dá mais, já desgastou!’.”

G já vinha agüentando muitas coisas: o marido a “chifrava”, não ajudava em nada. Mas, quando passou a envolver o filho, G não agüentou: -“faz comigo, mas com um filho meu”, dizia ela, enquanto mandava o ‘marido’ embora. Neste caso, há questões típicas de comportamentos e valores de gênero: G agüentou várias situações, talvez, para manter a família. Mas, dada a centralidade e a

preponderância do seu papel de mãe, ela não pôde tolerar que o marido não tivesse socorrido o filho, e se separou<sup>235</sup>.

Assim, quando perguntada sobre o que mudou com a separação, G, sujeito 1, então, responde:

“Mudou muito! Pô, pra caramba! Tirei um peso das minhas costas. Trabalhava, vinha pra casa, sustentava os meus filhos, criava, saía, passeava... Não tinha que dar satisfação a ninguém (vai abrindo um sorriso). Minha liberdade! (ri). Ai, adorei! Adoro isto: fazer o que eu quero! Adorei, pra mim foi ótimo!”

G parece contente com a sua decisão. É como se ela tivesse tirado ‘um peso das costas’. Afinal, ela já arcava sozinha com todas as responsabilidades típicas de uma chefe de família, de modo que a separação não alterou a sua vida. G viu apenas vantagens em se separar: a liberdade, não ter que dar satisfação a ninguém... Após a separação, contudo, G arranhou outro companheiro, que acabou indo embora após seis meses, quando G, ainda estava grávida – “foi só o tempo de fazer a filha e mandar ele embora”, disse.

C, sujeito 4, não parece concordar com G, quando o tema é separação:

“Porque as pessoas ainda acham a separação a melhor solução. Eu digo que não é! Nem sempre, nem sempre é. Hoje eu falo assim para o meu filho que tem quatro anos: -‘Junior, não faz isso!’. Aí, ele pega e fala assim: -‘Mamãe, (inaudível)’. É o meu caçula. O pai dele fala: -‘Junior, não faz isso!’. Ele não faz! É importante o homem, a presença do pai na família. Porque eu fui mulher independente, morei sozinha, fiz tudo sozinha... É uma merreca! Você tem que se desdobrar em mil...”

Para C, a separação não é a melhor solução. Ela acha que a presença do homem/pai é importante e faz falta na família. Primeiro, pela autoridade em relação aos filhos – que ajuda no processo de educá-los – e segundo, porque ‘ser mulher independente’, morar e fazer tudo sozinha é uma ‘merreca’ – ‘você tem que se desdobrar em mil!’.

Parece então que C, sujeito 4, ao contrário de G, sujeito 1, acha que a vida fica mais fácil tendo um companheiro do lado. Neste sentido, ela diz:

---

<sup>235</sup> G fala mesmo em separação e faz nítida a distinção ente esta e o divórcio. Quando perguntada sobre o que achava do divórcio, G respondeu: -“Sei não. Nunca me divorciei não, sempre...Nunca me casei...”.

“Fica mais fácil, fica mais fácil. Mas aí é que tá o negócio: se esse companheiro tiver paz, se ele tiver tranquilidade, se ele for companheiro, entendeu? Porque se ele for um carrasco, se ele for um cara para te encher o saco, é melhor você enfrentar a dureza da vida, deixar os teus filhos sozinhos e ir à luta... Caçar dinheiro para sustentar as crianças. Porque você vai! Deixa as crianças sozinhas, você vai à luta, vai arrumar dinheiro, você vai trazer o dinheiro para dentro de casa, suprir as necessidades das crianças... Mas você vai poder tomar teu banho, deitar na tua cama e dormir tranqüila. Sem ninguém te oprimindo. Sem ninguém te acusando de coisas que você não fez, te falando absurdos. Quer dizer, psicologicamente, você tá bem, entendeu? É difícil!”.

Ou seja, se a vida é dura como ‘mulher independente’, também, é bastante difícil quando você tem alguém te ‘oprimindo’, falando absurdos. C está certa: a violência psicológica é realmente algo complicado, e por isso será tema do próximo capítulo. Mas, o fato é que C, sujeito 4, realmente não parece achar que a separação seja uma boa solução, exceto em ‘casos muito graves’. C se separou, mas um ano depois acabou revertendo a situação. Assim, ela explica:

“Eu reverti a situação, porque eu continuava carregando tudo sozinha, entendeu? Só, que ele dizia que me amava tanto, que...(inaudível) Eu também tenho que me amar, né?... Ainda bem que sobra um pouco do meu salário para eu também cuidar de mim. Não é justo, né? Não, peraí... Eu to carregando tudo sozinha! Porque aí, enquanto eu tava lá, segurando a onda das crianças sozinha, tinha que deixar de comprar um creme para o meu cabelo, para poder alimentar as crianças, ele tava gastando de cerveja com os amigos. Isso é injusto! Como ele dizia que me amava tanto, agora ele vai ter que me pagar tudo o que me deve! Vai ter que provar que me ama!”.

C não achava justo que ela ‘segurasse a onda’ das crianças sozinha, se desdobrando em mil, deixando de comprar produtos de uso pessoal para que não faltasse comida para os filhos – enquanto o ex-marido tomava cerveja com os amigos no bar. Esta parece ter sido a principal motivação de C para retomar seu casamento, que não era oficializado, mas que agora será, já que ela quer tudo “preto no branco”.

A visão de G, sujeito 1, parece, realmente, ser diferente. Apesar de G também dizer que ‘não é muito a favor’ da separação, sua visão parece ser mais ‘romântica’. Ela diz:

“Eu acho que ainda dá, ainda há condições, se ainda existe amor, ainda há condições de você lutar, entendeu, de tentar. Agora, isto, se existe, ainda, amor. Agora, se já não há: -‘Não, não gosto mais dele’, então, é melhor separar, porque aí vai começar a maltratar, vai falar muito, vai falar muita coisa, vai magoar a pessoa, entendeu? Aí, pode surgir violência de uma das partes, não vai dar certo, entendeu? Mas, pra mim, não era mais vantagem...”.

O ‘amor romântico’, como valor moderno parece ter chegado a G, que acredita - apesar das adversidades passadas – na importância de se tentar e lutar por um relacionamento, enquanto houver amor. Por outro lado, quando o sentimento acaba, aí sim, segundo G, ‘é melhor separar’.

Já R, sujeito 2, é mais objetiva. Quando perguntada sobre o que acha do divórcio, ela – a única que se divorciou – respondeu: -“é uma barra! Eu achei que não ia superar...”. Mas, a pergunta foi, então, reformulada para o que ela achava dos casais se separarem, de maneira geral. Neste sentido, sua resposta, ainda objetiva, foi:

“Eu acho errado. Sabe por que? Por causa dos filhos. Os filhos cobram muito em cima... Cobram. Porque no colégio tem festa, o pai, né? Aí minha filha chega: -“Ah, mãe. O pai e a senhora é separado... E pai e mãe, é a senhora.”. Aí fica... Eles tinham que fazer tudo por causa do filho...”.

R acha errado os casais se separarem por causa dos filhos. Ela acha que os filhos cobram a falta dos pais na escola... Enfim, acha que os casais deveriam ‘fazer tudo’ – para ficar junto – por causa dos filhos. Mas, diante de tanta convicção o que será que levou R, sujeito 2, a se separar – e se divorciar? Ela conta:

“Não, porque eu viajava muito. Ele era muito ciumento, aí não deu... Mas até hoje eu tenho a minha filha, graças a Deus. Batalho, luto, nunca fui atrás dele pra pedir nada”.

O ciúme foi, então, a causa apontada por R como determinante da sua separação, a partir da qual, muita coisa mudou:

“Ah, mudou muita coisa. Ah, porque pensar em... trabalhar pra ganhar dinheiro e não deixar faltar nada pra minha filha... Não tive infância, a minha infância foi toda trabalhando. O que eu passei, eu não queria que a minha filha passasse. Então eu sou muito chefe, sou muito responsável pelas minhas contas”.

R, a partir daí, teve que começar a pensar em ‘trabalhar pra ganhar dinheiro’ e sustentar a filha. Mas, se ela diz que sempre trabalhou, talvez a grande diferença seja fazer um trabalho (extra-lar), cuja renda deixa de ser ‘complementar’ para se tornar essencial – ela e a filha passaram a depender deste dinheiro para ‘tudo’. Assim, como ela quer dar uma vida diferente à filha, ela passa a ser ‘muito chefe’ - muito responsável pelas contas dela.

Já, MP, sujeito 3, acha que para ela, pouca coisa mudou com a separação. Ela diz:

“Ah... Pra mim não mudou nada não. Porque eu já era feliz mesmo, entendeu? Só gostei mais por causa das minhas filha, por causa das briga mesmo, discussão. Aí, foi bom por causa disso, mas o resto, pra mim continua tudo a mesma coisa”.

Neste pequeno trecho, MP diz que, como ela já era feliz, ‘não mudou nada não’, mas revela as causas determinantes da separação: brigas e discussões. E, neste sentido, apesar das filhas ‘serem carentes de pai’, ela acha que foi melhor para elas. Melhor do que ‘viver num ambiente ruim’. E foi só por isso que ela ‘gostou mais’ de se separar.

MP acredita que, ‘muitas vezes’, seja bom a mulher se separar, e até se divorciar. Ela, que está em processo de divórcio – na verdade, o ex-marido é que está num ‘inquérito’ com ela, querendo o divórcio – tem ressalvas a fazer sobre este assunto:

“É, é, como agente fala assim: casar, tem que botar o nome do marido. Não tem que botar! Eu acho assim, eu casei meu nome era MPFS, entendeu? Então, meu nome tinha que continuar MPFS. Botou o nome do meu marido: Correia. Pra quê? Não tirei vantagem nenhuma no nome dele. O nome dele não me ajudou em nada. Agora eles vão ter que tirar os documentos pra botar tudinho no Correia, pra depois tirar tudinho do Correia, pra depois botar S de novo. Vai me dar trabalho. Eu acho isto horrível!”.

MP contesta a tradição – já não é mais lei! – segundo a qual a mulher adota o sobrenome do marido ao se casar. Uma tradição também herdada de uma lógica patriarcal em que a mulher não tinha sequer direito civil – ela não era considerada cidadã. A mulher, então, tirava o nome do pai, para colocar o do marido, como numa transferência de propriedade – e de autoridade – já que a

obediência devida ao pai passava ao marido. MP, que casou por força de uma outra tradição – ‘engravidou, tem que casar’ – tirou o nome do pai e colocou o do marido, mas não viu nenhuma ‘vantagem’ nisto. Está vendo, agora, é o trabalho que vai dar para legalizar a sua separação.

A dificuldade de legalização das separações é uma importante questão levantada por S, sujeito 5. Assim ela fala sobre a questão do divórcio:

“Divórcio eu acho uma coisa legal. Eu acho legal porque não adianta você viver com uma pessoa se você não tem afinidade legal, certa com aquela pessoa. Viver só pelos filhos, tá tendo pai e mãe ali presente... E a pessoa? E a mulher? E o homem como é que fica? Como é que fica você ter que viver com uma pessoa, mas você já não... Entendeu? De repente você tem vontade de tá com outra pessoa e ainda tá presa àquela pessoa por causa de filho, por causa de mãe? Por causa de sociedade: "Ah, separou!". Eu acho o divórcio uma coisa que devia ser até mais facilitada para as mulheres carentes. Tá muito difícil. Por exemplo, tem muitas mães aqui querendo se separar legalmente e não consegue. Aí fica sempre naquela marginalidade, separada, mas não tem nenhum papel que ela pode casar de novo, entendeu?”.

São vários os pontos importantes levantados por S. Primeiro, a questão de ficar casado só pelos filhos, ou, por causa da sociedade, sem ter ‘afinidade’, ou mesmo, ‘vontade’ de ficar mais com aquela pessoa. S é contra isto! Além disso, ela faz uma distinção importante entre pai e mãe, mulher e homem, que acabaram bastante misturados. Assim, se um casal resolve continuar junto, só por causa dos filhos, pai e mãe – o casal e seu papel parental – estarão ali presentes, mas e a mulher? E o homem? E a pessoa? Pergunta, S, numa espécie de evocação ao individualismo moderno. Neste sentido, S acha legítimo que homem e mulher possam ter ‘vontade’ de estar com outras pessoas, e filho não deve ser motivo para se evitar isto. Por isto, S acha que o divórcio deveria ser ‘mais facilitado’ para as mulheres carentes. ‘Tá muito difícil’: há mulheres querendo se separar legalmente, mas ‘não conseguem’. Aí, ficam na ‘marginalidade’, separadas, mas sem ‘nenhum papel que ela pode casar de novo’ – uma prática, ao que parece, comum entre estas mulheres<sup>236</sup>.

---

<sup>236</sup> Das cinco mulheres, a única que permanece no primeiro casamento é a própria S, sujeito 5, e C, sujeito 4, que voltou para o marido, mas que andou com um ‘namorado’, durante o tempo que ficou separada. Mas, por outro lado, também não parece haver dados suficientes para se falar numa ‘monogamia serial’ – o esforço em

A marginalidade da separação, entretanto, parece mais grave do que a legitimidade de uniões posteriores pretendidas pelas mulheres. Trata-se da ausência de amparo legal para a reivindicação de direitos como a pensão alimentícia – que só passa a ser reconhecida como ‘direito’ após a legalização da separação, já que na ‘marginalidade’, ela é reconhecida como um ‘favor’ – o que deve contribuir para o usual discurso ‘de não ir atrás dele para pedir nada’. Ora, a mulher realmente não tem que pedir, se é um direito, elas deveriam reivindicar, mas não pedir. Neste ponto, contudo, entram outras questões, que veremos a seguir.

#### *4.1.3.3. Violência Física e Psicológica*

A questão da violência não foi pensada, a priori, como tema a ser tratado neste trabalho, não havendo, no roteiro de entrevistas, nenhuma pergunta sequer a este respeito. No entanto, dada a frequência e, principalmente, a intensidade dos relatos surgidos no discurso das entrevistadas, o tema ganha espaço para que fique registrado como mais um ingrediente na vida dessas mulheres. Apesar delas falarem em diferentes formas de violência – vividas em situações também diversas – há uma dimensão de gênero que perpassa todos estes relatos.

A violência parece remeter, ainda, ao que chamamos de lógica do patriarcado: baseada numa hierarquia de sexo e idade, e onde o poder e a autoridade do homem – sobre a mulher e os filhos – não são questionados. A obediência das mulheres é, portanto, sucessiva: primeiro ao pai, depois ao marido. E, não por coincidência, numa cena de violência, estes homens – pai ou marido – costumam ser protagonistas: os autores da violência – que pode ser física, ou psicológica.

A violência física, apesar de mais explícita, costuma ter suas marcas escondidas pelas próprias mulheres, enquanto a psicológica é, muitas vezes, tão sutil que a própria mulher demora a reconhecê-la como tal. Seja como for, parece sempre se tratar da perpetuação e da afirmação do poder do homem, sendo

---

manter a figura do provedor em casa, mesmo que não seja o pai biológico da prole – nos termos de Bilac (1995).

comum que a violência mantenha-se, por muito tempo, no segredo da vida privada – camuflada, velada, escondida<sup>237</sup>.

Assim, diante do propósito de dar fim ao silêncio que envolve a questão, damos a palavra às mulheres para que contem, a todos, suas experiências – sejam elas como vítimas, ou testemunhas, da violência.

Começamos então, por S, sujeito 5, que conheceu a violência ainda na infância:

“Tinha o problema que meu pai era alcoólatra, apesar dele ser porteiro, mas era alcoólatra. As pessoas do prédio não sabia.... Aí, ele trabalhava até as cinco. Aí, de cinco até meia-noite era só bebida. De manhã cedo ele amanhecia bonzinho... Eu tinha cinco irmãos. Eu sou a mais velha, e ele sempre dizia que a gente não podia falar pra ninguém, mas teve morador lá do prédio, que, até hoje, as pessoas me conhecem, que socorreram a minha mãe várias vezes, também. Aí, essa pessoa até hoje, ainda, mora lá. A gente chama ela de tia Lelé, até hoje. Ela salvava a gente, tirava a gente... Tentou fazer a separação, mas a minha mãe nunca quis, tinha medo. Ela achava que se separando, também ela não tinha parente, ela achava que se separando a gente ia morrer de fome. Cinco crianças, ela não sabia ler nem escrever, não sabia nada. Aí, essa pessoa arrumou colégio interno pra todo mundo, mas ela não aceitou. Ela achava que no colégio interno a gente ia sofrer muito. Mal sabia ela, que a gente, aqui, sofria muito mais do que se tivesse em um colégio interno. Porque um dos motivos, até hoje, que a gente apanhava, era porque não penteava o cabelo, são coisas... Porque não penteava o cabelo, porque não dava benção como ele queria que a gente desse... E ele era uma pessoa normal, não era maluco. Mas, eu tinha muito medo dele. Tinha uma outra irmã, ela, quando apanhava, ela reagia, pegava grampo, machucava ele... Eu não. Eu sempre apanhava e ficava calada. Então, aí, as pessoas lá do prédio perguntavam e minha mãe dizia que a gente tinha caído. Aí, era sempre aquelas desculpas: escorregou no banheiro, caiu da beliche, caiu do balanço, da bicicleta... A gente foi a vida inteira assim”.

O caso de S é típico. O pai bebe, a mulher apanha e vê os filhos apanharem, mas esconde – até inventa mentiras para justificar as marcas deixadas pela violência. A mãe de S não queria a separação e tinha medo. Tinha cinco filhos para criar, nenhuma instrução, nenhuma rede familiar para acessar. Apenas uma moradora do prédio que queria ajudar mandando os filhos – inclusive S – para o colégio interno. A mãe de S, contudo, achando que os filhos sofreriam

---

<sup>237</sup> Para maiores detalhes sobre a questão da violência e sua relação com a questão de gênero ver Saffioti, I. e Almeida, S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.

muito como internos, não quis mandá-los. S lamenta, e diz que, em casa, sofria muito mais. E foi, ‘a vida inteira assim’. Na verdade, não foi a vida inteira, foi até S completar treze anos. Pois naquele ano, S tomou uma decisão: não iria mais apanhar:

“Eu com 13 anos peguei o ônibus e falei: -‘Oh pai, foi a última vez que você me bateu. Agora você não vai me bater não. Chega! Gosto muito de você...’. E gostava, porque ele era um bom pai. Quando ele não bebia, levava a gente no cinema, para o parque... Tinha roupa, tinha brinquedo, tinha tudo o que a gente queria, só não tinha assim um pai direitinho. Aí, quando eu fiz 13 anos... Aí, eu falei: -‘Eu não vou mais apanhar...’. Aí, eu fui no juizado lá em Copacabana... Cheguei lá eu disse: -‘Olha juiz, eu tô aqui toda arreventada, foi meu pai...’. -‘Ah, a gente vai prender ele...’. -‘Eu não quero que prenda ele, eu quero que o senhor arrume um jeito legal para eu não voltar mais para a minha casa, que eu não quero mais voltar para a minha casa...’. Aí, ele falou, quando eu sai de casa: -‘Essa menina saiu de casa porque ela já dormiu fora. Ela já deve estar grávida’. Aí eu falei: ‘Oh, pode fazer o pedido de exame de corpo de delito que eu quero fazer’. Fiz, foi o maior constrangimento, uma coisa horrível... Eu espero que nunca uma menina tente, porque é uma coisa muito chata... fiz o exame (...) pra provar que eu era virgem, porque eu falei pra ele, eu vou sair de casa e não vou sair como... Não vou sair de casa como uma vagabunda, não... Eu estudava, tirava boas notas... Eu era tão quieta, tão reprimida na escola, que a escola que eu estudava fazia teste para saber se eu era normal. Porque todo mundo fazia bagunça... Podia a sala pegar fogo, que eu não me levantava da mesa pra nada, ficava quieta... Era muita pancada, né? E eu não podia falar...”

S foi, então, ao juizado de menores, com as marcas da agressão do pai, atrás de uma saída legal para a sua situação – ela não queria mais voltar para casa. S não queria, contudo, que o pai fosse preso, ele era um bom pai – quando não bebia – e, provavelmente, devia, também, ser um bom marido – o que devia pesar na decisão da mãe de S de permanecer com ele – argumento que costuma aparecer no discurso das mulheres vítimas de violência, que permanecem vivendo com os autores das agressões. Mas, o fato é que S não suportava mais apanhar. Ela queria um final para aquilo e pediu ao juiz que não a deixasse voltar para casa. O pai, então, num ato psicologicamente violento, acusa S de querer sair de casa por já ter ‘dormido fora’, podendo até estar grávida – ficando explícita, mais uma vez, a subordinação/submissão de gênero. S resolve, então, se submeter a um exame de corpo delito – um ato de pura humilhação e, mais uma vez, de

violência – para provar que era virgem, e não sair de casa como um ‘vagabunda’. Uma exacerbação do controle da sexualidade feminina pelo homem-pai.

Por tudo isto, S faz questão de destacar a sorte de arranjar um marido que não bebe e não é violento. Talvez por isso, ela ache que tenha tanto, podendo dividir com quem não tem. Seja como for, o fato é que S está aí, praticando, solidariamente, sua cidadania e cuidando de muitas crianças.

Ao contrário do que parece, S é tímida e calada, mas, “mesmo sendo caladinha, quando me dão a chance de falar, eu falo”, dizia ela no começo da entrevista. Assim, bastou uma pergunta: -“você nasceu aqui?” para que S começasse a contar sua história: -“Não. Nasci no Rio de Janeiro; meu pai era porteiro...”. E assim foi. Daí, a decisão de dar a S uma segunda chance para falar – agora à todos vocês.

Como dona da escola, S está sempre atenta a qualquer sinal de agressão praticada contra as crianças. Assim, mais uma vez, é ela quem nos fala:

“Aqui na escola acontece muito, mas... A gente não pode fazer nada. A gente vê que a criança tá machucada. Esta semana teve um com o braço quebrado, a gente sabe que... Mas, o pai disse que ele caiu da cama. A gente sabe. Porque, na verdade, esta lei que está no estatuto, não funciona, não funciona... Eu acho que tinha que se cumprir o estatuto da criança e do adolescente, que não está sendo cumprido, pelo menos aqui na Baixada, não tá! Você faz uma denúncia (...) Se o estatuto valesse mesmo, isso não aconteceria. Porque, se fazia uma denúncia, eles iam em cima desta denúncia. Mas, isto não acontece. Se eu pudesse fazer uma lei eu ia pedir que se cumprisse o estatuto da criança e do adolescente”.

Se tivesse poder para fazer uma lei, S faria valer uma ‘lei’ que já existe – o ‘ECA’, Estatuto da Criança e do Adolescente – mas que, segundo ela, não é cumprida. S queria garantir a integridade física das crianças. Como passou por isso, S reconhece os sinais e sabe como é difícil quebrar ‘o pacto de silêncio’ que costuma se formar nas ‘famílias violentas’. Talvez, por isso, costumasse denunciar, mas não adianta, ninguém parece ligar. A questão do silêncio, aliás, é bastante complexa: as mulheres costumam se ver diante de graves ameaças para mantê-lo. Ainda é S, sujeito 5, quem nos fala:

“A mulher apanha e não vai, se vai a delegacia, não tem como, como é que ela vai voltar pro morro? Não tem como ela voltar. Tem que ir no posto, fazer um curativo, pra no outro dia... E as que têm coragem, sofrem muito. As que têm coragem de ir, sofrem muito. Eles ameaça. Elas falam: -‘Meu marido falou que se você falar, ele mata minha mãe, ele mata o próprio filho’. A gente vê isso na televisão, né? Eles aproveitam...”.

S dá uma explicação para o silêncio das mulheres e a conseqüente perpetuação do ciclo da violência. Elas apanham e, diante da ameaça de morte dos filhos e das mães, vão no posto – provavelmente, inventam uma desculpa – fazem um curativo e voltam para casa... Para apanhar de novo, na próxima bebedeira, ou, quando o marido se descontrolar. Segundo S, as mulheres que têm coragem de quebrar o ‘pacto de silêncio’ e sair deste ciclo, sofrem muito.

Pois bem, pode-se dizer que C, nosso sujeito 4, foi uma destas corajosas:

“Olha, foi assim: ele me agrediu... Me agrediu, me fez ameaças. E eu tava ficando triste. Ele tava apagando o meu sorriso. Eu tô sempre rindo, eu tô sempre rindo, sempre brincando e pra apagar o meu sorriso tem que ser uma coisa muito séria. Não é qualquer coisinha pequena que apaga o meu sorriso não (...) Ele me acusava de várias coisas. Vivia desconfiando de mim o tempo todo (...) Aí, ele começou a me oprimir. Hoje eu sei que era uma opressão. Começou a colocar pressão, pressão, pressão, até que partiu pra violência. Aí, quando ele partiu pra violência, eu disse não: -‘Agora já chega!’. Eu me prendia muito a minha casa, porque ele morava comigo, mas a casa era minha. Mas aí eu falei não: - ‘Nada vai comprar a minha paz, nada, nem casa! Se o problema é a casa, ele fica com a casa. Com a casa, com a amargura dele, com a ignorância dele... Por mim: -‘Vida nova!’. Três horas da manhã, eu sai da minha casa com a minha mãe, com a roupa do corpo, com os meus filhos descalços, que eu tinha tirado eles da cama...”.

Num primeiro momento, a violência era psicológica: não física, mas verbal, em forma de agressões e ameaças. C, então, ia ficando triste, perdendo o sorriso, mas, “ia levando”. Talvez, por não se dar conta que aquilo era uma forma de violência. Afinal, ao que parece, as acusações e as desconfianças do marido de C, podiam facilmente ser confundidas com ciúmes, proteção, enfim, tudo que, normalmente, se associa à violência psicológica, justificando-a. Mas, o fato é que a violência física acabou explodindo. E aí, não teve ‘casa’ que segurasse C. Ela, então, resolveu ir embora: fugida, às três horas da manhã com a mãe, as crianças – ‘descalças’, mesmo – e com a ‘roupa do corpo’.

É curioso que C apenas use a palavra ‘violência’ ao descrever o momento em que o marido partiu para a agressão física. As agressões e ameaças verbais não recebem o mesmo nome, o que parece reforçar a tese da dificuldade das vítimas de violência psicológica em reconhecê-la como tal.

A história de C, no entanto, não termina aí. Ela saiu de casa, mas, seus problemas não acabaram:

“Mudei o horário de trabalho pra noite, porque ele tava me perseguindo. Que ele ia me matar, que ele ia fazer, ele tava me ameaçando. Processei ele, dei parte dele na delegacia, levei a polícia lá em casa pra cuidar de todos os meus móveis, que eram meus. Então, eu levei tudo o que era meu. O que eu achava que era do direito dos meus filhos, eu levei também. Na verdade, eu quis deixar ele com a roupa do corpo, porque era o que ele merecia (...) E disse para o delegado: -‘Prende, mas não machuca não!’. Eu ainda disse isso, você acredita nisso? Não, eu tenho que falar. Ele é pais dos meus filhos, pelo amor de Deus. Porque ele queria o meu sangue... Aí o delegado disse: -‘Acho que vou quebrar a outra asa!’. Aí, eu disse: -‘Não moço, não machuca ele não, é só pra ele tomar um susto. Porque ele não é um mal ser humano não. Só que ele tava desnorteado...’”.

C saiu de casa e as ameaças continuaram. Ela acabou recorrendo a polícia e tirou tudo o que pôde do ex-marido. Ela queria vê-lo apenas ‘com a roupa do corpo’ – “o quê ele merecia”. Mas, C não queria que o machucassem de jeito nenhum. Era apenas para ele ‘tomar um susto’, porque, afinal, ‘ele não é um mal ser humano’, só estava ‘desnorteado’. Talvez, tenha sido por isso que C tenha decidido voltar para ele, um ano depois. Dizendo-se, inclusive, muito feliz.

Entretanto, as histórias de violência não costumam ter desfechos tão felizes quanto no caso de C. Há casos com finais trágicos. S, sujeito 5, mais uma vez, nos conta:

“Pôxa, tem uma senhora, uma mãe de uma aluna minha, que foi esfaqueada neste campo aqui. Ela se separou, ele tava morando com outra mulher aqui. Ela foi levar a ordem, a comprovação... ela foi levar a ordem do juiz pra ele comparecer na audiência. No mesmo caminho ele esfaqueou ela, cinco horas da tarde. E ainda falou: - "Agora eu quero ver você continuar fazer valer seus direitos!". Quer dizer, as outras mulheres assistem isso, o quê que elas vão fazer? E as crianças ficam sem (inaudível). E logo depois, o próprio grupo de extermínio matou o pai. Taí, o menino Marcos, com essa idade, sem pai, nem mãe. Um morreu aqui, a mãe morreu aqui no campo e o pai morreu, parece que foi, uns seis meses depois...”.

Ao que parece, essas mulheres têm mais o que temer do que seria possível suportar. Ouvir um caso como este no noticiário, embora nos cause medo, nos mantém numa certa distância. Mas, o fato das coisas acontecerem dentro da própria comunidade e com pessoas conhecidas, nos parece motivo para pavor e paralisia.

Muitas mulheres parecem mesmo ‘paralisadas’ diante da violência – mantendo casamentos e situações violentas por muitos anos. Outras, até se separam, mas ‘paralisam’ na hora de lutar pelos seus direitos e de seus filhos, deixando isto de lado. Ainda que uma pensão alimentícia faça falta, elas correm atrás e dão um jeito de suprir as necessidades dos filhos sem ter que recorrer aos ex-maridos. Os homens, então, acabam, muitas vezes, livres de suas responsabilidades enquanto pais.

Não que o medo da violência seja a única explicação para isto, mas ele aparece, por exemplo, no discurso de G, sujeito 1. Assim, ela diz:

“Porque, às vezes, as pessoas falam assim: -"Ah não, porque o pai tem obrigação!". Ele sabe a obrigação dele. Não vai ser eu que vou fazer teste de DNA, e vou fazer isto, fazer aquilo outro, por causa de 50, 60, 100 reais. É muito esculacho por besteira! A gente vê muita notícia, acha que as coisas nunca vai acontecer com a gente. Pais que matam filho pra não dar pensão, mãe, ex-marido que mata mulher por causa disso. Então, eu quero paz na minha mente, sabe? Eu trabalho, eu sou perfeita, graças a Deus...”.

Neste sentido, a violência se torna um tema relevante na vida destas famílias. Influencia, em casos como o de G, que os pais fiquem livres, enquanto as mães – as chefes de família – arcam sozinhas com todas as dificuldades e responsabilidades de que falamos.

Assim, aumentam as chances destas famílias permanecerem pobres e do ciclo da pobreza se perpetuar – além de sua ‘feminização’, é claro. A violência contra a mulher também deixa de ser uma questão de gênero, para se constituir num grave problema social.

### **4.1.3. Mudanças, Permanências, Desafios e Perspectivas**

A incorporação permanente de novas práticas e valores a outros tradicionais faz parte do processo de modernização de nosso país, coexistindo, ao longo desse processo, o novo e o arcaico, mudanças e permanências. Com essas chefes de família não parece ser diferente: no seu discurso, observamos a coexistência do arcaico e do novo, ao lado de muitos planos e desafios.

Começamos, então, por G, sujeito 1, e sua opinião sobre a mudança do papel da mulher na família. Assim ela diz:

“Mudando... Eu acho que a mulher continua a mesma, só que ela tá crescendo. Tá evoluindo mais. Tá... sendo mais independente. Porque tudo que a mulher antiga, antes, fazia, nós fazemos agora, que é cuidar dos filhos, cuidar da casa, cuidar do marido, cuidar das roupas pra lavar, passar e cozinhar... só que nós, também, trabalhamos fora. Nós também debatemos, nós queremos o melhor pra gente, nós podemos, agora, discutir as situações e antes não poderíamos, não podíamos fazer isto. Não tínhamos nem condições de discutir isto, porque não tinha espaço. Agora, nós temos, entendeu?”.

A fala de G nos parece especialmente apropriada para iniciar este capítulo. Ela não acha que o papel da mulher esteja propriamente mudando, sendo melhor falar em crescimento, evolução... Isto porque tudo que a mulher ‘antiga’ fazia, as atuais continuam fazendo, mas têm surgido novas tarefas, como trabalhar fora. O trabalho reprodutivo aparece, neste contexto, como uma permanência fundamental – custando, à mulher uma longa e exaustiva dupla jornada de trabalho. Além disso, a mulher atual está mais independente e já pode, agora, debater e discutir situações em ‘espaços’, que antes não existiam.

Já MP, sujeito 3, não se constrange em falar das mudanças, que observa, em relação às mulheres:

“Ah, as mulher antigamente não tinha opinião própria, as mulher não lutava pelos direito dela, entendeu? Era muito oprimida, baixava a cabeça, ficava quietinha. O marido chegava falava, entendeu? Agora não. A mulher reclama mesmo. Ih, o marido agora tá chato, ela manda embora: ‘Vai embora que eu dou um jeito, eu crio meus filho, entendeu?’. Então eu acho que agora a mulher é mais batalhadora, muito bom”.

MP acredita que as mulheres sejam mais batalhadoras; lutam pelos seus direitos, reclamam, e não têm, sequer, medo de mandar o marido embora, caso ele esteja 'chato'. Neste caso, elas 'dão um jeito' de criar os filhos; elas se separam, não se divorciam, o que deixa os ex-maridos livres, inclusive, de sua obrigação de pais.

De qualquer forma, já é possível falar em separação, o quê para R, sujeito 2, é uma grande conquista:

“Antigamente, Deus me livre se você falasse em separação para a família. Agora, não. A mulher tá muito mais liberal. Trabalha, tem o dinheiro dela. Eu acho”.

Hoje, a mulher já fala em separação, ela “tá muito mais liberal” e, além disso, trabalha e ganha o dinheiro dela. Neste sentido, a própria R, sujeito 2, continua:

“Hoje, a mulher não depende mais do marido. Hoje a gente não precisa, a mulher tem marido se ela quiser, não é? (...) A mulher tendo o seu trabalho, ela não precisa. O homem é mais fácil, porque tem muitos que não tem preocupação com nada. Então, por isso que eu falo para botar um homem na minha casa, vai ficar difícil. Porque eu tenho a minha casa montadinha. E homem pobre é o que mais tem. Então que homem que não vai querer? Aqui não! Tá eu e a minha filha, a gente dorme, a gente sai. Tá sobrando um dinheirinho? Tá? Então vamos sair um pouco”.

R acredita que as mulheres não dependam mais do marido e que, por isso, só tem marido quem quer. Ela mesma acha que vai ser difícil botar um homem em casa – que está toda 'montadinha'. Afinal, 'homem pobre é o que mais tem', mas aí, ela não quer – 'prefere ficar sozinha'.

Apesar de todo este discurso, não dá para esquecer a descrição feita por R do que seria um 'homem ideal': aquele com um serviço e que não deixa faltar nada para a família. Neste caso, a mulher não precisaria trabalhar fora; ficaria em casa, cuidando do marido e fazendo 'cursinhos'. Mas, este é o ideal. E como a própria R disse, 'nem todos são assim'.

Talvez, a grande diferença, então, seja o fato das mulheres já não quererem um homem 'a qualquer preço'. Afinal, estas mulheres, apesar de toda

dificuldade, já se descobriram capazes de lutar sozinhas. Além disso, nem todas as idéias de relacionamento são com as de R.

Vejam, então, o que nos diz G, sujeito 1, sobre este assunto:

“Eu acho, é, é, é...não é só o homem, a mulher receber. O pessoal fala assim: -"O homem tem que te bancar". Não, não tem isso! Eu acho que não existe isto, o homem te bancar... Por quê? Porque vão pra cama junto? Tem relação? Te proporciona prazer, tanto você à ele, como ele à você. Por quê? Porque ele é homem tem que te bancar? Não, acho que não tem nada haver isto, entendeu? Eu acho que tudo é parceria”.

As idéias de G parecem ‘modernas’. Ela fala em parceria e não acredita nesta divisão de papéis por gênero que acaba atribuindo ao homem a tarefa de ‘bancar’ a mulher. Para G, isto não tem sentido, não tem justificativa. E para reforçar seus argumentos G inclui a questão da sexualidade: não é porque vão para a cama que o homem tem que bancar a mulher. Uma idéia que, talvez, fizesse sentido dentro de um paradigma em que a mulher deve proporcionar prazer ao homem – sendo o sexo, mais uma de suas obrigações... Mas, G inclui o prazer feminino não só como possibilidade, mas também com naturalidade. Numa relação sexual, o prazer não é apenas do homem – é mútuo.

As idéias ‘avançadas’ de G, aquecem a discussão e servem de incentivo para a inclusão de temas polêmicos, como o aborto.

Deixemos, então, que a própria G, sujeito 1, comece falando:

“Não sou contra (pausa). Às vezes, tem pessoas que... pega uma gravidez, não é desejada. Às vezes, por não tomar remédio. Não pode, tem muitas mulheres que não tomam, não conseguem - realmente faz muito mal, aquilo é muito ruim. Se bota um DIU prejudica mais ainda, não tem como evitar, né? Não sou contra, não sou contra o aborto”.

G não é contra o aborto, mas sua justificativa passa pela idéia de que a pílula anticoncepcional – ‘o remédio’ – ‘faz muito mal’ e ‘é muito ruim’. Segundo G, o DIU é pior, então, ‘não tem como evitar’. Assim, G se posiciona ‘a favor’ de um tema polêmico e controverso, mas se mostra ‘contra’ os métodos contraceptivos – supostamente, grandes ‘aliados’ das mulheres.

A opinião de MP, sujeito 3, também é curiosa:

“Não sou a favor do aborto. Não sou a favor, nem contra, entendeu? Quando a minha filha se engravidou eu fui a primeira a falar: -‘Não tira, entendeu? Não tira porque você tem tudo pra poder não pegar gravidez, agora’. Na minha época, minha mãe não ensinou nada, entendeu? Então, eu me engravidei. Aí, então, quer dizer, naquela época, tudo bem, não existia, a gente não podia ir comprar uma camisinha, um anticoncepcional e mamãe não ensinava as coisas, que mamãe foi criada em colégio de freira, aquele tabu danado, entendeu? Aí, quer dizer, aí, minha filha ficou grávida: -‘Ah, porque tua filha tá grávida!’ -‘Tá? Vai ficar!’ Ué, tanta coisa pra prevenir. Não quis arrumar? Agora, vai segurar! Não ajudo! Pelo menos, eu sei que aquilo ali, é nove meses sem ela arrumar outro pra fazer aborto (ri). Entendeu? Porque faz um aborto hoje, aí chega daqui a três meses, quatro meses, faz outro aborto. Aí, quer dizer, o quê que eu tô, eu tô ajudando a ela a acabar com vida dela mesma, tô incentivando... Então, ela não tem doença. -‘Arrumou? Assume!’ Eu falei pra ela, pra todas as duas: -‘Arrumaram? Então, vão assumir os filhos de vocês!’ Ajudar a fazer? Não, eu não ajudo! Não sou contra. Sou contra na minha, nas minhas filhas, na minha família. Não aceito!”.

MP começa dizendo que não é a favor do aborto. Depois, afirma não ser, também, ‘contra’, e acaba contando que não deixou a filha ‘tirar’. Hoje, há muitos recursos para não engravidar e as mulheres os conhecem, segundo afirma. Não é como antes, que as mães “não ensinavam, não conversavam”... Os argumentos de MP apelam para os avanços em relação a sexualidade, não é mais um tabu – é possível conversar, se informar e até entrar numa farmácia e comprar camisinha, pílula... Há muitas coisas para prevenir! Então, se a filha ficou grávida, ela tem que arcar com as conseqüências, não tem desculpa! Além disso, MP diz que estar grávida é um garantia de que, por nove meses, não haverá outra gravidez – para ter que ‘tirar’ de novo. Este, para ela, é um grande problema: os abortos sucessivos, que acabam com a vida da mulher. Então, MP não incentiva, não ajuda e não aceita! Não que ela seja contra, mas na família dela não!

Outro tema importante é a vinculação da mulher com a política. Neste sentido, as mulheres parecem unânimes em valorizar seu voto, mostrando-se conscientes de sua importância, chegando a expor idéias e projetos interessantes para melhoria de suas condições de vida e as de outras mulheres. Mas, que não peçam para elas entrarem, ‘formalmente,’ na política. Serem candidatas, aí não!

Mas, vejamos, então, o que elas podem nos falar a respeito. Começemos por G, sujeito1, e sua opinião sobre o voto da mulher:

“A princípio nós somos maioria, a maioria. Tamos tomando um espaço inexplicável no planeta, né? Hoje em dia a mulher tem consciência do que é aquilo que ela quer, que é necessário pra ela, pros filhos, entendeu? Não vou nem falar de marido não, porque isso aí, a gente tá mudando muito de marido ultimamente, entendeu? Até a gente achar a pessoa certa, quebra muito a cabeça. Mas eu acho assim, em prol de nós mesmos, dos nossos filhos, não, eu vou votar em tal pessoa porque fez isso, isso, assim, assim, assado, ou eu conheço o trabalho daquela pessoa, você tem que ter um entendimento daquilo, né? Do teu candidato”.

A maternidade é mesmo uma questão central. Para G a mulher sabe o que é necessário à ela e aos filhos, e daí a importância do seu voto. Marido não entra no argumento, porque a rotatividade é grande: ‘a gente tá mudando muito de marido ultimamente’. Mas, em prol da própria mulher e de seus filhos, é importante que ela saiba em quem votar. Neste sentido, é a própria G, sujeito 1, que continua:

“Então, a gente tem que conhecer a história do candidato para nós podermos votar. Há uns assim: -“Ah, porque o cara é bom”. Não, não é assim, vamos ver o que ele vai fazer, perante a sociedade. Não é só pra mim. Não adianta trazer um caminhão de barro, ou me dar uma dentadura, ou me dar uma coisa que ele é bonzinho pra mim, entendeu? Eu quero ver o que ele vai fazer pela minha comunidade, não importa eu ter e o restante das pessoas não ter, entendeu? Então, a gente tem que ter conhecimento de causa e do efeito que aquela votação, que aquele voto que eu vou dar pra aquela pessoa, vai fazer pra minha comunidade. Então, eu acho que é importante o voto da mulher porque nós somos maioria, e nós, só que nós temos que conhecer o trabalho das mulheres que são candidatas. São poucas. Independente de partido. Acho que tem que conhecer o trabalho delas, o que elas já fizeram e o que elas vão fazer futuramente, qual é a proposta”.

G fala, então, de uma questão importante: ‘a compra dos votos’. Para ela o voto não pode ser definido por uma questão de ajuda pessoal. Não é porque o candidato deu um ‘caminhão de barro ou uma dentadura’ que a pessoa deve votar nele. Para G, não adianta ela ter, e os outros não. É preciso pensar em toda a comunidade, saber o que cada candidato pode fazer por todos, qual a sua história. Neste sentido, também é importante estar atenta às candidatas mulheres – que são poucas – utilizando, nestes casos, o mesmo critério: saber o que elas já fizeram e o que pretendem fazer, independente de que partido sejam.

Já S, sujeito 5, aponta vantagens de uma mulher entrar na política:

“Mulher, eu acho que a mulher tinha que entrar, porque tem poucas mulheres, entendeu? Tem poucas mulheres. Porque eu acho que a mulher não ia se perder igual ao homem. O homem ele entra aí, esquece tudo. E eu acho que a mulher, sendo mãe, uma mãe não esquece dum filho. Igual pra mim, estas crianças aqui é como se fossem meus filhos, eu acho que jamais, jamais eu vou sentar num lugar, ter uma posição e não em lembrar deles”.

A fala de S se refere ao fato de, ainda, haver poucas mulheres na política. Ela acredita que as mulheres não iam ‘se perder’ igual aos homens, porque elas são mães – mais uma vez a maternidade! – e uma ‘mãe não esquece de um filho’ – como ela também jamais esqueceria das crianças da comunidade, ainda que algum dia viesse a ‘ter uma posição’. Ainda assim, S não gostaria de entrar na política – isso ‘não é para ela’.

Apesar destas mulheres não terem o desejo ou não se imaginarem ocupando um lugar ‘formal’ dentro da política – um espaço tradicionalmente associado aos homens – elas estão atentas, sabendo das necessidades de sua comunidade e com grandes planos e ‘projetos de lei’ – o que também nos impulsiona a repensar o sentido de participação política:

“(…) nas camadas populares são as mulheres que dirigem os clubes de mães, as associações de moradores e associações comunitárias em geral. Esta constatação remete para a necessidade de relativizar o sentido de inserção política, na perspectiva dos diferentes significados deste termo”<sup>238</sup>.

Isto nos remete à questão da luta das mulheres pela satisfação das ‘necessidades básicas’<sup>239</sup> – suas, de sua família e comunidade – em locais que parecem ter sido esquecidos pelo poder público. A partir daí, há uma articulação feminina com os trabalhos comunitários, num processo ao qual chamamos

---

<sup>238</sup> Barsted (1995: 153).

<sup>239</sup> As necessidades básicas seriam aquelas ligadas as más condições de vida e às dificuldades mais concretas e imediatas do dia-a-dia: comida, água encanada, esgoto etc.

‘*maternidade estendida*’ – em que os ‘cuidados’ dispensados aos filhos são ampliados à comunidade<sup>240</sup>.

Assim, se por um lado a mulher acaba num lugar, que a vincula com a esfera pública, é preciso frisar que o ponto de partida costuma ser a luta pela satisfação de ‘necessidades básicas’ e não das ‘estratégicas’<sup>241</sup> – onde se incluiria aspectos e práticas relevantes para a tão falada equidade entre os gêneros, ou mesmo aquelas em que, ao gênero, somam-se maior equidade entre classes e raças.

Vejamos, então, de que ‘necessidades’ nos falam estas chefes de família: o que elas gostariam de ver alterado em suas comunidades. É MP, sujeito 3, quem fala primeiro:

“Ah, de diferente aqui, eu queria que tivesse uma praça com brinquedo pras criança brincar, porque dinheiro não tem, então não dá pra todo final de semana levar as crianças num parque, porque não é um, é muitos, entendeu? Aí, tinha que ter uma praça grande com bastante brinquedo, pra botar as crianças pra brincar. Diferente. Porque o meu negócio é as criança, porque tem lugar pras criança, a gente tá bem! Aí, é, as criança, um parque...”

MP se preocupa com a questão do lazer – ou a falta dele. Trata-se de uma questão séria vinculada com a limitação dos recursos financeiros: se a jornada destas mulheres é longa, o dinheiro curto e o lazer praticamente não existindo. Elas gostam de alguns programas, mas, só dá para ir, quando sobra algum dinheiro – o que é muito raro. Mas, MP se preocupa é com as crianças e assim, é a própria MP, sujeito 3, quem diz o que gostaria de fazer se ‘sobrasse um dinheirinho’:

“Ah, eu queria pegar estes meus filho e ir pra um teatro, um, sabe? Levar eles lá pra baixo, ver coisa bonita! Sabe? Coisa bonita! Ih, lá pela cidade, lá pra Copacabana, agente vê coisa bonita, coisa diferente, que eles não tão acostumado ver. Então, eu queria levar eles pra poder passear, ir pro aeroporto, sabe,

---

<sup>240</sup> Nos remetendo, mais uma vez, á ‘ética da solicitude’ e a sua ligação com a *maternagem* e com a esfera privada – ampliada à rede de apoio local, que costuma compartilhar das dificuldades do dia-a-dia.

<sup>241</sup> As necessidades estratégicas dizem respeito a questões menos imediatas: como educação, capacitação etc - até para ser possível se dar conta da opressão e poder buscar transformá-la. Mas, em locais onde o poder público não chega – ou chega de forma muito tímida e insuficiente, há inúmeras questões práticas que se sobrepõem e é, justamente, a luta pelo básico que acaba ‘impulsionando’ as mulheres ao trabalho comunitário, mas, a partir daí, algumas necessidades estratégicas, vão sendo, gradativamente, incorporadas ao seu discurso. Para maiores detalhes a respeito ver “Mulheres fora do lugar” (1999).

levar eles pra estes lugar assim que eles nem imagina, entendeu?  
Ter para eles poder ver”.

MP queria ter condições financeiras de levar os filhos para ver coisas ‘bonitas’, coisas que eles ‘nem imaginam’. Ir a um teatro, ao aeroporto, a Copacabana, enfim. Mas, o dinheiro não dá, então, se tivesse uma pracinha tranqüila por lá, MP já ficaria feliz.

Já R, sujeito 2, nos fala de outras necessidades da comunidade:

“Aqui perto eu queria um bom hospital. Um bom, porque não tem. Um banco, que a gente não temos. E ajudar bastante assim, a mãe que não tem, que não trabalha, que tem muito filho. E aqui merece um bom hospital. Porque tem muita gente que não tem condições de fazer um exame. Você vai para o posto e tá aquela fila enorme”.

R queria um hospital porque não tem, um banco e poder ajudar as mulheres, que não trabalham, mas com muitos filhos para criar.

G, sujeito 1, também queria um hospital e áreas de lazer. S, sujeito 5, e C, sujeito 4, gostariam de mais creches, para as crianças.

Assim, diante de tantas demandas importantes, resolvemos, a despeito da indisponibilidade destas mulheres de sugerir-lhes uma participação formal na política, pensando, por exemplo, numa lei que gostariam de ver em vigor no dia seguinte.

A primeira idéia vem de G, sujeito 1 – que vai além das necessidades básicas e mais concretas do dia-a-dia, passando a incluir algumas questões mais estratégicas. Ela diz:

“Olha...era uma lei que obrigava todo mundo a estudar. É obrigatório! Quem não estudar, vai preso! (...) Olha, sinceramente, eu ia fazer o seguinte: eu ia tentar fazer um, montar um projeto, em que as mães, a mulherada em geral pudessem estudar, se capacitar, tenderia fazer uma escola técnica tanto pras mães e pros filhos, entendeu? Minha proposta seria esta; pra capacitar. Não têm, as mulheres daqui não têm capacitação, não têm estudo. Ia começar até mesmo no jardim, entendeu? É...tentaria montar uma creche ou uma escola, uma coisa assim pra elas trabalharem, entendeu? Tanto a parte pra elas estudarem e se capacitarem como até mesmo um jeito pra elas trabalharem aqui dentro do município”.

A lei proposta por G, ainda que pareça radical – “quem não estudar vai preso!” – está ligada a uma grande dificuldade daquelas mulheres: a falta de escolaridade e de capacitação, além da dificuldade de arranjar emprego. Assim, no projeto de G, as mulheres “estudariam e trabalhariam”. O projeto contaria ainda com uma creche, combatendo vários problemas, tais como falta de estudo, emprego e creche.

Outra ‘proposta de lei’ curiosa vem de MP, sujeito 3:

“Uhm! Uma lei boa, lei boa.... (pausa) É botar as mulher pra trabalhar mesmo. Uma lei pra elas, não é exigir, cobrar delas trabalhar não, mas era arrumar alguma coisa pra elas...Por exemplo, as mulher que não trabalham, fazer com que os marido, então, pagar um INPS pra elas, entendeu? Pra amanhã ou depois, elas se aposentar em casa e ter o dinheirinho delas. Porque muitas, o marido trabalha de biscate, né? Aí, o marido pega e vai embora e larga a mulher. Aí, quer dizer, ela não tem, ela nunca trabalhou, aí, ela não tem como sair daquilo ali pra arrumar um dinheiro, pra arrumar um serviço, não tem como, entendeu? Então, tinha que fazer assim: casou? Casou hoje, né? Então tá. Um ano, pagando INPS, entendeu? Nem que fosse uma mixaria , mas pagasse aquilo ali, enquanto o marido tivesse com ela. O dia que o marido fosse embora, largasse ela, arrumasse outra mulher, ela recebia aquele pecúlio, entendeu? Porque muitas tem, casa, aí, pronto, fica só dentro de casa: ‘Ah, meu marido, meu filho, meu marido, meu filho’. Aí o marido vai, elas não se cuida, se deixa jogada, não se atualiza, aí vive só uma Amélia na vida, só pros filho e o marido. Aí, o marido vai, arruma outra bonitinha, dá um chute nela, aí ela fica em casa com um bando de criancinha pequena. O marido não ajuda com nada, vai ficar pedindo na porta de um, na porta de outro, entendeu? Então, uma lei era essa: Pagar um INPS no dia do casamento. Casou? Vem o carnê...”.

A lei proposta por MP, além de criativa, é bastante reveladora. Algumas questões são familiares, como aquelas ligadas à relação das mulheres com o mundo do trabalho produtivo – que é intermediada e, algumas vezes, até interrompida pelo casamento. Outras, embora conhecidas, ainda não haviam surgido aqui: é o caso, por exemplo, do que Salem<sup>242</sup> chama de ‘experiência de abandono’ – que as mulheres experimentariam quase como um destino inevitável. Assim, MP diz: –“ O dia que o marido fosse embora, largasse ela, arrumasse outra mulher...”, como se o abandono fosse, mais cedo ou mais tarde, acontecer. Além disso, ao mesmo tempo em que MP parece criticar a posição das mulheres que só

---

<sup>242</sup> Salem (1980).

ficam em casa, como 'Amélias', vivendo só para os filhos e o marido, ela também critica o fato das mulheres não se cuidarem, não se atualizarem e viverem 'jogadas'. A partir daí, o marido arrumar outra 'bonitinha' e dar um 'chute' nelas, seria conseqüência do 'desleixo' das próprias mulheres 'abandonadas' – um desfecho visto com naturalidade. Ainda assim, MP gostaria de 'proteger' estas mulheres, fazendo com que seus maridos pagassem um 'carnê' para que elas pudessem se aposentar em casa, tendo o 'dinheirinho delas'. Neste caso, quando o marido fosse embora, elas não precisariam ficar batendo 'na porta de um e de outro' para pedir nada. "Casou, paga carnê"...

MP nos remete ao 'ciclo da pobreza' – que passa pela falta de um trabalho produtivo, pelo abandono do marido, pela mulher assumir o lugar de chefe de família, pela queda do padrão de vida de toda a família, enfim...

Mas, com 'valores patriarcais' internalizados, MP condena e absolve, simultaneamente, as mulheres, e acaba sugerindo uma 'saída' que as deixa, ainda, numa posição de dependência e subordinação em relação ao homem.

Entretanto, como '*valores modernos*' também vão sendo incorporados, MP, sujeito 3, acaba desenvolvendo mais as suas idéias, explicando as intenções do seu 'projeto de lei':

"A elas ser mais independente. Ajudar, a cada vez mais, ser independente. Ajudar as mulher: todas as mulher tem obrigação de estudar e arrumar um serviço! Nada porque arrumou filho, nada de ficar dentro de casa. Vamo lutar! Trabalhar! Arregaçar as manga e ir pra fora! Porque o rico sai pra trabalhar, por que a mulher pobre ganha neném, pra ficar dentro de casa? Não, tem que trabalhar! Se não, se elas não trabalhar, elas vão ficar cada dia mais lá em baixo, entendeu? E os homens só pisando nelas".

Assim, em tom de convocação, MP questiona o fato das mulheres pobres terem filho e ficarem em casa, enquanto as 'ricas' saem para trabalhar. Só não é possível esquecer que as mulheres das camadas médias e altas costumam ter mais oportunidades de se escolarizar, arrumar um bom emprego – com melhores remunerações e condições de trabalho – contando ainda, em muitos casos, com ajuda de babás e empregadas no sentido de amenizar os efeitos de sua dupla jornada de trabalho. Enfim, são muitas as variáveis que tornam ainda maior o desafio lançado pelas palavras de MP, e reforçados pelas de G, sujeito 1:

“Não abaixa a cabeça pra ninguém, não tenha vergonha da pessoa que você é. Porque a gente é pobre, a gente mora na baixada e a gente vai se... Não! A gente tem que aprender a lutar, entendeu? Pela gente! Eu vou querer, eu vou conseguir, eu vou lutar por isso. Eu porque me doía ver as meninas assim, toda apagadinha, porque era aquele serviçinho, porque tava difícil, é difícil, entendeu? Então, a gente tem que se dar valor. Se você não se der valor, ninguém vai te dar, entendeu?”

Que as palavras e vida destas mulheres possam ecoar como desafios e abrir perspectivas de um futuro melhor, onde a pobreza possa, enfim, deixar de ser tão ‘feminina’.

## 4.2. *Discutindo os resultados*

O curioso, ao se chegar ao fim desta análise, é o indício de que há fortes correlações e até mesmo contradições entre as categorias apresentadas. É como se o sistema de categorias fosse um grande esforço em organizar idéias, muitas vezes, ambíguas e repetitivas.

Assim, muitas questões acabam indo muito além das fronteiras de suas categorias, conectando-se – pela semelhança ou pela diferença – com idéias colocadas em outras categorias. A imagem, então, é de uma grande rede, em que cada idéia representa um nó, surgindo diversos caminhos alternativos a serem percorridos entre um nó e outro.

Além disso, a indicação de uma categoria de ‘mudanças e permanências’ está ligada ao propósito de se destacar e evidenciar a questão da coexistência de aspectos inovadores e conservadores no discurso das mulheres. Ao final é possível perceber o caráter ubíquo das identidades e discursos atravessando, de alguma forma, as demais categorias.

Neste sentido, uma outra ‘jornada’ acabou tendo início: uma re-leitura de toda a análise feita, a fim de descobrir padrões, conexões e contradições que pudessem indicar uma discussão mais interligada das categorias e seus resultados.

As respostas foram re-agrupadas em conjuntos de categorias, utilizando-se um programa de análise qualitativa<sup>243</sup>.

---

<sup>243</sup> Como aliado para esta empreitada, um programa para tratamento e análise de dados qualitativos, que está sendo testado atualmente em nossas pesquisas com imagens, no Laboratório de Imagens do Programa EICOS, foi utilizado. O programa denominado ATLAS.ti foi desenvolvido sob a direção de Thomas Mühr, Scientific Software Development, Berlin, 1997. O programa foi desenvolvido de forma a constituir o que o autor chama de “unidades hermenêuticas”. As HU, que na prática, são textos categorizados, a partir do material coletado (inclusive imagens, se for o caso) e que vão ser trabalhados dentro dos princípios de análise “booleana”, ou seja, da “lógica simbólica”, desenvolvido por George Boole, matemático e lógico do século XIX. A utilização da “lógica booleana” em ciências sociais é descrita por Beck em *“Les ficelles du métier”*, já citado. Para nós, esse programa que possibilita a recuperação de imagens e de textos, permitindo a sua categorização, abre uma importante perspectiva no trabalho que estamos desenvolvendo no Laboratório de Imagens. A filmagem realizada em vídeo de nossas entrevistas será objeto futuro de uma análise nestes moldes. Por enquanto, a utilização do programa centrou-se na recuperação das categorias por mim estabelecidas. A partir daí, foi possível fazer todo tipo de pergunta: o quê o sujeito 1, por exemplo, fala sobre casamento e rompimento? O quê o sujeito 5 fala sobre ser chefe de família? E assim, por diante. Neste contexto, foi possível perceber algumas questões interessantes, tanto no que se refere aos sujeitos, quanto às categorias. Em primeiro lugar, fica clara uma preponderância de G, sujeito 1, em relação ao número de citações.

Na tentativa de refletir sobre os motivos de um maior número de inserções de G, sujeito 1, vão se evidenciando diferenças e especificidades existentes entre as cinco mulheres entrevistadas – a despeito da situação sócio-econômica frágil compartilhada por todas.

G, sujeito1, por exemplo, foi quem mais estudou, tanto no que se refere à educação formal – em que ‘empata’ com S, sujeito 5, quanto aos cursos técnicos e as inúmeras capacitações de que participou. Estas últimas merecem destaque pela ligação com o trabalho de G no centro comunitário – que a vincula diretamente à vida e ao poder público e à preparação para atuar como ‘multiplicadora’ em sua comunidade.

Assim, o lugar de G, é muito especial, pois ela fica exposta e circula por vários ‘mundos’, tendo acesso mais evidente e imediato a informações, e ao que poderíamos chamar ‘novas’ idéias e valores<sup>244</sup>. Não é mera coincidência o fato de G, valorizar a educação formal e apresente contradições<sup>245</sup> típicas de quem conjuga tanta diferença<sup>246</sup>.

Outras questões sugeridas por esta fase de re-leitura do material, apontam no sentido de novas – e múltiplas – análises e articulações possíveis, dentre as quais uma pareceu mais interessante e eficiente aos propósitos deste estudo. Trata-se de um agrupamento de todas as categorias e subcategorias em três grandes blocos: *Chefia feminina e solidariedade* – compreendendo a definição de chefia feminina, as principais dificuldades que enfrentam e as estratégias de sobrevivência; *Casamento e trabalho cotidiano* – onde entram as questões

---

<sup>244</sup> Algumas vezes, escutando ou relendo as palavras de G – e de algumas outras em condição mais parecida a sua, chego a ter a sensação de uma espécie de ‘obrigação’ ou, um extremo ‘esforço’ em parecer ‘moderna’ e ‘independente’, o que associo com o fato desta ser a ‘fórmula’ atribuída às mulheres das camadas médias – tradicionalmente as grandes produtoras de ‘valores e comportamentos’. Assim, a ‘re-leitura’ feita por G e suas companheiras da necessidade de emancipação da mulher, poderia acontecer no sentido de terem que adequar a isto – sendo guerreiras e independentes, não precisando pedir nada para ninguém etc.

<sup>245</sup> Neste sentido, cabe ainda uma informação: num contato telefônico recente com o centro comunitário, G atualiza as novidades de sua vida; passou no vestibular – para informática, pois não tinha serviço social na faculdade mais perto de sua casa, e voltou a se casar – ou melhor, está, novamente, morando junto com o pai da sua filha, aquele que tinha ido embora sem nem conhecer a filha. Ela dizia que ele pediu desculpas e que ela, então, resolveu tentar – que junto com um ‘companheiro’ – e ele estava se esforçando para isso – era mais fácil, que já não era tanta coisa para ela sozinha etc.

<sup>246</sup> Quanto à minha implicação, acredito ter ligação com a questão do estudo. Esta causa admiração, pois ao mesmo tempo que G incorpora – e briga – pela idéia da educação como necessidade e demanda – de um mercado cada vez mais competitivo e restritivo, ela vive num contexto de muita pobreza – com todas as dificuldades que isto implica para o acesso à esta educação e ao mercado de trabalho. Além disso, como pesquisadora, fico intrigada com a ‘pluralidade’ de G, que a torna interessante e bastante ambígua.

apresentadas na categoria ‘cotidiano e trabalho feminino’ e aquelas presentes na subcategoria ‘percepções sobre o casamento – e os motivos de seu rompimento’; e, por fim, *Rupturas: família e gênero* – onde entram questões sobre a definição da chefia feminina, família e gênero e as ‘mudanças, permanências, desafios e perspectivas’.

A análise do primeiro grande bloco: ‘*chefia feminina e solidariedade*’ sugere, por exemplo, que a definição de chefia de família se confunde com as próprias dificuldades enfrentadas por estas mulheres enquanto chefes de família. Ou seja, as múltiplas dificuldades e responsabilidades acabam sintetizando – ou definindo – o que é ser chefe de família, numa clara associação – ou mistura – entre estas duas subcategorias.

Já a solidariedade aparece como principal ‘estratégia’ no sentido de lidar com a situação de ser a chefe da família – e todas as questões aí surgidas, de modo que a categoria das ‘estratégias de sobrevivência’ é uma espécie de conseqüência das duas primeiras – portanto, ‘subordinada’ a elas.

Neste sentido, a ‘lógica da solidariedade’ de que falava Bilac<sup>247</sup>, parece realmente adequada para falar da dinâmica destas famílias, não no sentido de harmonia interna entre os membros, mas, numa espécie de ‘interdependência’ entre eles, e numa relação destas famílias com o meio – desfavorável – em que vivem.

Colocada desta forma, esta questão nos remete direto ao Brasil Colonial e a Del Priore<sup>248</sup>, que apontava a existência, já naqueles dias, de mulheres chefes de família e a solidariedade existente entre elas. Lá, o fio que costurava a existência feminina eram os filhos – assim como aqui, e as dificuldades de criá-los sozinhas reforçava o que esta autora chamou “solidariedade de gênero”<sup>249</sup>.

Assim, vemos que algumas situações – como as mulheres chefes de família e as práticas solidárias – não são tão novas quanto parecem. O que também não quer dizer que não haja, neste caminho, algumas atualizações.

---

<sup>247</sup> Bilac (1995).

<sup>248</sup> Del Priore (1995).

<sup>249</sup> O que, mais uma vez, nos remete para as ‘maternalistas’ e sua ‘ética da solicitude’ que regeria as famílias.

A 'lógica da solidariedade', por exemplo, não pode mais ser colocada em oposição à 'lógica do individualismo'<sup>250</sup> – que marcaria as camadas médias, estando ligada à incorporação dos valores individualistas modernos. Na verdade, estas duas lógicas, a princípio antagônicas, parecem coexistir, regendo, simultaneamente, a vida destas chefes de família. Tal situação surge como resultado da articulação da 'vontade' (e/ou 'demanda') de serem 'modernas' e 'independentes', com a necessidade de sobreviver em condições adversas.

Este conflito vai se evidenciando no nosso segundo grande bloco: *casamento e trabalho cotidiano*. Aqui, o trabalho, também, aparece como consequência das dificuldades que elas vivem – ou viveram: desemprego ou 'omissão' do marido, morte do pai, ou até a necessidade de proverem o lar por se tratar de famílias monoparentais. Neste sentido, o trabalho não aparece como um projeto pessoal, mas como necessidade, ou uma contingência.

Além disso, também há a questão da falta de profissionalização e de bons empregos e o conflito por não terem com quem deixar os filhos – tudo na linha do que nos dizia Bilac<sup>251</sup>.

Assim, se por um lado, o trabalho aparece ligado às dificuldades enfrentadas por estas mulheres, ele, também, pode ser entendido como uma grande dificuldade – tendo que se articular à (categoria) solidariedade para ser viabilizado – como no caso de com que deixar as crianças, por exemplo.

Também aparece aqui a questão dos preconceitos dentro do mercado de trabalho como os salários inferiores aos dos homens<sup>252</sup>, a divisão do mercado de trabalho em guetos masculinos e femininos – onde inclusive se percebe a questão da '*maternidade estendida*'<sup>253</sup>, com a vontade e o 'jeito' da mulher para ajudar as pessoas e se sentir 'recompensada' por isso.

Mas, tudo isto, que cabe na categoria trabalho, fica subordinado à categoria casamento. Conforme D'Ávila Neto<sup>254</sup> já apontava, ainda parece permanecer um

---

<sup>250</sup> Bilac (1995).

<sup>251</sup> Bilac (1995). Apenas não podemos afirmar as diferenças que haveria entre este contingente da população e as camadas médias, que não foi nosso objeto de estudo.

<sup>252</sup> Conforme nos dizia Castells (1999), Bruschini (1990) entre outros.

<sup>253</sup> A este respeito ver 'mulheres fora do lugar' (1999).

<sup>254</sup> D'Ávila Neto (1994).

grande ‘preconceito’ em relação ao trabalho da mulher casada. E, assim, algumas delas chegam a enunciar a situação ideal: em que elas ficariam em casa e os maridos seriam bons e responsáveis provedores – a mais tradicional divisão de trabalho e de espaço (público e privado), na concepção de Rosaldo e Lamphere<sup>255</sup> e também de um modelo de família nuclear. Enquanto outras, apesar de confirmarem que grande parte das mulheres casadas de sua comunidade permanece no lar – como donas-de-casa, criticam esta situação.

Esta crítica aparece ligada às dificuldades advindas no momento em que as mulheres se vêem sem marido ou companheiro – e, muitas vezes, sem pensão alimentícia, nem tampouco experiência profissional – com filhos para sustentar. Neste ponto, retomamos Salem<sup>256</sup> e sua indicação do que para estas mulheres é uma ‘inevitável’ experiência de ‘abandono’ – em que os maridos as trocam por outra, somem ou saem de casa. Cabendo ainda destacar a estimativa de Goldani<sup>257</sup> de que as mulheres passem mais de onze anos da vida adulta na condição de mãe, sem cônjuge e com filhos – média que, segundo a autora, é ainda superior entre pobres e pretas.

Em relação ao casamento, percebe-se ainda uma influência da família nuclear moderna no que diz respeito ao amor romântico<sup>258</sup> – pelo qual vale a pena lutar – embora seja o mesmo limitado por questões de ordem prática, que as levam a se desfazer de uniões insatisfatórias: violência, bebida, omissão etc. Foi o que aconteceu com quase todas as entrevistadas, embora, elas mesmas dissessem, concordando com Vaitsman, que o mais comum é que “o homem ‘largue’ a mulher após arranjar outra”<sup>259</sup>.

Esta questão nos remete ao nosso terceiro e último grande bloco: ‘rupturas: família e gênero’. Aí encontramos das tradicionais dicotomias até algumas rupturas.

Começamos então, pela centralidade do ‘ser mãe’ na construção da identidade destas mulheres, e pela conseqüente associação da mulher à natureza

---

<sup>255</sup> Rosaldo e Lamphere (1979).

<sup>256</sup> Salem (1980).

<sup>257</sup> Goldani (1994).

<sup>258</sup> Fonseca (1995).

<sup>259</sup> Vaitsman (1997: 316).

– justificada pelo ‘dom’ de gerar a vida, ou pela maternidade, que se confunde com a ‘obrigação’ de cuidar e de criar os filhos, ou a maternagem, como nos apontava Chodorow<sup>260</sup>.

Neste sentido, há uma divisão bastante tradicional entre feminino x masculino; natureza x cultura; dicotomias que, segundo Ortner<sup>261</sup>, se associam de maneira quase universal, numa tendência que D’Ávila Neto<sup>262</sup> apontava como extremamente ‘simplificadora’.

Até mesmo quando se fala da inserção da mulher na política – o que poderia ser uma importante ‘transgressão’ destas dicotomias, a relação da mulher com a natureza é resgatada. Afinal, é pela ‘natureza de mãe’ que a mulher cumpriria um papel importante na política, pois como mãe, ela ‘não esquece um filho’. E, então, apesar destas mulheres acharem importante a participação feminina na tomada de decisão e de poder – também ‘só uma mulher sabe o é melhor para ela e para os filhos’ ou ‘o quê eles realmente precisam’. Nenhuma gostaria de se aventurar nesta esfera ‘tão masculina’ – a menos que alguém dissesse que ‘precisa muito delas’, aí, sua ‘*maternidade estendida*’ poderia impulsioná-las a ‘ajudar’.

De qualquer forma, ao lado destes fortes indícios de permanências, algumas mudanças também começam a ser apontadas. A desconfiança inicial de que a simples presença de um homem em casa fosse motivo suficiente para indicá-lo como chefe da família – camuflando o número de famílias chefiadas por mulheres, que poderia ser ainda maior – não se confirmou. Ao contrário, as respostas indicam que a chefia feminina da família pode ser configurada – e apontada pelas mulheres – ainda que casadas – o que aconteceu com duas de nossas entrevistadas<sup>263</sup>.

---

<sup>260</sup> Chodorow (1978a).

<sup>261</sup> Ortner, Sherry B. (1974). Is female to male as nature is to culture? In Rosaldo, M. e Lamphere, L. (org.). *Women, Culture and Society*. Stanford: University Press.

<sup>262</sup> D’Ávila Neto (1995).

<sup>263</sup> É verdade que os homens – os maridos – não estavam presentes na entrevistas, e não temos como afirmar que nossas entrevistadas manteriam as respostas na frente deles – situação que pode ocorrer nas pesquisas censitárias. Mas, por outro lado, suas respostas podem ser influenciadas pela ‘desmistificação’ da chefia feminina de família através da exposição e da crescente representação que estas famílias vêm tendo, também, entre as camadas médias da sociedade.

Outro fator significativo é a descoberta da ‘autonomia’ por parte destas mulheres. Ainda que isto tenha ocorrido por condições adversas, e ainda que ‘independência’ possa, como nos dizia Vaitsman<sup>264</sup>, adquirir significados diversos para as mulheres de baixa renda, o fato é que a chefia feminina parece ser uma situação que acaba desafiando a ‘tradicional fragilidade feminina’. É claro que, por si só, isto não basta, como tão bem nos mostrou Salem<sup>265</sup>, e as mulheres por elas entrevistadas – ainda que isso tenha sido há duas décadas atrás.

Mas, o fato é que, ainda que ‘preferissem’ ter um companheiro para ajudá-las (as que não o têm) e que o mesmo fosse responsável – não deixando faltar nada em casa – estas mulheres se ‘descobriram capazes’ e, a partir daí, já não parecem querer manter um casamento, ‘a qualquer preço’.

Assim, já não é mais possível tentar classificá-las a partir de construções binárias, como tradicionais ou modernos, arcaicos ou inovadores. Na verdade, elas se mostram bastante ‘híbridas’ – como a cultura brasileira, apontando o fato de que as categorias dualistas se tornam cada vez mais inadequadas para se falar da complexidade e da heterogeneidade da sociedade contemporânea – bem como das identidades e relações sociais que aí se inscrevem.

---

<sup>264</sup> Segundo Vaitsman, ‘mais do que o controle sobre o próprio corpo’, a independência pode significar ‘livrar-se de um marido alcoólatra ou violento’, ‘comprar as coisas desejadas sem precisar do dinheiro do marido que já é curto’, ou então, ‘sustentar a família sem a contribuição de um pai ausente’, questões encontradas também entre as mulheres por nós entrevistadas. Vaitsman (1997:316).

<sup>265</sup> Salem (1980).

## **5. Considerações Finais**

A busca de uma aproximação maior com o universo da chefia feminina de família de classes desfavorecidas do meio urbano parece-nos concretizada.

Até aqui, foi possível entender, antes de tudo, que tipo de representação estas mulheres têm sobre o que é ser chefe de família e também conhecer algumas de suas dificuldades e estratégias desenvolvidas no sentido de superá-las.

Algumas observações, contudo, se fazem necessárias. Primeiramente, no que diz respeito à pluralidade destas mulheres, em relação aos seus sonhos, representações e cotidiano. Ou seja, apesar delas terem muito em comum, em termos de condição sócio-econômica, é preciso cautela com as generalizações e reducionismos tão presentes nos métodos e vocabulários 'modernos' e que muitas vezes, acabam não dando conta da complexidade das relações humanas.

E, se a complexidade é um tema comum na pós-modernidade, ela se faz ainda mais necessária num estudo envolvendo temáticas tão abrangentes. Trata-se de um enorme desafio, que me forçou a lutar contra a força de antigos vícios.

Aliás, também esta questão aparece de maneira forte nestas mulheres: na coexistência entre o arcaico e o novo, entre o tradicional e o moderno e, até mesmo, entre um passado patriarcal e um futuro ainda incerto em termos de relações humanas.

Cada uma delas, de forma mais ou menos intensa, apresenta ambigüidades e contradições. E se isto também é uma característica do mundo pós-moderno, se faz ainda mais forte pelas marcas e raízes bastante profundas, deixadas pela estrutura patriarcal. Neste sentido, a impressão que se tem, em vários momentos, é de uma atualização deste passado por conta das próprias mulheres.

Assim, mesmo nos casos em que não há a presença de homens – maridos, ou companheiros, na família, estas mulheres continuam com a prerrogativa de serem boas mães, dedicadas aos filhos e ao lar, assumindo com naturalidade estes atributos típicos do gênero feminino. Uma naturalidade, produto da estrutura patriarcal, que, apesar de tantas mudanças e avanços, e a despeito da

contestação que, segundo Castells<sup>266</sup>, esta estrutura vem sofrendo, parece ainda se refletir neste modelo familiar – hoje colocado como um dos ícones da transformação, mas, anteriormente, identificado como o protótipo da desagregação.

O estudo de D'Ávila Neto<sup>267</sup> sobre o patriarcalismo e a mulher já apontava o quanto das raízes do passado patriarcal ainda prevalece nas famílias urbanas do Brasil. Uma idéia, que se atualiza através deste estudo e destas chefes de família, que, apesar de terem agregado muitos valores novos à suas vidas a ao seu discurso, permanecem atreladas – com naturalidade e, possivelmente, sem sequer se darem conta, aos seus papéis tradicionais.

Neste sentido, é que o dualismo tradicional x moderno, não cabe mais na descrição do processo de modernização da sociedade, estando o tradicional ligado às classes populares – e à sua usual 'falta de opção' – que viviam à parte do 'modo de vida' moderno – e de seus paradoxos – relacionados às camadas médias.

Seria mais apropriado, hoje, falar que as mudanças culturais se produzem – do ponto de vista dos sujeitos, inclusive dos segmentos de baixa renda – a partir de duas lógicas distintas: a reprodução de valores e comportamentos tradicionais; e a simultânea 'produção' de novos valores e práticas.

Embora esta não pareça uma idéia muito original, ela marca uma oposição à 'tradicional' idéia de 'passividade' destas camadas empobrecidas – que ficariam só reproduzindo os valores tradicionais por não ter, sequer, acesso aos valores 'modernos'.

Isto não quer dizer, contudo, que argumentos, segundo os quais as camadas altas e médias têm mais acesso às inovações culturais, estando mais expostas aos processos de modernização da sociedade, deixam de ser válidos. Nem tampouco, a idéia de que grupos sociais distintos apresentam dinâmicas e características próprias que merecem ser cuidadosamente analisados<sup>268</sup>. Aliás,

---

<sup>266</sup> Castells (1990).

<sup>267</sup> D'Ávila Neto (1994).

<sup>268</sup> Fonseca (1995).

classe, raça e gênero – entre outros – são aspectos importantes que vão interferir no que Velho<sup>269</sup> chamou “campo de possibilidades” de cada um.

O argumento, então, é que o ‘campo de possibilidades’ destas chefes de família não é construído sem qualquer interferência de aspectos inovadores ou modernos. Mas, ao contrário, haveria uma espécie de ‘produção’ destes valores e comportamentos, feita a partir de uma dupla ‘re-leitura’ ou ‘re-tradução’<sup>270</sup> de que falamos, resultando numa originalidade bastante própria – com inúmeras possibilidades e até contradições típicas de um cenário pós-moderno.

Assim, tradicionais e modernos não aparecem mais como excludentes, como mundos à parte, mas de forma simultânea dentro deste grupo de mulheres chefes de família, urbanas e de classes desfavorecidas e também na identidade de cada uma delas, assim como nas relações sociais que mantêm.

Neste contexto, se insere, por exemplo, a questão do trabalho feminino, onde é possível recorrer à ‘tradicional’ questão da sobrevivência como explicação<sup>271</sup>. Mas não se trata apenas disto: se por um lado, a história das mulheres pobres sempre envolveu a necessidade do trabalho remunerado – que, via de regra, acontece em condições nada favoráveis, por outro, não é mais possível dizer (ao menos no caso destas chefes de família), que suas identidades sejam construídas exclusivamente em relação aos papéis reprodutivos desempenhados em suas famílias – seus discursos são ambivalentes também em relação à isto.

Não aparece, nestas mulheres – é bom que se diga – a dúvida na própria capacidade, ou o sofrimento por serem obrigadas a desempenhar atividades tidas como masculinas – como apontou Salem<sup>272</sup>. Ainda que continuem a relacionar o trabalho produtivo e o sustento da casa como prerrogativas masculinas – situação que chega a ser colocada como ‘ideal’ – estas mulheres se sabem capazes e

---

<sup>269</sup> Velho (1981).

<sup>270</sup> Esta idéia foi construída a partir das questões apresentadas por Schwarz (1981) e encontra-se desenvolvida na reflexão teórica. Ele fala de uma re-leitura das idéias ‘estrangeiras’, que seria feita pela sociedade brasileira – a partir de características próprias, resultando numa ‘originalidade nacional’.

<sup>271</sup> Bilac (1995).

<sup>272</sup> Salem (1980).

sentem orgulho por conseguirem arcar ‘sozinhas’<sup>273</sup> com todas as responsabilidades de chefes de família.

Este talvez seja um indício de que apesar de algumas – ou mesmo várias – incongruências entre práticas e representações, “também entre as mulheres de baixa renda e educação, a identidade tornou-se mais plástica e aberta”<sup>274</sup> – sendo também influenciadas por valores e práticas ‘modernas’.

Aqui, vale até mesmo, questionar se não poderia estar havendo uma espécie de ‘bombardeio’, ou uma ‘exacerbação’ das idéias individualistas modernas<sup>275</sup> – reforçadas por alguns ideais de homogeneização feminista (?), de modo que, o direito – algo com o qual estas mulheres não parecem estar familiarizadas – à auto-realização poderia estar sendo confundido com mais uma obrigação – obrigação de ser moderna, independente etc – na já sobrecarregada vida que levam<sup>276</sup>.

Por outro lado, estas mulheres estabelecem práticas, que, embora ligadas à estratégias de sobrevivência, passam longe dos valores da ideologia individualista – ao menos quando, equivocadamente, eles são confundidos com ‘egoísmo’: como o exercício diário da solidariedade e a formação das redes de apoio mútuo – sejam elas de ordem familiar, ou comunitária.

Assim, a ‘originalidade’ destas chefes de família aparece na ‘indicação’ de uma nova ordem, não apenas ‘tradicional’ – no sentido ‘Dumontiano’<sup>277</sup>, de uma espécie de *ethos holista*, em que as pessoas se vêem como elos de uma corrente, estando a vontade individual submetida à vontade do grupo – nem simplesmente ‘moderna’ – no sentido de uma primazia do individualismo moderno, de bem-estar individual.

Neste contexto, mesmo correndo o risco de ser repetitiva, ressalto a idéia de que estas famílias não estão à parte do processo de modernização, mas com uma forma particular de aí se inscrever. As contradições e ambigüidades, como

---

<sup>273</sup> O grande problema, neste sentido, é vergonhoso e bastante antigo: a falta de creches. Seguido da falta de profissionalização, de empregos, de remunerações dignas etc.

<sup>274</sup> Vaitsman (1997: 316).

<sup>275</sup> Conforme apresentadas por Dumont (1993). Op. Cit.

<sup>276</sup> Não se trata de uma questão respondida, ela apenas fica indicada para futuras reflexões e investigações.

<sup>277</sup> Dumont (1993).

visto, são características do próprio processo de modernização da sociedade brasileira, mas estão aí potencializados pelas condições – ou falta de opções – a que estas famílias estão submetidas.

Também é preciso lembrar, que mesmo dentro deste pequeno universo aqui tratado há um pluralismo evidente – com diferenças perceptíveis entre as mulheres entrevistadas e mesmo, em cada uma delas:

“Não estamos diante, porém, apenas da coexistência, dentro da mesma nação, de dois ou mais mundos sociais ou simbólicos, mas de vários mundos inseridos em um mesmo segmento social, dentro de um mesmo sujeito”<sup>278</sup>.

E que não se pense que estas idéias não cabem na lógica de um mundo globalizado, pois uma característica central do processo de globalização é justamente ‘forçar’ a construção de opostos: de um lado, a homogeneização, e de outro, desigualdade, diferença e pluralidade – que aparecem na identidade de cada uma destas mulheres, mas também, em práticas e iniciativas locais como as ‘redes de solidariedade’.

Estas redes, aliás, a despeito de qualquer discussão sobre sua origem, podem servir de embriões – ou metáforas – de uma ‘sociabilidade alternativa’<sup>279</sup>. Palavras que fazem eco com a avaliação e com as projeções de Goldani<sup>280</sup>:

“As relações familiares mostraram-se fundamentais , tanto no nível pessoal quanto como uma força potencial de organização e suporte para enfrentar as difíceis condições de vida. As expectativas são de continuidade e funcionalidade destas relações, e sugerem mesmo que os arranjos domiciliares futuros poderão cada vez mais obedecer às necessidades do grupo do que propriamente a critérios de parentesco. A preocupação maior será com o apoio emocional e social, e com as redes de suporte de amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc, que poderão ser até mais importantes do que a rede familiar”.

---

<sup>278</sup> Vaitsman (1997: 308).

<sup>279</sup> Takashima (1994: 89).

<sup>280</sup> Goldani (1994: 21).

Seja como for, o importante é observar a solicitude como um importante recurso de vida, podendo até mesmo se desenvolver como um grande capital humano.

Neste sentido, seria preciso desconstruir definitivamente a idéia de que apenas os pobres, enquanto um grupo mais 'atrasado', têm coisas a aprender com as camadas mais abastadas – e mais 'avançadas'.

A partir daí, talvez, seja possível uma via alternativa em que valores individualizantes possam se desenvolver em seus aspectos mais positivos: como igualdade de valores – ou eqüidade – entre os seres humanos – sejam homens ou mulheres, ricos ou pobres, brancos ou pretos, e a democracia – de praticas e valores como a solicitude e as redes de apoio, de trocas e de sociabilidade.

A idéia, então, é poder dar fim ao processo de 'modernidade excludente', onde as diferenças se acirram, dando lugar ao que seria uma 'modernidade inclusiva', onde as diferenças possam aparecer e somar; e a 'tradição' possa coexistir com o 'novo' – mas como opção, e não apenas como resultado de uma história de opressão, como ainda parece ser o caso dessas mulheres.

“Nada disso, porém, significa que não se possa optar por viver ou não uma relação familiar conjugal ou qualquer outra forma alternativa de vida cotidiana, eleita livremente. Em qualquer uma delas, porém, haverá sempre prazer e insatisfação, conflito e contradição, pois todos estes são sentimentos que fazem parte do cotidiano de todos os seres humanos”<sup>281</sup>.

---

<sup>281</sup> Bruschini (1994: 213).

## **III PARTE**

## **ANEXOS**

## **Roteiro temático para entrevista semi-estruturada**

Observação: O que aparece neste roteiro temático são sugestões de perguntas que servem como norteadores para explorar os respectivos temas. Assim, dependendo das narrativas, nem todas as perguntas são aplicáveis (pertinentes) ou aplicadas (formuladas) e outras podem aparecer em ordem diversa da apresentada neste roteiro.

### **I – IDENTIFICAÇÃO:**

- Nome:
- Idade:
- Onde mora:
- Onde nasceu:
- Há quanto tempo mora no Rio de Janeiro? E neste bairro?

### **II – A FAMÍLIA**

- Quem mora com você?
- Você é muito agarrada com a sua família?
- Você sempre quis ter filhos? Meninas ou meninos?
- Você foi casada? Quanto tempo?
- Este período foi importante para você?

### **III – SER CHEFE DE FAMÍLIA**

- Você se considera a chefe da sua família?
- O que é ser chefe de família para você?
- Há quanto tempo você é a chefe da sua família? (ou mora sem o pai dos seus filhos)
- Como isto aconteceu? Foi uma opção sua?

- O que mudou para você com a separação (ou morte) do marido? E para os seus filhos?
- Como é para você ser a única responsável pela casa e pelos filhos?
- O que é mais difícil para você nesta situação?
- O pai(s) de seus filhos ajuda você em alguma coisa? Ele vê os filhos?
- Quem você procura quando tem algum problema em casa ou com seus filhos?

#### IV – A INSERÇÃO NO COTIDIANO

- Você trabalha fora? O que você faz? Você gosta do seu trabalho?
- O que você ganha é suficiente para manter a sua família?
- Quem te ajuda com as despesas da casa?
- Com quem você deixa os seus filhos quando vai trabalhar?
- Como é o seu dia, da hora que acorda até a hora de dormir?
- Quantas horas de transporte gasta por dia?
- Quantas horas dorme?
- Se sente muito cansada?
- Quem te ajuda no trabalho de casa? (Meninas e meninos? Porque não?).
- O que você faz para se divertir quando sobra algum tempo? E o que gostaria de fazer?

#### V – IDENTIDADE E PAPÉIS SEXUAIS

- O que você acha mais fácil: ser homem ou mulher? Por quê?
- O papel da mulher na família está mudando? Como era a mulher antigamente e como é hoje?
- Então, se você pudesse nascer de novo e escolher, preferia nascer homem ou mulher?
- Qual o tipo ideal de mulher?

- E como seria o homem ideal?

## VI – POLÍTICA E VIDA PÚBLICA

- Você acha importante o voto da mulher? Porque?
- O que você acha da mulher estar na política? Você gostaria de estar na política também?
- Se você estivesse na política, o que você faria pelas outras mulheres?
- Se hoje, mesmo sem estar na política, você pudesse inventar uma lei – qualquer uma – qual lei seria esta?
- O que você gostaria de ver diferente na sua casa, na sua rua, no seu bairro, neste país?

## VII – AS RUPTURAS DA NORMA

- O que você pensa das famílias de hoje em dia? São muito diferentes do que eram no seu tempo?
- Que acha do divórcio?
- E do aborto?
- Quando você está namorando o que você faz para não engravidar?
- Qual a sua opinião sobre as mulheres que trabalham fora? A mulher deve continuar a trabalhar mesmo depois de casada?

## VIII – DESEJOS E IDEALIZAÇÕES

- Como é a família que você gostaria de ter?
- Se você pudesse voltar atrás o que gostaria que fosse diferente na sua vida?
- Como você imagina o seu futuro?

## **IV PARTE**

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline (1985). *O que é o feminismo*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense.
- ÁMBITOS DE FAMILIA (1997). México: Sistema Nacional para el Desarrollo Integral de la Familia.
- AZZI, Riolando. Família e valores no pensamento brasileiro (1870-1950). Um enfoque histórico. In RIBEIRO, I. (org.) (1987). *Sociedade brasileira contemporânea. Família e valores*. São Paulo: Edições Loyola.
- BARROS, Ricardo, Fox, Louise e MENDONÇA, Rosane (1993). *Poverty amongst female-headed households in Brazil*. Texto para discussão nº 310. Ipea.
- BARSTED, Leila Linhares. (1995). De igualdades e de diferenças: falando sobre mulheres. In RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A T. (org.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.
- BARSTED, Leila Linhares e ALVES, Branca Moreira (1987). Novos padrões e velhas instituições: feminismo e família no Brasil. In RIBEIRO, I. (org.) (1987). *Sociedade brasileira contemporânea. Família e valores*. São Paulo: Edições Loyola.
- BAUMAN, Zygmunt. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BAUMAN, Zygmunt. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BECK, H. (2002). *Les ficelles du métier*. Paris: Ed. La Découverte.
- BILAC, E.D. (1995). Sobre as transformações nas estruturas familiares no Brasil. Notas muito preliminares. In RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A T. (org.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.
- BRUSCHINI, Maria Cristina (1990). *Mulher, casa e família: cotidiano nas camadas médias paulistanas*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Vértice.
- CARVALHO, Luiza (1998). A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar. *Estudos Feministas*, vol. 6 n.1/98.

- CARVALHO, Maria do Carmo. (1994). A priorização da família na agenda da política social. In KALOUSTIAN, Sílvio. (org.) (1994). *Família Brasileira, a base de tudo*. UNICEF. São Paulo: Cortez.
- \_\_\_\_\_ (2000). O lugar da família na política social. In: CARVALHO, Maria do Carmo. (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez.
- CASTELLS, Manuel (1996). *O poder da identidade. A era da informação: Economia, sociedade e cultura*. Vol. 2. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHODOROW, Nancy (1978a). *A Psicanálise da maternidade: uma crítica de Freud a partir da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.
- \_\_\_\_\_ (1978b). *The reproduction of mothering. Psychoanalysis and the sociology of Gender*. Berkeley: California Uni. Press.
- DA MATTA, Roberto (1987). “A família como valor: considerações não familiares sobre a família à brasileira”. In *Pensando a Família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- \_\_\_\_\_ “Reflexões sobre interdisciplinaridade: uma perspectiva antropológica”. *Revista Tempo Brasileiro* (1993), abril-junho.
- D’ÁVILA NETO, Maria Inácia e outros (2002). *Participação e desenvolvimento sustentável*. CD-Rom em 4 línguas. Rio de Janeiro/ Paris: EICOS/UNESCO. ISBN 85-88990-01-6
- D’ÁVILA NETO, Maria Inácia (1994). *O autoritarismo e a mulher. O jogo da dominação macho-fêmea no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Artes e Contos.
- \_\_\_\_\_ (1995). “Mulheres, Cultura e desenvolvimento”. In D’ÁVILA NETO. M.I. *Desenvolvimento social: desafios e estratégias* (vol 2). Rio de Janeiro. UNESCO- UFRJ/EICOS,
- \_\_\_\_\_ (1989). *Enquete participation sur les femmes du milieu defavorisé au Brésil et leur rôle dans le developpement culturel*. Paris : UNESCO.
- \_\_\_\_\_ (1990). *Le langage gestuel féminin. Representations sociales du corps dans la société brésilienne contemporaine*. Paris : UNESCO.

- DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. (1994). Brasil colonial: um caso de famílias no feminino plural. *Cadernos de pesquisa* n.91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- DUMONT, L. (1993). *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- FIGUEIRA, Sérvulo (1987). O “moderno” e o “arcaico” na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- FONSECA, Claudia (1995). Amor e família: vacas sagradas da nossa época. In RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A. T. (org.). *Famílias em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.
- FOUCAULT, Michel. (1998). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 18ª ed. Petrópolis: Vozes.
- FREIRE, Paulo (1968). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 26ª ed.
- FRIDMAN, Luis Carlos (2000). *Vertigens pós-modernas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- GENRE ET POLITIQUE (2000). Textes rassemblés et présentés par Thanh-Huyen Ballmer-Cao, Veronique Mottier et Lea Sgier. Paris: Ed. Gallimard.
- GIDDENS, Anthony (1999). *Mundo em descontrolo – o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GILLIGAN, Carol (1982). *In a different voice: Psychological Theory and women’s development*. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- GOLDANI, Ana Maria (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de pesquisa* n 91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- GOODRICH, Thelma et. al.(1988). *Terapia feminista da família*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- HALL, Stuart (1992). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

- HARAWAY, Donna J. (2000). "Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX". In SILVA, T.T. *Antropologia do Ciborgue – as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica.
- HAREVEN, T. (1973). "The history of the family as an interdisciplinary field". In RABB (ed.), *The family history*. Harper Torchbooks, Nova York.
- JABLONSKI, Bernardo (1996). "Papéis Conjugais: Conflito e Transição". In CARNEIRO, T. F. (org.). *Relação Amorosa, Casamento, Separação e Terapia de Casal*. Rio de Janeiro: ANPEPP.
- JELIN, Elizabeth (1995). Família y género: notas para el debate. *Estudos Feministas*, vol. 3 n.2/95. IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ.
- KALOUSTIAN, Sílvia (org.) (1994). *Família Brasileira, a base de tudo*. UNICEF. São Paulo: Cortez.
- LEERS, Bernardino (1987). Filosofia, moral, ética, família e sociedade no Brasil (1964-1984). In RIBEIRO, I. (org.). *Sociedade brasileira contemporânea. Família e valores*. São Paulo: Edições Loyola.
- LOCKE, Abigail (2002). Gendered emotion: personal, cultural or discursive. In: *Feminism and Psychology*. Vol.12. N.1. February 2002, SAGE PUB.
- LUZ, Madel (1982). O lar e a maternidade: instituições políticas. In LUZ, Madel (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- MARCHAND, Marianne.(1995). "Latin american women speak on development: are we listening Yet?". In: MARCHAND, Marianne & PARPART, Jane. *Feminism, Postmodernism, Development*. London and New York: Routledge.
- MORAIS, LARISSA. "Jovem brasileira estuda mais e ganha menos, diz IBGE". Artigo publicado no jornal O Globo de 08/06/00.
- MORIN, Edgar (1996). "Epistemologia da complexidade". In SCHINITMAM, Dora. *Novos Paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes médicas.

- MUCHIELLI, Roger (1977). *“L’Analyse de contenu”*. Paris: Ed. ESF – Libraires, Techriques.
- NAZARETH, Juliana (2000). *“Mulheres e Famílias na Contemporaneidade: Conquistas, Impasses e Perspectivas para o Futuro”*. Monografia apresentada para obtenção do título “formação de psicólogo”, no Instituto de psicologia da UFRJ, sob orientação da profª Maria Inácia D’Ávila Neto.
- NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In KALOUSTIAN, Sílvia (org.) (1994). *Família Brasileira, a base de tudo*. UNICEF. São Paulo: Cortez.
- OLIVEIRA, Maria Coleta (1996). A família Brasileira no limiar do ano 2000. *Estudos Feministas*, vol. 4 n.1/96. IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ.
- ORTNER, Sherry B. (1974). Is female to male as nature is to culture? In Rosaldo, M. e Lamphere, L. (org.). *Women, Culture and Society*. Stanford: University Press.
- PERFIL DAS MULHERES RESPONSÁVEIS PELO DOMICÍLIO NO BRASIL (2002). IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE.
- PETRUCELLI, José Luis. “Nupcialidade”. In KALOUSTIAN, Sílvia (org.) (1994). *Família Brasileira, a base de tudo*. UNICEF. São Paulo: Cortez.
- PIRES, Cíntia (1999). *“Empoderamento: um conceito para a mulher brasileira”*. Monografia apresentada para obtenção do título “formação de psicólogo”, no Instituto de psicologia da UFRJ, sob orientação da profª Maria Inácia D’Ávila Neto.
- PREUSS, Miriam Raja Gabaglia (1997). “A abordagem biográfica - história de vida - na pesquisa psicossociológica”. In: *Documenta*. N.8. Ano VI.
- RIBEIRO, Rosa Maria; SABÓIA, Ana Lúcia; BRANCO, Helena & BREGMAN, Sílvia. “Estrutura familiar, trabalho e renda”. In KALOUSTIAN, Sílvia (org.) (1994). *Família Brasileira, a base de tudo*. UNICEF. São Paulo: Cortez.

- ROCHAEL NASCIUTTI, Jacyara. Determinantes sociais da história individual. In *Documenta* nº 8 Ano VI. EICOS. Rio de Janeiro, 1997.
- ROMANELLI, Geraldo (2000). Autoridade e poder na família. In CARVALHO, Maria do Carmo. (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez
- ROSALDO, M., LAMPHERE, L. (coord.) (1979). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e terra.
- SAFFIOTI, I. e ALMEIDA, S. (1995). *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- SALEM, Tania (1980). “Mulheres faveladas: com a venda nos olhos”. In FRANCHETTO, Bruna. *Perspectivas antropológicas da mulher*. Vol 2. Rio de Janeiro: Zahar.
- SAMARA, Eni (1987). “Tendências atuais da história da família no Brasil”. In *Pensando a Família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- SARTI, Cynthia (1995). O valor da família para os pobres. In RIBEIRO, I. e RIBEIRO, A. T. (org.). *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola.
- SCHWARZER, Roberto (1981). *Ao vencedor as batatas. Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Duas Cidades.
- SOARES, Ana Cristina Nassif (2001). *Mulheres chefes de família: Narrativa e percurso ideológico*. Tese (dout.). São Paulo: FFCLRP/USP.
- SZAPIRO, Ana Maria (1998). *Percursos do feminino: um estudo sobre a “produção independente” dos anos sessenta*. Tese (dout.). Rio de Janeiro: PUC.
- SZYMANSKI, Heloisa (2000a). Simpósio: *A construção da justiça social: multifamílias, instituições e redes*. Trabalho apresentado no IV Congresso Brasileiro de Terapia Familiar. II Encontro Latino-Americano. Brasília, 2000.

- SZYMANSKI, Heloisa (2000b). Teorias e “teorias” de família. In: CARVALHO, Maria do Carmo. (org). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: EDUC/ Cortez.
- TAKASHIMA, Geney (1994). “O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura”. In KALOUSTIAN, Sívio. (org.) (1994). *Família Brasileira, a base de tudo*. UNICEF. São Paulo: Cortez.
- VAITSMAN, Jeni (1997). Pluralidade de mundos entre mulheres urbanas de baixa renda. *Estudos Feministas*. Vol 5 n. 2/97. IFCS/UFRJ.
- VELHO, Gilberto (1987). “Família e subjetividade”. In *Pensando a Família no Brasil – da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo.
- \_\_\_\_\_ (1981). Parentesco, individualismo e acusações. In FIGUEIRA, S. A. e VELHO, G. (coord.). *Família, Psicologia e Sociedade*. Rio de Janeiro: Campus.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS

Nº de Ordem	Id.	Idade	Ocupação Atual	Grau de Instrução	Renda Familiar *	Nº de pessoas que contribuem para a renda familiar	Nº de pessoas que moram na casa	Nº de filhos	Idade dos filhos	Observações
1	G	37 anos	Trabalha no Centro Comunitário Área administrativa	Segundo grau técnico	2 SM	1	4 (ela e os 3 filhos)	3	14, 9, 2	
2	R	38 anos	Serviços Gerais	Analfabeta	1,5 SM	1	2 (ela e a filha)	1	15	Única que ganha uma pequena pensão do ex-marido
3	MP	40 anos	Faz 'biscate' de costura	Primeiro Grau completo	2 SM	2	5 (os três filhos mais novos, ela e a mãe)	5	21, 18, 14, 10, 3	
4	C	36 anos	Artesã	Primeiro Grau incompleto	2 SM	2	5 (os três filhos mais novos, ela e o marido)	6	16, 13, 12, 11, 7, 4	
5	S	39 anos	Dona de uma escola comunitária	Segundo Grau	*	2	4 (os dois filhos, ela e o marido)	2	13, 10	* Na época da entrevista, a renda familiar era composta apenas pelo auxílio que os filhos recebiam por estarem na escola

\* Valores baseados no salário mínimo vigente na época das entrevistas (2002). Quando 1 SM = R\$ 200,00